



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
EM REDE NACIONAL

MARLENE BARRETO ROLLA

**ENTRE OS SABERES E OS DIZERES AFRICANOS NA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - EPT:** um estudo sobre as religiões de matrizes  
africanas e a intolerância religiosa no IFAP, campus Macapá e Santana

SANTANA -AP

2025

MARLENE BARRETO ROLLA

**ENTRE OS SABERES E OS DIZERES AFRICANOS NA EPT:** um estudo sobre as religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa no IFAP, campus Macapá e Santana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. David Figueiredo de Almeida

SANTANA-AP

2025

**Biblioteca Institucional - IFAP**  
**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

- R655e Rolla, Marlene Barreto  
Entre os saberes e os dizeres africanos na EPT: um estudo sobre as religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa no IFAP, campus Macapá e Santana / Marlene Barreto Rolla - Santana, 2025.  
175 f.: il.
- Dissertação (Mestrado) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Santana, Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, 2025.
- Orientador: Dr. David Figueiredo de Almeida.
- I. Religiões Afro-brasileiras. 2. Intolerância religiosa. 3. Diversidade e respeito. I. Almeida, Dr. David Figueiredo de, orient. II. Título.

---

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do IFAP  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARLENE BARRETO ROLLA

**ENTRE OS SABERES E OS DIZERES AFRICANOS NA EPT:** um estudo sobre as religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa no IFAP, campus Macapá e Santana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *Campus* Santana, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



DAVID FIGUEIREDO DE ALMEIDA

Data: 06/05/2025 17:13:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. David Figueiredo de Almeida

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP

Orientador

Documento assinado digitalmente



MARCO AURELIO NUNES DE BARROS

Data: 06/05/2025 15:39:11-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Nunes de Barros

Instituto Federal de Rondônia – IFRO

Documento assinado digitalmente



CAIO TEIXEIRA BRANDÃO

Data: 06/05/2025 15:10:15-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Caio Teixeira Brandão

Faculdade Anhanguera Macapá

Aprovado em 10/03/2025

MARLENE BARRETO ROLLA

## SITE EDUCAÇÃO E MEMÓRIAS AFRO - TEC

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Santana, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

### BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente  
 **DAVID FIGUEIREDO DE ALMEIDA**  
Data: 06/05/2025 17:13:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. David Figueiredo de Almeida

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP

Orientador

Documento assinado digitalmente  
 **MARCO AURELIO NUNES DE BARROS**  
Data: 06/05/2025 15:39:11-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Nunes de Barros

Instituto Federal de Rondônia – IFRO

Documento assinado digitalmente  
 **CAIO TEIXEIRA BRANDÃO**  
Data: 06/05/2025 15:10:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Caio Teixeira Brandão

Faculdade Anhanguera Macapá

Aprovado em 10/03/2025

Aos meus pais, que me ensinaram o valor da educação e me incentivaram a seguir os meus sonhos.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, força motriz que me guia e ampara em todos os momentos.

Aos meus Orixás de cabeça, Oxóssi e Iemanjá, pela proteção, sabedoria e axé que iluminaram esta jornada.

Meus pais, Marlene Barreto da Silva Rolla (in memoriam) e Alvanir Machado Rolla, alicerces da minha vida, pelo amor incondicional, apoio constante e por me ensinarem a nunca desistir dos meus sonhos.

Aos meus irmãos, pela parceria, incentivo e por tornarem a vida mais leve e feliz.

Ao meu orientador, David Figueiredo de Almeida, pela dedicação, paciência, ensinamentos valiosos e por me guiar com maestria nesta pesquisa.

Ao meu fiel companheiro Radamés Venâncio, meu cachorro amado, pela companhia de estudos, pelas lambidas carinhosas, alegria contagiante e por me lembrar da beleza dos momentos simples.

A todos os meus amigos, pelo apoio, companheirismo e por tornarem o ambiente profissional um espaço de aprendizado e crescimento.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, minha sincera gratidão.

## RESUMO

A presente pesquisa analisará as religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa no ambiente escolar realizada no IFAP, campus Macapá e Santana, tendo como objetivo geral analisar as concepções que os estudantes e os professores possuem em relação às religiões de matrizes africanas e os possíveis atos de intolerância religiosa vivenciados por seus adeptos no ambiente escolar e, como objetivos específicos: identificar nas falas de educandos e educadores elementos da cultura afro-brasileira e de sua religiosidade como também identificar as suas principais concepções e conhecimentos prévios sobre a temática, analisando seus estereótipos e se já presenciaram casos de intolerância religiosa no Instituto. Para isso utilizamos como método de investigação a pesquisa qualitativa com a realização de entrevistas semiestruturadas cujos dados foram analisados através da Análise Temática. No aporte teórico nos fundamentamos em autores como Paulo Freire, Nilma Gomes e Stella Caputo, dentre outros. E, como produto educacional, criamos um site educativo com objetivo de auxiliar a aprendizagem dos estudantes da instituição e, dessa forma, esperamos que com os resultados desta pesquisa possamos contribuir para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais inclusivas de valorização e respeito à diversidade religiosa dentro do IFAP.

Palavras-chave: religiões afro-brasileiras; intolerância religiosa; diversidade e respeito.

## **ABSTRACT**

This research aims to analyze African-based religions and religious intolerance in the school environment that will be carried out at IFAP, Macapá and Santana campuses, with the general objective of analyzing the conceptions that students and educators have in relation to African-based religions and the possible acts of religious intolerance experienced by its followers in the school environment and, as specific objectives: to identify in the speeches of students and educators elements of Afro-Brazilian culture and their religiosity as well as to identify their main conceptions and prior knowledge on the subject, analyzing their stereotypes and whether they have witnessed cases of religious intolerance at the Institute. To do this, we will use qualitative research as an investigation method with training for teachers as our educational product. In terms of theoretical support, we are based on authors such as Paulo Freire, Nilma Gomes and Stella Caputo, among others. In this way, it is hoped that the results of this research can contribute to more inclusive pedagogical strategies for valuing and respecting religious diversity so that every Brazilian can have the right to express their faith without judgments and harassment of any kind.

Keywords: afro-brazilian religions; religious intolerance; diversity and respect.

## SUMÁRIO

|            |   |            |
|------------|---|------------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO</b>   | <b>10</b>  |
| <b>2</b>   | <b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>  | <b>14</b>  |
| <b>2.1</b> | <b>As Religiões de Matrizes Africanas no Brasil: alguns apontamentos históricos e sociais</b> | <b>14</b>  |
| <b>2.2</b> | <b>As Religiões Afro-brasileiras no contexto da EPT: Desafios e perspectivas</b>              | <b>19</b>  |
| <b>2.3</b> | <b>As religiões de matrizes africanas no contexto da educação amapaense</b>                   | <b>24</b>  |
| <b>3</b>   | <b>METODOLOGIA</b>  | <b>29</b>  |
| <b>3.1</b> | <b>Tipo da pesquisa</b>   | <b>29</b>  |
| <b>3.2</b> | <b>Sujeitos e local da pesquisa</b>   | <b>30</b>  |
| <b>3.3</b> | <b>Instrumentos de Coleta de dados</b>  | <b>33</b>  |
| <b>3.4</b> | <b>Sobre a análise qualitativa dos dados</b>  | <b>37</b>  |
| <b>3.5</b> | <b>A pesquisa qualitativa e seus aspectos éticos</b>  | <b>40</b>  |
| <b>4</b>   | <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>   | <b>43</b>  |
| <b>4.1</b> | <b>Os conceitos de tolerância e intolerância</b>  | <b>43</b>  |
| <b>4.2</b> | <b>Algumas concepções sobre intolerância religiosa na contemporaneidade</b>                   | <b>52</b>  |
| <b>4.3</b> | <b>As Religiões de Matrizes Africanas: ancestralidade, percepções e vivências</b>             | <b>60</b>  |
| <b>4.4</b> | <b>Os povos de Axé estão no IFAP, mas como?</b>   | <b>66</b>  |
| <b>4.5</b> | <b>A formação docente, a Lei 10.639/03 e os seus impactos dentro do IFAP</b>                  | <b>78</b>  |
| <b>5</b>   | <b>PRODUTO EDUCACIONAL</b>  | <b>100</b> |
| <b>5.1</b> | <b>Produto Educacional no PROFEPT</b>   | <b>100</b> |
| <b>5.2</b> | <b>Site Educação e Memórias Afro TEC na EPT</b>   | <b>101</b> |
| <b>5.3</b> | <b>Estrutura do Site</b>  | <b>103</b> |
| <b>5.4</b> | <b>Apresentação do Site Educação e Memórias Afro TEC</b>                                      | <b>104</b> |
| <b>5.5</b> | <b>Avaliação e Aplicação do Produto Educacional</b>   | <b>113</b> |
| <b>6</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>   | <b>118</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS</b>  | <b>121</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

*Umbanda é fé, caridade e amor!*

*Romário Barbosa*

A aproximação e a familiaridade com as religiões de matrizes africanas me acompanham desde a infância ao frequentar as casas/terreiros de umbanda com meus pais, na cidade de Macapá, ou seja, nasci e fui criada na religião, como dizem, e nela permaneço, com muita fé, até hoje. Posso dizer que esta minha identificação e inquietação acerca do tema foram os motores que me impulsionaram a desenvolver o presente trabalho que trata sobre as religiões afro-brasileiras e os possíveis atos de intolerância religiosa no Instituto Federal do Amapá, intitulado: *Entre os saberes os dizeres africanos na Educação Profissional e Tecnológica — EPT: um estudo sobre as religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa no IFAP, campus Macapá e Santana.*

Ressalto que, esses “saberes” discorrido no título da pesquisa, dizem respeito a todo um conjunto de costumes, de mitos, de rituais, de cultos e de conhecimentos trazidos e disseminados secularmente pelos povos africanos, e esses “dizeres”, a todas as tradições e narrativas orais, as memórias e as manifestações históricas, repassadas por eles por gerações, que têm por finalidade a preservação de toda a sua identidade cultural e religiosa. E, assim, conectando os saberes e os dizeres africanos na EPT, trago a minha contribuição para a disseminação desses conhecimentos no IFAP e na sociedade na totalidade.

Muito embora sejam povos que apresentam uma cultura rica e diversificada, infelizmente, o modo como essa cultura foi introduzida em nosso país não é motivo de orgulho para nenhum brasileiro, ao menos não deveria ser, pois de acordo com dados históricos, o Brasil, por mais de três séculos, teve a sua economia vinculada ao comércio de negros oriundos de diversas regiões do continente africano.

Estima-se que, entre os séculos XVI ao XIX, o país tenha recebido mais de quatro milhões de negros escravizados que, forçadamente chegavam ao nosso território e nele viam anuladas boa parte de suas expressões culturais, de seus costumes, de suas vivências e até mesmo da ocultação daquilo que lhes era mais sagrado, que era a manifestação de sua fé e de sua religiosidade.

A fé, em especial, não sendo aceita num país que trazia na sua colonização portuguesa, e posteriormente em sua Constituição, o catolicismo como religião oficial como o nosso, teve que ser manifestada por seus adeptos, em segredo, em

ambientes isolados e segregados para evitar severas e desumanas retaliações por parte do Governo, demonstrando que a história do negro em nosso país sempre foi de muita resistência, de lutas, de sofrimentos e de dores.

E toda essa opressão e marginalização foi sendo disseminada pela coletividade que passou a enxergar o negro, e tudo o que está associado a ele, como sendo algo desprezível, indigno, subalterno e inferior, sendo hostilizados e sofrendo diferentes formas de discriminações e intolerâncias que se perpetuam em nossa sociedade até os dias atuais, encontrando-se presentes em diversos de seus segmentos sociais e institucionais, inclusive, nas nossas instituições de ensino.

Nesse contexto, trabalhar a história e a cultura afro-brasileira e, em especial, sobre a religiosidade de matriz africana nos currículos escolares mostra-se de suma importância, haja vista, sempre foi algo cheio de estereótipos, polêmicas e complexidades na educação brasileira, isso devido a enorme dificuldade de uma definição de como se trabalhar o tema em sala de aula. Principalmente, por termos uma Constituição asseguradora da *igualdade legal* para todos, sem nenhuma distinção de qualquer natureza, cor, raça, sexo, etc. Uma constituição que traz a laicidade como o direito de poder manifestar a sua fé, seja ela qual for sendo esta garantia interpretada de maneira extensiva alcançando, inclusive, os que não comungam de nenhuma religião, tendo a liberdade religiosa como pilar da dignidade da pessoa humana, mas que, no entanto, na prática, ainda enfrenta os desafios para a concretização de tornar essa teoria em realidade.

Apesar da promulgação das leis federais 10.639 e 11.645, respectivamente nos anos de 2003 e 2008, que foram, inclusive, fruto de reivindicações antigas do movimento negro brasileiro, que alteraram a lei 9394/96 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituindo a obrigatoriedade da temática sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares da educação básica no nosso país, poucos foram os avanços significativos observados quanto às suas aplicabilidades no ambiente escolar.

Diante disso, esta pesquisa procurou investigar quais as concepções que estudantes e professores do IFAP, campus Macapá e Santana, possuem sobre as religiões de matrizes africanas e as possíveis experiências relacionadas a atos de intolerância e de preconceito religioso que os praticantes dessas religiões possam ter sofrido no ambiente escolar.

E, partindo-se dessa problemática, a investigação teve como objetivo geral analisar as concepções que os estudantes e professores do IFAP possuem, tanto em relação às religiões de matrizes africanas, quanto os possíveis atos de intolerância religiosa vivenciados no ambiente escolar numa perspectiva de uma formação educacional pautada na inclusão e na diversidade cultural.

Ademais, teve como objetivos específicos: identificar elementos da cultura afro-brasileira e de sua religiosidade entre os estudantes do ensino técnico e seus professores; identificar as principais concepções e conhecimentos prévios dos estudantes e professores sobre as religiões de matrizes africanas; analisar os estereótipos e se já houve casos de intolerância religiosa sofrido por estudantes e professores adeptos das religiões afro-brasileiras.

Para tanto, fizemos uma revisão bibliográfica dividida em três tópicos. O primeiro: 2.1 As religiões de matrizes africanas no Brasil: alguns apontamentos históricos e sociais; o segundo: 2.2 As religiões de matrizes africanas no contexto da educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas, e o terceiro: 2.3 A presença das religiões de matrizes africanas no contexto da educação amapaense, os quais usamos as concepções e os ensinamentos de autores como Paulo Freire, Stela Caputo, Nilma Gomes, Vagner Silva, Marise Ramos, Mario Manacorda, Sidnei Nogueira, Piedade Videira, Elivaldo Custódio, dentre outros que contribuíram para os aspectos teóricos desta investigação.

Nesse contexto, utilizamos como metodologia de investigação, a pesquisa qualitativa realizada no IFAP, campus Macapá e Santana, que teve como sujeitos estudantes e professores dos cursos técnicos, sendo utilizado como instrumentos de coleta de dados as entrevistas semiestruturadas aplicadas ao conjunto de participantes. Os dados coletados foram analisados qualitativamente através da técnica da Análise Temática, baseada nos estudos de Braun e Clarke de (2006), e apresentados na seção 4 Resultados e Discussão, que foi organizado em cinco tópicos: Os conceitos de tolerância e de intolerância; algumas concepções sobre intolerância religiosa na contemporaneidade; As Religiões de Matrizes Africanas: ancestralidade, percepções e vivências; os povos de axé estão no IFAP, mas como? E a formação de professores, a Lei 10.639/03 e os seus impactos dentro do IFAP.

Outrossim, por se tratar de pesquisa com seres humanos, a mesma teve seu projeto submetido ao Conselho de Ética em Pesquisa-CEP, na qual obteve parecer favorável pela Universidade Estadual do Amapá-UEAP sob o número 6.771.627.

Ao final, apresentamos, como Produto Educacional, a criação do site educativo “Educação e Memórias Afro-TEC” visando divulgar informações e materiais didáticos sobre a cultura africana e afro-brasileira e sua religiosidade, visando contribuir para a promoção do respeito, da diversidade e do combate à intolerância religiosa dentro do IFAP. Pois, acreditamos que a escola, enquanto instituição de formação social e intelectual, responsável por agregar uma pluralidade de culturas, também pode ser o lugar na qual os seus estudantes aprendam a conviver e a respeitar a diversidade que há nela. Portanto, é nosso desejo, com esta pesquisa, contribuir para o alcance desses propósitos a fim de que a cultura afro-brasileira seja valorizada na instituição e que seus estudantes desenvolvam a capacidade do diálogo e do respeito tornando-se cidadãos mais conscientes socialmente e engajados na luta para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para todos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 As Religiões de Matrizes Africanas no Brasil: alguns apontamentos históricos e sociais

Neste tópico será feita uma abordagem sobre a vinda dos povos africanos para a colônia brasileira, trazendo à baila alguns apontamentos históricos desta colonização, que trouxe como resultado a introdução de costumes africanos fundidos com os elementos culturais existentes na sociedade brasileira, principalmente, no tocante à sua religiosidade e, acima de tudo, como as religiões de matrizes africanas se construíram e se desenvolveram dentro desse contexto social desde os tempos do Brasil-Colônia, até os dias atuais.

A relação Brasil-África inicia-se no século XVI com a vinda de nativos de diversas partes do continente africano como mão de obra escrava para trabalhar em propriedades rurais no Brasil.

Os africanos foram retirados da África para suprir a carência de mão de obra nos empreendimentos coloniais dos portugueses no Brasil. Deixar o continente africano e atravessar o Atlântico era um momento de muita dor e incertezas para os africanos e alguns deles nem sequer conseguiam chegar ao Novo Mundo, pois morriam durante a viagem por falta de vitaminas, situações precárias de higiene e também pela depressão em função de terem sido retirados à força da sua terra natal, da sua vivência cultural, social, política e religiosa (Franco, 2021, p. 2).

No Brasil, os africanos tiveram que abdicar de toda sua cultura, de seus costumes, de seus valores, principalmente, de sua religiosidade, que era a expressão mais valiosa do povo negro de se relacionar com sua ancestralidade, e interagir com seus pares, e forçosamente se integrar aos ditames do colonizador europeu opressor.

A escravidão fez, assim, com que homens, mulheres e crianças, membros de reinos, clãs e linhagens, aliados e inimigos, caçadores, guerreiros, agricultores, sacerdotes e cultuadores de antepassados, enfim, pessoas com relações de parentesco próprias, vivendo sob uma determinada organização social, política e religiosa, fossem retiradas desses contextos para tornarem-se mão de obra escrava numa terra distante e numa sociedade diferente da sua. Aqui tiveram de viver sob um regime que não lhes conferia *status* de pessoa; eram vistos como meras “peças”, compradas e vendidas como coisas (Silva, 2005, p. 29).

Observa-se, com isso, que no processo de colonização portuguesa os negros eram, ao mesmo tempo, peça fundamental para a economia brasileira e vítimas de uma exploração e discriminação secular sem precedentes na história do Brasil.

uma das características fundamentais do processo de dominação colonialista ou de classe, sexo, tudo misturado, é a necessidade que o dominador tem de invadir culturalmente o dominado. Portanto, a invasão cultural é fundamental porque ela pensa no poder ora através de métodos violentos, táticos, ora através de métodos cavilosos. O que a invasão cultural pretende, entre outras coisas, é exatamente a destruição, o que felizmente não consegue em termos concretos. É fundamental ao dominador: triturar a identidade cultural do dominado (Freire, 2018, p.312).

Diante dessa usurpação cultural sofrida pelos povos africanos, Franco (2021), menciona que a religião foi a principal maneira de resistência do povo africano diante do sistema escravista adotado no Brasil por mais de três séculos. Contribuindo no estudo do tema, Gaia, Vitória e Comin (2019) trazem em sua obra uma reflexão sobre a definição do que seriam essas religiões de matrizes africanas que se formaram no contexto de colonização do Brasil e nos apontam que:

A primeira abordagem necessária para iniciar essa reflexão é a de entender o que são, de fato, as Matrizes Africanas, tão comentadas em diversos textos acadêmicos. Partimos, portanto, da concepção de que elas preservam o patrimônio étnico dos africanos sequestrados para o Brasil, possuindo um teor inevitavelmente político contra a opressão étnica e cultural às populações marginalizadas, e foram sincretizadas às práticas indígenas e católicas, desenvolvendo-se, nesse país, de maneira distinta de seu formato original (Gaia; Vitória; Comin, 2019, p. 26 apud Camargo; Scorsolini-Comin; Santos, 2018a).

Nesse sentido, Mota (2018) nos traz a informação de que essas religiões são resultado da diáspora negra ocorrida em decorrência da saída de milhões e milhões de africanos oriundos de diversas tribos trazidos para o Brasil para serem escravizados. Dessa forma, não se sabe ao certo a real quantidade de africanos que vieram para o Brasil para serem escravizados, desde o início da colonização até o fim de seu comércio legal e, posteriormente, o clandestino, haja vista, o Brasil foi o último país da América a abandonar a referida prática.

Para Caputo (2013) há uma dificuldade em se definir uma quantidade exata de homens, mulheres e crianças trazidas do continente africano para serem escravizados no Brasil e nos traz a informação histórica de que Rui Barbosa que era Ministro das Finanças, em 1890, queimou a documentação que tratava sobre a

escravidão, apagando quaisquer vestígios legais que fizessem alusão a todo esse período de nossa história.

No entanto, historiadores estimam que este número esteja entre três a cinco milhões de africanos escravizados para o Brasil e cerca de quinze milhões para todo continente americano.

Quinze milhões de pessoas, de diferentes regiões da África, que traziam nos seus corpos e nos seus espíritos suas relações com a vida, a morte, a natureza, a palavra, a família, o sexo, a ancestralidade, Deus, energias, arte, comida, tempo, educação. Enfim, com suas formas de ver, pensar, sentir, falar e agir no mundo. Espalhados, assim, formaram o que se chama de diáspora africana, ou seja, os negros que, sequestrados de suas terras, levaram consigo suas tradições, mantendo-as e recriando-as no mundo, incluindo o Brasil (Caputo, 2013, p. 152).

Ainda sobre a diáspora africana, mais especificamente sobre sua religiosidade, sabe-se que:

entre o final do século XVIII e início do século XIX e, até mesmo, após a proibição do tráfico de escravos, vieram para o Brasil os povos sudaneses, originários de Benin, Costa do Marfim, Gana, Mali, Nigéria, Togo. Este grupo étnico-cultural falava língua semelhante, apresentavam hábitos ou religiões análogas e, por sua vez, trouxeram para o Brasil o candomblé. Todavia, a cultura africana foi difícil de ser preservada devido ao fato de que o escravo chegou ao território brasileiro em péssimas condições, pouca expectativa de vida, espalhados por todo o litoral, sem agrupamentos, e trabalhando em domínios rurais (Santos, 2019, p. 43).

Desta informação, infere-se que o candomblé é resultado da diáspora negra africana e, Franco (2021) nos esclarece que com o Candomblé, a umbanda também se apresenta como religião de matriz africana de bastante adeptos no país, no entanto, a sua origem é nacional expressando a autora que “Enquanto o candomblé se aproxima muito dos cultos típicos da África, a umbanda surge como uma religião tipicamente brasileira” (Franco, 2021, p.34).

Sobre as definições do candomblé e da umbanda, religiões de matrizes africanas com mais adeptos em nosso país, Santos nos traz as seguintes definições a respeito do assunto:

o candomblé enquanto uma das religiões na qual são cultuadas divindades de origens diversas, identificadas por meio dos elementos da natureza, com sentimentos e emoções e, ainda, por meio de processos sincréticos, a partir da relação com a igreja católica – o cristianismo, da sua relação com cultos, vivências, saberes e a própria cultura indígena já existente no país, a Umbanda seria a única religião criada no Brasil, fundada em 1917 na cidade

de Niterói. Além de sua constituição candomblecista ou africanista, a religião promove outras relações, com o misticismo, de uma forma geral, com valores ciganos, kardecistas, hinduístas, muitas vezes, criando também outras liturgias (Santos, 2019, p.43).

Contudo, vale ressaltar que devido a enorme diversidade cultural de etnias, de tribos africanas e suas peculiaridades e, sobretudo, pela utilização do termo religiões de matrizes africanas serem utilizadas no plural, dificulta-se uma conceituação única e singular sobre elas.

Nesse contexto, e diante do processo de dominação portuguesa de imposição de uma sociedade baseada em valores e culturas de padrões eurocêntricas, entendidas aquelas cuja ideologia está voltada à cultura do povo europeu e vislumbradas como superior às demais culturas, como o que aconteceu no Brasil, os povos africanos e afro-brasileiros, por séculos, tiveram que reprimir a sua religiosidade para não serem alvos de represálias severas por parte do colonizador.

As religiões de matriz africana desde sempre tiveram que travar uma luta para poderem sobreviver num ambiente marcado pelo racismo e preconceito com as culturas que se diferenciavam do modo ocidental de enxergar o mundo. Num primeiro momento, os africanos escravizados tiveram que aceitar o sincretismo como uma estratégia de sobrevivência diante das imposições católicas (Franco, 2021, p.36).

Vale mencionar que, o autor, ao falar de sincretismo religioso, nos remete à compreensão do fenômeno ocorrido no Brasil de fusão entre os elementos religiosos do catolicismo com os ritos, cânticos, imagens, etc. das religiões de matrizes africanas para que estas fossem “admitidas” ou “toleradas” na sociedade.

Para Silva (2012, p.1091) “Segundo a “teoria do disfarce” e do “sincretismo”, os deuses africanos tiveram que ser escondidos por “debaixo das roupas dos santos cristãos” para evitar a repressão e, com o tempo, acabaram sendo “confundidos” uns com os outros”. Enfim, o desenvolvimento das religiões afro-brasileiras foi marcado pela necessidade de se criarem estratégias de sobrevivência e diálogo diante das condições adversas.

Essas religiões foram perseguidas pela igreja católica ao longo de quatro séculos; pelo Estado republicano, sobretudo na primeira metade do século XX, quando este se valeu de órgãos de repressão policial e de serviços de controle social e higiene mental; finalmente, pelas elites sociais, em um misto de desprezo fascínio pelo exotismo que sempre esteve associado às manifestações culturais dos africanos e seus descendentes no Brasil (Silva, 2007, p. 224).

Diante desse cenário onde se perdura a desinformação e o preconceito, sobreviver a ele tem sido o grande desafio dos povos de origem africana e afro-brasileiros diante do que hoje chamamos de intolerância religiosa em relação às religiões de matrizes africanas, que vêm se perpetuando ao longo do tempo em nossa sociedade.

Nesse contexto, Franco (2021, p.39) esclarece que “a violência que ainda hoje faz parte do cotidiano dos praticantes de religiões de matriz africana está estritamente ligada ao passado colonial que classificou o sujeito branco como superior e os sujeitos não brancos como seres inferiores”.

Diante do exposto, é certo que falar sobre tolerância ou intolerância religiosa vai muito além de se identificar superficialmente uma religião através de seus adornos característicos, mas está intimamente relacionada ao conhecimento de toda uma história de dominação, crueldade e opressão que o homem imprimiu sobre o próprio homem durante mais de três séculos de escravidão no Brasil.

Nessa compreensão alienada e alienante da tolerância, se acha escondida no tolerante a desconfiança, quando não, a certeza, de sua superioridade de classe, de raça, de gênero, de saber em face do tolerado. Este, por sua vez - espera o tolerante-, deve humildemente revelar sua gratidão à bondade do tolerante (Freire, 2018, p. 276).

Para Freire (2018), ser tolerante não significa ser benevolente ou estar fazendo um favor ao próximo e na tolerância não há ou o que tolera ou o que é tolerado, na realidade os dois devem se tolerar mutuamente e nos acrescenta seu entendimento a respeito da questão da intolerância nos dizendo que:

O que é intolerância? É a incapacidade de conviver com o diferente. Segundo, é a incapacidade de descobrir que o diferente é tão válido quanto nós ou às vezes melhor, em certos aspectos e mais competente, o que significa é que o diferente não é necessariamente inferior, não existe isso (Freire, 2018, p. 958).

Logo, seguindo o pensamento do autor, de que a incapacidade de aceitação e validação ao que é diferente pelos outros que se relacionam socialmente, há que se perquirir que a questão da intolerância religiosa em relação às religiões de matrizes africanas reflete esse sentimento de superioridade que se verifica no Brasil desde seu período colonial, sendo perpetuado até os dias atuais, e que é responsável, seguramente, por dar a sensação de legitimidade aos diversos casos

de violência e ataques a umbandistas e candomblecistas que se tem conhecimento em nossa sociedade.

## **2.2 As Religiões Afro-brasileiras no contexto da EPT: Desafios e perspectivas**

A história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil se confunde com a própria história de nosso país. Para Ramos (2014, p. 13), “compreende-se que o movimento histórico da política da educação profissional no Brasil expressa a própria constituição do estado brasileiro e suas transformações ao longo do século XX e a primeira década do século XXI”.

Para Vieira e Júnior (2017), a formação do trabalhador remonta ao período colonial do Brasil, apontando os indígenas e as pessoas negras escravizadas, considerados a classe mais pobre da população brasileira, como os primeiros a exercerem um trabalho, evidenciando a dualidade com a classe dominante- a elite- que se dedicava a uma educação propedêutica, de continuidade dos estudos.

Essas informações trazidas pela autora da relação estreita entre trabalho, classe social e educação, na qual se percebe, um tipo determinado de trabalho e o oferecimento de um tipo específico de educação, a depender da classe social no qual o indivíduo está inserido, serão percebidas na história da educação brasileira.

Isso porque, analisando-se cronologicamente a EPT no Brasil, percebe-se sua intenção desvirtuada do pensamento de especialistas no assunto como Saviani, Frigotto, Ciavatta, Ramos, Della Fonte, entre outros, de uma educação profissional para a formação humana integral dos indivíduos, preparando-os para viver em sociedade e para o mundo do trabalho. Distanciando-se, portanto, da concepção de omnilateralidade dos sujeitos, que se caracteriza pela

chegada do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumos e prazeres, em que se deve considerar, sobretudo, o gozo dos bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho (Junior; Bittar, 2008, p. 644).

Ou seja, a educação para o pleno desenvolvimento dos sujeitos em suas diversas dimensões: sociais, intelectuais, culturais, trabalho, política, etc., foram desconsideradas, para se adequar a um sistema político, social e econômico com determinação para o mercado de trabalho, para a produção de bens, para a mais-

valia e tudo o mais que possa caracterizar esse sistema opressor capitalista que molda a vida e as estruturas de nossa sociedade ao longo dos séculos.

Diante desse contexto social, em que a lógica do capital e da produção se sobrepõe à formação humana integral, a busca por uma educação onmilateral torna-se cada vez mais necessária quando o que se pretende é, através da formação total dos indivíduos, a construção de uma sociedade mais igualitária.

Nesse cenário de desvalorização do homem, em sua totalidade, temos que sua expressão cultural e religiosa é frequentemente marginalizada, a depender de sua origem, dos seus rituais e de como se relacionam e se conformam aos padrões hegemônicos preexistentes. Nesse contexto de exclusão, infere-se que as religiões de matrizes africanas e seus adeptos, por não estarem inseridos nesses padrões, sofrem por ataques e atos de intolerância religiosa que se perpetuam no tempo.

A expressão “intolerância religiosa” tem sido utilizada para descrever um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças, rituais e práticas religiosas consideradas hegemônicas. Práticas estas que, somadas à falta de habilidades ou à vontade de reconhecer e respeitar diferentes crenças de terceiros, podem ser consideradas crimes de ódio que ferem a liberdade e a dignidade humanas (Nogueira, 2020, p.18).

Essas complexas relações, que se desenvolvem diariamente no interior da sociedade, possuem reflexos significativos em instituições coletivas como as escolas, que se configuram como ambientes responsáveis por agregar, em espaços físicos limitados, pessoas de diversas culturas e religiões, portanto, um lugar propício no qual podem ser desenvolvidos trabalhos pedagógicos focados no respeito, na tolerância, na diversidade e na promoção do sentimento de igualdade.

Nessa direção, pensar o pluralismo religioso em contexto escolar tem sido desafiador para pesquisadores que tentam compreender os meandros da escola no que se refere a tal temática. Tal desafio se dá, à medida que reconhecemos que o processo de secularização no Brasil não expurgou os elementos do cristianismo e que a educação é um dos domínios de produção, ou de uma realização prática da laicidade, compreendida como um dispositivo político capaz de organizar as relações institucionais do Estado (Silva; Martins, 2022, p. 4, apud Diniz; Carrião, 2010).

Para as autoras, os desafios apresentados às escolas em suas práticas pedagógicas, quando o tema é o pluralismo religioso, são reflexos de uma política educacional secular, voltada exclusivamente a uma única religião ou das predominantemente de origem cristã. Ainda que sejamos constitucionalmente um

país laico e que tenhamos a liberdade de escolha quanto a uma religião, nos termos dos art. 19 e 5º, respectivamente, da Constituição Federal de 1988, na prática, esse direito fundamental ainda não se configura como uma realidade material.

Além da garantia constitucional, temos também outros documentos legais inferiores como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei 9394/96 - LDB, que em seu art.33 nos informa sobre a facultatividade da matrícula de ensino religioso nas escolas públicas de ensino fundamental, mostrando este como parte integrante da formação básica do cidadão, assegurando o respeito à diversidade cultural e religiosa brasileira, com a vedação expressa ao proselitismo religioso nas instituições de ensino do país.

Em contrapartida, a Lei 10639 de 2003, ao atualizar a LDB em seus artigos 26-A, 79-A e 79-B, instituiu a obrigatoriedade nos estabelecimentos da educação básica o ensino sobre a história e cultura afro-brasileira incluindo a história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, intelectual, econômica e política pertinentes à História do Brasil que para Gomes:

A implementação da Lei 10639/03 e de suas respectivas diretrizes curriculares nacionais vem somar as demandas do movimento negro, de intelectuais e de outros movimentos sociais que se mantêm atentos a luta pela superação do racismo na sociedade, de modo geral, e na educação escolar, em específico. Esses grupos partilham da concepção de que a escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações positivas dos afro-brasileiros e por uma educação que tenha o respeito à diversidade como parte de uma formação cidadã. Acreditam que a escola, sobretudo a pública, exerce papel fundamental na construção de uma educação antirracista (Gomes, 2013, p. 69).

Nesse contexto, Gomes (2013) nos instiga a refletir também o art. 1º da LDB que mostra a abrangência que a educação possui no processo formativo do indivíduo que pode se desenvolver em diversos segmentos da sociedade, sobretudo, na família, nas escolas e nos movimentos sociais, e analisa que a falta dessa compreensão sobre a formação social brasileira, como herança deixada pelos povos africanos, e o não reconhecimento de que parte significativa da nossa formação histórica e cultural tem origem afro-brasileira dão indícios de que a Lei 10639/03 está sendo negligenciada, tornando imprescindível a sua inclusão e discussão no currículo escolar.

Além da lei 10.639/03, não podemos esquecer da sua norma alteradora, a Lei 11.645 de 2008, que fez constar em seus termos, a obrigatoriedade da inclusão do ensino da cultura indígena nos estabelecimentos públicos e privados do nosso país, que, assim como a cultura afro-brasileira e africana, a difusão da cultura indígena nas escolas, também traz a sua contribuição para a desconstrução de estereótipos, da discriminação e do preconceito que ainda se tem em relação aos povos originários, como forma de preservação da cultura e de conhecer as suas contribuições para a formação, dentre outras coisas, da nossa religiosidade.

Para Silva (2005), para se conhecer as religiões de matrizes africanas é preciso descrever o encontro de três tipos de religiosidades que se relacionaram a partir da colonização portuguesa no Brasil que é o catolicismo europeu, as várias religiões e etnias africanas e os rituais e crenças indígenas dos povos que já habitavam as nossas terras. Assim como os brancos e os negros, os povos originários também contribuíram, principalmente, para a formação dos arquétipos da umbanda através de seus pajés, nações de caboclos, seus deuses e espíritos da floresta, ainda que, como os africanos, tenham sofrido com o apagamento de muito de seus rituais através da catequese portuguesa a qual foram submetidos.

Sabemos que é de extrema importância que o processo de escolarização tanto de nossos povos originários quanto quilombolas não pode mais, em pleno século XXI, aniquilar o processo de desenvolvimento de culturas tradicionais, dada a importância da sua preservação (Poli, 2023, p. 207).

Para tanto, além de previsão legal, faz-se necessário para a consolidação desta preservação cultural dos povos originários, conforme explicitado pelo autor, que haja mais investimentos em estudos sobre a temática com capacitação aos profissionais de educação para poderem, em sua prática pedagógica, trabalhar o tema de forma mais consciente, abrangente e significativo.

Nessa formação, os professores precisam estar preparados para lidar com a realidade dos povos originários de acordo com as diferenças que se apresentem em cada uma das regiões do país e estar cientes dessa imagem do indígena e o mito da escola que é, para eles, ligado e tão relacionado ao processo de colonização, e até mesmo catequese e conversões religiosas que tomaram por muito tempo e, ainda tomam em determinados casos, com o consequente trabalho para o apagamento dos valores civilizatórios tradicionais em detrimento da cultura do colonizador anterior (Poli, 2023, p. 207).

Nesse sentido, para Poli (2023), trabalhar a cultura indígena no currículo escolar demanda um grande desafio na formação de professores, pois diferente da cultura quilombola que já se encontra mais integrada ao processo de civilização do colonizador branco, inclusive em relação à linguagem, aos costumes e a sociedade, a cultura dos povos originários ainda é cercada de muitos mistérios, pois sua integração não ocorreu na mesma proporção que a da afro-brasileira.

Dessa forma, a obrigatoriedade do estudo sobre a cultura indígena nos currículos escolares de nossa educação básica vai possibilitar, aos estudantes, a ampliação dos conhecimentos sobre as práticas, as tradições, os mitos e a religiosidade desses povos para serem valorizados e reconhecidos como parte essencial da formação do povo brasileiro contribuindo para a promoção de uma sociedade mais democrática que respeita a diversidade cultural que nela habita.

Seguindo com os normativos legais, podemos mencionar também a Base Nacional Curricular Comum- BNCC, que traz como um de seus objetivos propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença com o constante propósito de promoção de direitos humanos e, por fim, não podemos deixar de lado a Resolução CNE/CP n.º 01 de 05 de janeiro de 2021, que traz os princípios norteadores da EPT relacionado ao tema e nos informa em seu art. 3º que “São princípios da educação profissional e tecnológica: XII - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como as dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, migrantes e itinerantes”.

Assim, vislumbra-se então, que os Institutos de Educação Profissional e Tecnológica seriam excelentes espaços formais dedicados a um ensino voltado para uma maior discussão em torno da intolerância religiosa, isso porque, nos termos da Observatório da EPT, esse tipo de educação teria como objetivo a formação integral do estudante, tendo como foco principal prepará-lo para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade.

Frente à realidade da alienação humana, na qual todo homem. Alienado por outro, está alienado da própria natureza, e o desenvolvimento positivo está alienado a uma esfera restrita, está a exigência da onilateralidade, de um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade de sua satisfação (Manacorda, 2007, p. 87).

A formação humana integral dos educandos será alcançada também quando estes, segundo o autor, despidos de toda alienação possível no qual estão envolvidos socialmente, desenvolverem em sua completude todas as suas capacidades para viver plenamente em sociedade.

Nessa perspectiva precisamos de uma escola que esteja preparada para receber os educandos e prepará-los para compor essa sociedade como sujeitos atuantes e conscientes de seus direitos e deveres. Para contribuir, Freire menciona que:

Sonhamos com uma escola - agora, volto imediatamente a uma análise já feita -, uma escola que seja vivida ou cujos conteúdos programáticos correspondam à ansiedade dos educandos e, historicamente, culturalmente, socialmente, uma escola em que os educandos exercitem o direito de ser sujeitos (Freire, 2018, p. 464).

Dessa forma, a EPT, visando o desenvolvimento da formação humana integral dos indivíduos, deve ser considerada um espaço em que esses princípios sejam os norteadores de sua política educacional na qual a sua prática pedagógica incluam elementos de conscientização da enorme diversidade de crenças religiosas existentes em nossa sociedade com o objetivo precípua de formar cidadãos críticos e conscientes de seus papéis transformadores dentro deste contexto social em que se prevalece a ignorância, a intolerância e o desrespeito entre as pessoas, esse, possivelmente, seria o grande desafio, hoje, a ser alcançado por nossas escolas.

### **2.3 As religiões de matrizes africanas no contexto da educação amapaense**

As religiões de matrizes africanas integram a realidade sociocultural do povo amapaense, congregando um número significativo de adeptos por todo o estado, mostrando que, assim como as demais unidades da federação, o Amapá é essencialmente religioso. Conforme os dados de IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), através do Censo demográfico de 2022, o Amapá possui mais de três mil estabelecimentos religiosos, para cada cem mil habitantes. Porém, as suas denominações religiosas não foram especificadas pelo Censo.

Em que pese a ausência deste detalhamento, informações oriundas de órgãos da administração pública, como a Fundação Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Amapá, revelaram a presença de mais de 180

terreiros de umbanda e candomblé cadastrados na Fundação, segundo informações da chefe de Unidade de Combate à Discriminação e Intolerância, Chyrlene Santos.

Em se tratando do município de Macapá, essa realidade não se difere muito. Segundo Augusto Pereira Silva Neto, Babalorixá, sacerdote e representante do Instituto Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a última catalogação realizada pelo Instituto, contabilizou 85 terreiros de umbanda e candomblé registrados na Prefeitura. Todavia, o sacerdote projeta esse número para mais de 100 instituições afro-religiosas, face à contínua fundação de novos terreiros e espaços de culto afro na capital.

Portanto, os dados apresentados por essas instituições governamentais sobre a presença das religiões de matrizes afro-brasileiras no Amapá, demonstram a forte influência que elas exercem na cultura e na identidade do povo amapaense, principalmente, para os descendentes das comunidades negras, mantendo suas conexões e raízes fincadas nas suas ancestralidades africanas.

No contexto educacional amapaense, as religiões de matrizes africanas têm presença nos currículos das instituições que compõem a educação básica conforme o Referencial Curricular Amapaense do Ensino Médio, que ao tratar da educação escolar quilombola traz como referência os valores sociais, culturais, históricos e econômicos das comunidades em que essas escolas estão inseridas e dispõe ainda:

Para tal, a escola deverá se tornar um espaço educativo que efetive o diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local, valorize o desenvolvimento sustentável, o trabalho, a cultura, a luta pelo direito à terra e ao território. Portanto, a escola precisa de currículo, projeto político-pedagógico, espaços, tempos, calendários e temas adequados às características de cada comunidade quilombola para que o direito à diversidade se concretize. Essa discussão precisa fazer parte da formação inicial e continuada dos professores (Amapá, 2020, p. 33).

Conforme o Referencial, as 26 escolas da educação quilombola, devem trabalhar em seus currículos todas as questões étnico- raciais tratadas nele para que isso possibilite uma aprendizagem mais significativa aos estudantes através desse diálogo e correspondência, imprescindível, entre os saberes escolares e sua realidade local, conforme as competências e as habilidades trazidas, principalmente, na área das ciências humanas e sociais aplicadas, nas habilidades locais mostradas no quadro a seguir:

Quadro 1 - Competências e habilidades das Ciências Humanas e Sociais

| Ciências humanas e sociais aplicadas |  |
|--------------------------------------|--|
| habilidades Locais                   |  |
| (EM13CHS-AP01)                       | Analisar os objetos da cultura material e imaterial construídos na região do atual Amapá e a identidade presente nessas práticas.  |
| (EM13CHS-AP05)                       | Identificar, analisar e discutir as manifestações culturais dos povos da Amazônia brasileira, seus saberes, rituais, ligação com o sagrado e com a floresta, as formas de vida, identidades e cosmovisões das sociedades ribeirinhas, rurais e citadinas da Amazônia no âmbito regional e local. |
| (EM13CHS-AP06)                       | Analisar o processo de formação de áreas quilombolas na região do atual Amapá, suas identidades e condições atuais.  |
| (EM13CHS-AP07)                       | Identificar os elementos naturais típicos da região do Amapá usados pelas populações tradicionais e os métodos empreendedores por elas utilizados como complementação à renda familiar ou mesmo como meio de subsistência  |

Fonte: Referencial Curricular Amapaense do Ensino Médio (2020).

Percebemos que, através dessas habilidades locais presentes no Referencial Curricular Amapaense, os estudantes poderão acessar os conhecimentos sobre as populações tradicionais do Amapá e seu patrimônio histórico; os aspectos metafísico-existenciários da Amazônia e suas tradições, a escravidão e a resistência na região do atual Amapá: fugas e a formação de quilombos; a apropriação dos recursos naturais pelas populações tradicionais do Amapá e a sua utilização enquanto meio de subsistência e manutenção dos modos de existência e a partir daí fazer uma análise crítica da realidade social em que vivem, uma vez que, a finalidade precípua do documento é encontrar alternativas para uma educação voltada para práticas e realizações que estimulem o senso crítico dos estudantes, para promover sua autonomia e emancipação social.

Vale ressaltar também que as habilidades e competências trazidas pelo Referencial estão em consonância com a BNCC e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que contemplam os estudos das questões

étnicos- raciais para serem trabalhadas de forma interdisciplinar com os estudantes e também em obediência às próprias leis 10.639/03 e 11.845/08 que trazem a obrigatoriedade de se trabalhar nos currículos escolares de toda a educação básica a história e a cultura afro-brasileira, africana e indígena, respectivamente, como já visto anteriormente, principalmente nas disciplinas de história, literatura e artes.

Segundo o Núcleo de Educação Étnico Racial – NEER/CEESP/SEED, órgão com a responsabilidade de assessorar os profissionais da educação quilombola do Amapá na sua parte técnica e pedagógica, através de seu gestor Renê Marques Bruno, o Amapá possui, hoje, 26 escolas quilombolas distribuídas nos municípios de Macapá (19), Oiapoque (1), Tartarugalzinho (1) e Santana (5) e elas, como as demais escolas da educação básica do estado, devem trabalhar as questões étnico-raciais em seu currículo e projeto político pedagógico, incluindo os estudos das religiões de matrizes africanas, para o fiel cumprimento das leis e da Constituição Federal de 1988, mas reconhece que, conforme o restante do país, há entraves políticos e religiosos que dificultam práticas pedagógicas disseminadoras da cultura afro-brasileiras nas escolas.

O currículo escolar assume uma importância muito grande na diversidade cultural e principalmente na crítica da educação antirracista. Assim sendo, a diversidade cultural nacional e principalmente regional não pode ser ignorada na elaboração curricular de cada sistema de ensino. Essa questão é tão significativa que após a LDBEN de 1996 já ocorreram algumas emendas no texto original em relação aos currículos da educação básica. Um grande exemplo disso foi a obrigatoriedade do ensino sobre a história e a cultura afro-brasileira anunciada anteriormente (Custódio, 2017, p. 163).

Dessa maneira, percebemos que a inclusão nos currículos escolares e o constante debate sobre a temática da diversidade cultural, tanto nacional quanto regional são uma essencialidade para podermos minimizar os constantes e variados atos de discriminação e intolerância religiosa que vemos no interior de nossas escolas através, principalmente, das mídias sociais.

Na visão de Custódio (2017), ao tratarmos sobre as religiões de matrizes africanas na educação escolar no Amapá é fundamental uma abordagem educacional que valorize a identidade dos estudantes e o respeito às diversidades presentes na comunidade em que a escola está inserida, garantindo um espaço de aprendizagem mais diversificada e global.

Para Freire (1996), o ato de ensinar pressupõe a exigência ao respeito dos saberes dos educandos aproveitando suas experiências no local em que vivem para discutir temas que sejam relevantes à sua realidade social, estabelecendo uma intimidade entre os saberes escolares e suas experiências sociais.

Já Videira (2008), em suas pesquisas sobre a relação do Marabaixo e a educação escolar amapaense, nos ensina que o estudo sobre esta cultura, que reflete essencialmente aspectos sociais, raciais, culturais e religiosos dos povos afro-amapaenses, de forma genuína, seria sim uma excelente possibilidade de se trabalhar uma abordagem pedagógica que trouxesse uma aprendizagem mais significativa aos estudantes, pois o marabaixo tem relação intrínseca com a vida de cada sujeito nascido em solo amapaense.

Podemos dizer então que, fazer essa articulação entre os saberes dos estudantes com a prática pedagógica é ainda o grande desafio para nossas escolas, pois essa fusão dos conhecimentos entre escola e comunidade a que, diariamente, os estudantes deveriam estar expostos no ambiente escolar, e isso indo muito além de se trabalhar pontualmente datas comemorativas que fazem alusão ao povo afro-indígena, teria o potencial de se concretizar uma aprendizagem mais significativa para eles. Contudo, é preciso romper com o silenciamento e os meandros dessas escolas em se trabalhar essas temáticas anti-racistas que são tão importantes para a identidade cultural e social de todos os educandos da comunidade escolar.

Em geral, percebe-se o desconhecimento dos alunos e das alunas em relação à intolerância religiosa e sobre as religiões de matrizes africanas, sendo que isso pode ser resultado da falta de abordagem do tema por professores e professoras em sala de aula. Os educadores e as educadoras no Brasil sentem-se desconfortáveis para trabalhar sobre as relações étnico-raciais, no entanto, é notável também que eles e elas não foram preparados para desenvolver, no processo educacional, tal perspectiva de abordagem temática. Acreditamos que a falta de preparo dos e das docentes para trabalhar a temática é uma barreira difícil, mas que pode ser superada a partir do oferecimento e ampliação de cursos de formação continuada sobre a temática da história africana (Gama; Videira; Custódio, 2020, p. 108)

Nesse sentido, precisamos romper com essas barreiras pedagógicas que dificultam a disseminação desses saberes nas escolas amapaenses e promover uma educação que possa ser um reflexo positivo de todas as contribuições que os povos afro-indígenas trouxeram para a nossa formação cultural.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Tipo da pesquisa

Para a realização deste trabalho, que tratará sobre a religiosidade e as religiões de matrizes africanas no ambiente escolar, foi utilizado como abordagem investigativa a pesquisa qualitativa que de acordo com Flick (2009, p. 21) “tem particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida”. Ou seja, é a busca pela compreensão das experiências sociais através da coleta de informações não numéricas para descrever essas relações entre os indivíduos de maneira mais completa e contextualizada.

Conduzimos pesquisas qualitativas porque um problema ou questão precisa ser explorado. Por sua vez, essa exploração é necessária à necessidade de estudar um grupo ou população, identificar variáveis que não podem ser medidas facilmente ou escutar vozes silenciadas. Todas essas boas razões para explorar um problema em vez de usar informações predeterminadas da literatura ou resultados de outros estudos de pesquisas (Creswell, 2014, p. 47).

Na pesquisa qualitativa há o que Deslandes, Gomes e Minayo (2007) denominam de Ciclo de Pesquisa que são as etapas que o pesquisador precisará percorrer para obter as respostas às suas indagações iniciais e poder concluir o seu estudo com maior eficiência através da análise e tratamento criterioso dos dados coletados na sua pesquisa. Para esses autores esse ciclo possui três etapas distintas, conforme explicado a seguir:

A esse ritmo denominamos Ciclo de pesquisa, ou seja, um peculiar processo de trabalho em espiral que começa com uma pergunta e termina com uma resposta ou produto que, por sua vez, dá origem a novas interrogações. Para efeitos bem práticos, dividimos o processo de trabalho científico em pesquisa qualitativa em três etapas: (1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e tratamento do material empírico e documental (Deslandes; Gomes; Minayo, 2007, p. 26).

Dessa forma, podemos observar, através dessas etapas do ciclo da pesquisa explicitada pelos autores, o quão são importantes e indispensáveis para a obtenção dos resultados almejados e como, nesse contexto, a figura do pesquisador se mostra substancial e imperioso para que com sua sensibilidade e perspicácia consiga infiltrar-se no grupo social a ser pesquisado e colha as informações e

embasamentos necessários para a obtenção de respostas satisfatórias ao seu problema de pesquisa.

Nessa compreensão, o pesquisador irá fornecer um conhecimento novo em relação ao tema, sempre sob outra perspectiva, e com isso entregar um estudo mais robusto e completo à sociedade, e a partir disso ampliar ainda mais o seu leque de curiosidade buscando novas indagações sobre o tema, uma vez que, conforme Deslandes, Gomes e Minayo (2007, p. 27) “O ciclo de pesquisa não se fecha, pois, toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas”.

Logo, para este estudo sobre as concepções religiosas do grupo social escolhido para a realização desta pesquisa, inferimos a abordagem qualitativa como vital para o aprofundamento da realidade sociocultural observada desses indivíduos, e poder interpretá-las, dando-lhes significados e, conseqüentemente, visibilidade às questões religiosas que são tão presentes nas relações sociais desses grupos.

### **3.2 Sujeitos e local da pesquisa**

O cenário escolhido para a realização da pesquisa foi o Instituto Federal do Amapá - IFAP campus Macapá e Santana, e o local se justificou devido a sua relevância para o debate sobre as religiões de matrizes africanas ao apresentar uma significativa diversidade cultural composta por estudantes e professores de diversos segmentos da sociedade amapaense e, conseqüentemente, de diversas denominações religiosas, convivendo em seu interior.

Isso porque, o IFAP, enquanto instituição pública, na qual podem se matricular todos aqueles indivíduos cumpridores dos requisitos legais para ingresso e por também contar em seu quadro de pessoal com servidores, bem como com seus estudantes, de uma expressiva diversidade social, de gênero e de religião, apresenta uma enorme variedade sociocultural que foram favoráveis ao desenvolvimento desta pesquisa e de seus objetivos de identificar os elementos da cultura afro-brasileiras no meio social em que vivem e as concepções prévias que esses indivíduos trazem para o ambiente escolar relacionado ao tema.

A escola é um espaço relacional, um espaço sujeito a compromissos, colaboração e participação. É um espaço organizado de forma plural e diversa, que permite compreender a natureza desse espaço educativo, das relações e interações que aí ocorrem. A escola é um espaço em que se desenvolvem as relações entre indivíduos de diferentes culturas e onde

também ocorrem comportamentos, tradições, costumes, ideias, opiniões, valores, expectativas, anseios, rotinas, entre outros (Veiga, 2013, p. 160).

Portanto, essa diversidade cultural, expressada pela autora, num espaço organizado e delimitado como são as escolas, favorecem as práticas metodológicas de valorização e respeito aos saberes trazidos pelos educandos para o ambiente escolar.

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes dos educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela- saberes socialmente construídos na prática comunitária - mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (Freire, 1996, p. 33).

Combinada a esta questão do respeito à pluralidade cultural, o IFAP se apresenta também como uma das principais instituições de Educação Profissional do Estado do Amapá que congrega valores como a ética, a inclusão, a transparência, dentre outros, tendo como missão promover uma educação profissional pública de excelência em todos os níveis e modalidades de ensino, integrando ensino, pesquisa e extensão, para a construção de uma sociedade democrática, justa, igualitária e conscientemente sustentável.

E, dessa maneira, todas essas características convergiram para a escolha da instituição como um ambiente propício e adequado ao desenvolvimento da presente pesquisa, uma vez que, esta encontra-se inserida dentro do Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica- Profept, que tem por objetivo geral proporcionar, justamente, uma formação em Educação Profissional e Tecnológica, visando tanto a produção de conhecimentos como ao desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado.

Participaram da pesquisa estudantes e professores do ensino técnico dos campus Macapá e Santana. A coleta de dados totalizou 13 entrevistas, sendo 8 professores e 5 estudantes. Os critérios utilizados para a escolha dos estudantes se basearam pelas suas identificações como praticantes de religiões de matrizes africanas, já a dos professores, a amostra da pesquisa contemplou docentes das mais diversas áreas do conhecimento, praticantes ou não de alguma denominação religiosa, conforme demonstrados nos quadros a seguir.

No quadro 2, foram apresentados os oito professores que participaram desta pesquisa, no qual foram identificados com o código “P” (Professor), seguido da ordem em que foram realizadas as entrevistas, com a identificação do componente curricular de sua atuação, a sua denominação religiosa, o seu campus de vinculação e a menção de sua indicação, conforme os procedimentos da técnica da *bola de neve*, que foi utilizada nesta investigação.

Quadro 2 - Professores entrevistados

| Professor | Disciplina    | Religião  | Campus  | Indicação    |
|-----------|---------------|-----------|---------|--------------|
| P1        | Filosofia     | Católica  | Santana | semente 1    |
| P2        | História      | Católica  | Santana | professor P1 |
| P3        | História      | Candomblé | Macapá  | professor P2 |
| P4        | Física        | Ateu      | Macapá  | semente 2    |
| P5        | Matemática    | Católica  | Santana | professor P4 |
| P6        | Administração | Católica  | Santana | professor P1 |
| P7        | Geografia     | Católica  | Macapá  | semente 2    |
| P8        | Biologia      | Católica  | Macapá  | professor P3 |

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Já no quadro 3, estão apresentadas as informações a respeito dos cinco estudantes praticantes de religiões de matrizes africanas que participaram da pesquisa, na qual foram identificados com o código “E” (Estudante), seguido da ordem em que foram realizadas as entrevistas com suas respectivas idades, com a identificação dos cursos técnicos em que estão matriculados e seu campus, a religião de matriz africana a qual pertencem e a menção de suas indicações, conforme a técnica da bola de neve.

Quadro 3 - Estudantes entrevistados

| Estudante | Idade | Curso Técnico | Campus  | Religião       | Indicação    |
|-----------|-------|---------------|---------|----------------|--------------|
| E1        | 16    | Logística     | Santana | Tambor de Mina | professor P1 |
| E2        | 17    | Química       | Macapá  | Umbanda        | semente3     |

|    |    |           |        |           |              |
|----|----|-----------|--------|-----------|--------------|
| E3 | 16 | Química   | Macapá | Umbanda   | estudante E2 |
| E4 | 15 | Mineração | Macapá | Umbanda   | estudante E2 |
| E5 | 16 | Mineração | Macapá | Candomblé | estudante E4 |

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Dessa forma, por meio da colaboração dos referidos sujeitos, com informações pertinentes, foi possível a coleta de dados relevantes para a análise dos resultados e o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa.

### 3.3 Instrumentos de Coleta de dados

As questões que buscamos esclarecer, através desta pesquisa, foram investigadas por meio da técnica de entrevistas aplicadas ao conjunto de participantes selecionados que se relacionam com o objeto em estudo, na qual, o entrevistador buscou informações, de acordo com seus objetivos, que pudessem subsidiar e substanciar suas indagações iniciais e seus resultados. Assim as entrevistas são acima de tudo

uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo (Deslandes; Gomes; Minayo, 2007, p. 64).

Desse modo, para a construção dessas informações pertinentes à pesquisa, foi utilizada como coleta de dados as entrevistas semiestruturadas - que consiste na “combinação de perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (Deslandes; Gomes; Minayo, 2007, p. 64). Nessa perspectiva:

A entrevista semiestruturada configura-se como uma opção onde as questões são direcionadas com a intenção de que o entrevistado tenha liberdade de responder ao questionamento, refletindo e tangenciando seus pensamentos de maneira confortável e flexível. A exigência é a existência de tópicos pré-formulados que tenham como objetivo guiar o entrevistador e um diálogo controlado e pautado pela dinâmica natural, gerando sensação de conforto e confiabilidade a quem responder (Brancher; Canterle; Machado, 2019, p. 153).

As entrevistas seguiram um roteiro pré-estabelecido, no qual, primeiro, selecionamos os potenciais entrevistados, em seguida, mantivemos contato prévio, individualmente, e tratamos de marcar o dia, local e horário para começarmos a construir a nossa relação inicial entre entrevistador e entrevistado.

Essa relação, para Alberti (2005), se constitui entre pessoas diferentes, com experiências e opiniões distintas que possuem em comum o interesse por determinado assunto acrescido de um conhecimento anterior sobre o tema adquirido pela experiência de vida por parte do entrevistado e de um conhecimento do entrevistador adquirido por sua atividade de pesquisa e seu engajamento no projeto.

Nesta relação, faz-se necessário o respeito mútuo entre entrevistadores e entrevistados para que se construam uma relação de confiança que possibilitem diálogos que se revistam em informações relevantes para o estudo sempre reconhecendo suas diferenças de concepções de mundo resultados, justamente, de experiências de vida distintas que ambos carregam.

Munidos dessas referências trazidas pela autora, e já em um contato de informalidade com os entrevistados, fizemos a exposição da justificativa da realização da presente pesquisa; da identificação de sua problemática e dos seus objetivos, mostrando aos participantes que a sua contribuição seria indispensável para o alcance desses objetivos, e somente após esses esclarecimentos é que passamos à execução das entrevistas.

Antes, porém, aos que se sentiram confortáveis em contribuir com o projeto, foram a estes informados sobre a confidencialidade de seus dados e do termo de consentimento, o qual tiveram acesso para leitura e assinatura, se assim concordassem com seus termos. Aos estudantes, o qual todos eram menores de dezoito anos, o TCLE foi entregue aos seus respectivos pais ou responsáveis para autorização de participação no estudo. Se autorizados, os estudantes também deveriam manifestar o interesse com a assinatura do Termo de Assentimento Livre Esclarecido (apêndice 4), informando que a qualquer tempo o responsável legal poderá retirar este consentimento e interromper a participação do menor nesta pesquisa.

Dessa forma, foi aplicado um roteiro de entrevista, composto por nove perguntas aos professores e onze aos estudantes relacionadas ao tema das religiões de matrizes africanas e intolerância religiosa no IFAP, campus Macapá e

Santana, buscando identificar elementos da cultura afro-brasileira e sua religiosidade entre os participantes, bem como identificar as principais concepções e conhecimentos prévios que estes possuem sobre o tema, analisar os estereótipos e se já perceberam casos de intolerância religiosa aos adeptos das religiões de matrizes africanas dentro do IFAP.

No decorrer das entrevistas semiestruturadas buscamos informações sobre mais indivíduos que pudessem ser potenciais participantes da pesquisa utilizando-se, para tanto, a técnica da “bola de neve” que pode ter a execução de sua amostragem construída da seguinte maneira;

para pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados por *sementes*, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. [...]. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja interesse do pesquisador (Vínuto, 2014, p. 203).

Dessa forma, utilizando-se da técnica da bola de neve na amostra qualitativa, consegui encontrar essas sementes nos dois campus do IFAP, onde a pesquisa foi desenvolvida, que puderam nos dar suporte e nortear, da melhor forma possível, a nossa coleta de dados com maior eficiência e eficácia.

Nesse contexto, tenho que a primeira semente encontrada para essa pesquisa foi uma professora do IFAP, campus Santana, que lecionava em seus cursos técnicos integrados, na qual fez indicações de outros docentes do campus que poderiam contribuir com o estudo proposto nesta investigação.

Já no campus Macapá, encontrei a segunda semente, que se tratava de uma servidora da área administrativa vinculada ao gabinete da Reitoria, com muitos anos de serviço na instituição, conhecedora de muitos de seus servidores e estudantes, que me indicou e apresentou contatos importantes para o alcance dos objetivos dessa pesquisa.

A semente 3, tratou-se de uma estudante do campus Macapá, que fez a indicação de outros colegas do campus que ela sabia serem praticantes de religiões africanas, e assim, no decorrer das entrevistas outras indicações de possíveis participantes surgiam os quais eram, posteriormente, convidados a contribuir com suas experiências nesta investigação.

A partir dessas três sementes, a pesquisa foi iniciada e a cada novo participante entrevistado havia a solicitação de novos possíveis participantes que dessem a sua contribuição para o estudo. Todas as informações sobre as indicações de cada sujeito foram apresentadas nos quadros 2 e 3 expostos no tópico 3.2 Sujeitos e local da pesquisa, nas páginas 31 e 32.

As entrevistas foram orientadas através de um roteiro (Apêndices 1 e 2), que foi constituído por indagações do tipo: Você é praticante de alguma religião? Qual; você sabe o que são as religiões de matrizes africanas? Qual a sua percepção sobre elas? Você conhece algum colega da escola praticante das religiões de matriz africana? Você já teve aula sobre religiões de matrizes africanas na sua escola? O que você entende por tolerância? E intolerância religiosa? dentre outros questionamentos que trouxeram informações muito importantes que subsidiaram e trouxeram mais clareza para a análise dos resultados desta pesquisa.

Durante a realização das entrevistas, as informações coletadas foram registradas tanto no formulário quanto em um gravador de áudio para termos mais convicção de que as informações prestadas estariam armazenadas em um local seguro e que não seriam perdidas ou que pelo fato de não poderem ser escritas com rapidez pelo pesquisador, houvesse alguma falha, e depoimentos deixassem de ser registrados comprometendo a coleta de dados.

Uma entrevista que não pode ser gravada é apenas uma entrevista durante a qual o pesquisador certamente faz anotações de próprio punho, adquire conhecimento e subsídios para trabalhos posteriores, mas à qual não pode retornar para checar informações, tirar novas conclusões, recuperar associações, ou ainda reavaliar sua análise (Alberti, 2005, p. 58).

Após a oitava entrevista com os professores, observamos que as informações e os temas se tornaram repetitivos e com pouca relevância para os objetivos da pesquisa, indicando o seu ponto de saturação. Em relação aos estudantes, o que tivemos foi um ponto de saturação inesperado, pois, embora o objetivo inicial fosse, através da técnica da bola de neve, poder recrutar o maior número possível de participantes, muitos demonstraram um certo receio de sofrer preconceito religioso, o que nos fez interromper a coleta de dados, buscando manter os limites éticos impostos pela pesquisa.

E, tomando todos esses cuidados e precauções, finalizada a fase efetiva de coleta de dados e recolhidas o maior número de informações sobre o objeto de

estudo proposto nesta pesquisa, passamos para a fase seguinte de tratamento e análise desses dados, conforme veremos no tópico seguinte.

### 3.4 Sobre a análise qualitativa dos dados

Todos os elementos recolhidos na fase de coleta de dados, conforme item anterior, foram considerados, confrontados com as teorias estudadas e analisados através da metodologia de pesquisa Análise de Conteúdo, que consiste na técnica mais propícia ao exame cuidadoso das informações coletadas a fim de poder descrevê-las e interpretá-las com o rigor que o método propõe em pesquisa qualitativa. A Análise de Conteúdo é definido por Bardin como sendo:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2016, p. 25).

Compõe esse conjunto de técnicas, mencionado por Bardin, para a análise de conteúdo, a Análise Categorical, a Análise de Avaliação, a Análise de Enunciação, a Análise Proposicional do Discurso, a Análise da Expressão, a Análise de Relações e a Análise Temática. Para esta pesquisa foi utilizada a Análise Temática, por ser, segundo Bardin, a mais utilizada nas pesquisas qualitativas com maior eficácia e menor tempo possível, como bem nos informa a autora no trecho abaixo ao conceituar a Análise categorial:

Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples (Bardin, 2016, p. 101).

No entanto, por mais que haja essa relação intrínseca apontada por Bardin sobre a análise categorial e a análise temática, nos debruçamos nos estudos mais específicos apresentados por Braun e Clarke que nos trazem a Análise temática como um método mais independente conceitua-o como “um método para identificar, analisar e relatar padrões (temas) nos dados. Ele organiza e descreve minimamente seu conjunto em (ricos) detalhes” (Braun; Clarke, 2006, p. 4).

Essa riqueza de detalhes é consequência da flexibilidade que o método apresenta que o destoa dos demais métodos analíticos que, geralmente, se caracterizam em apenas descrever padrões. A Contrassenso, a análise temática, se preocupa na interpretação desses dados dialogando com seu referencial teórico e buscando exprimir sentido às experiências contidas nos textos analisados, desvelando seus significados e jamais se distanciando dos objetivos e da questão de sua pesquisa

Portanto, a análise temática pode ser um método que funciona tanto para refletir a realidade quanto para desvendar a superfície da “realidade”. Qualquer estrutura teórica carrega consigo uma série de suposições sobre a natureza dos dados, o que eles representam em termos de “mundo”, “realidade” e assim por diante. Uma boa análise temática tornará isso transparente (Braun; Clarke, 2006, p. 6).

Para tanto, no decorrer do processo da análise temática, o pesquisador deverá escolher os temas que nortearão e fundamentarão a sua análise e este precisará ter a experiência para identificá-los diante de seus dados. Mas antes, indispensável se faz esclarecer o que, segundo as autoras, podemos identificar como sendo temas para a realização de uma análise temática consistente:

Um tema captura algo importante sobre os dados em relação à questão de pesquisa e representa algum nível de resposta ou significado padronizado dentro do conjunto de dados. Uma questão importante a ser abordada em termos de codificação é: o que conta como um padrão tema, ou que “tamanho” um tema precisa ter? Idealmente, haverá várias instâncias do tema em todo o conjunto de dados, mas mais instâncias não significam necessariamente que o tema em si seja mais crucial. Como se trata de uma análise qualitativa, não há uma resposta dura e rápida à questão de qual proporção do seu conjunto de dados precisa exibir evidências do tema para que seja considerado um tema (Braun; Clarke, 2006, p. 7).

À vista disso, as autoras orientam para que o pesquisador se mantenha em posição de flexibilidade, observando sempre a prevalência em detrimento da frequência dos dados a serem analisados, uma vez que, regras rígidas não funcionam nesta metodologia.

Braun e Clarke, em seus estudos, produziram um guia para análise temática de dados através de seis fases, quais sejam: a fase 1- familiarizando-se com seus dados, a fase 2: gerando códigos iniciais, a fase 3: a pesquisa de temas, a fase: 4 revisando temas, a fase 5: definição e nomeação de temas e a fase 6: produção do relatório. Apresentaremos um resumo de cada uma das fases no quadro a seguir:

Quadro 4 - fases da Análise Temática

| FASE                              | DESCRIÇÃO  |
|-----------------------------------|--|
| 1- Familiarizando-se com os dados | “leitura repetida” dos dados [...]. É ideal ler todo o conjunto de dados pelo menos uma vez antes de iniciar sua codificação, pois as ideias e a identificação de possíveis padrões serão moldadas à medida que você lê (Braun; Clarke, 2006, p. 12).  |
| 2- Geração de códigos iniciais    | “corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão” (Bardin; 2016, p. 67).  |
| 3- Pesquisa de temas              | “É nessa fase que você começa a pensar sobre a relação entre os códigos, entre temas e entre diferentes níveis de temas (por exemplo, temas principais abrangentes e subtemas dentro deles)” (Braun; Clarke, 2006, p. 14).   |
| 4- Revisando Temas                | Dividido em dois níveis: “O nível 1 envolve a revisão no nível dos extratos de dados codificados. Isso significa que você precisa ler todos os estratos agrupados para cada tema e considerar se eles parecem formar um padrão coerente. [...] O nível 2 envolve um processo semelhante, mas em relação a todo o conjunto de dados” (Braun; Clarke, 2006, p. 16).  |
| 5- Definir e nomear temas         | “Para cada tema individual, você precisa conduzir e escrever uma análise detalhada. Além de identificar a “história” que cada tema conta, é importante considerar como ela se encaixa na “história” geral mais ampla que você está contando sobre os seus dados, em relação à questão ou questões de pesquisa, para isso certifique-se de que não haja muita sobreposição entre os temas” (Braun; Clarke, 2006, p. 17).  |
| 6- Produção do relatório          | A tarefa de redação de uma análise temática, seja para publicação ou para um trabalho de pesquisa ou dissertação, é contar a história compilada de seus dados de uma forma que convença o leitor do mérito e da validade de sua análise. É importante que a análise (a redação dela, incluindo extratos de dados) forneça um relato conciso, coerente, lógico, não repetitivo e interessante da história que os dados contam /dentro e entre temas (Braun; Clarke, 2006, p. 18). |

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Seguindo o referencial metodológico das autoras, através dos dados coletados, foram definidos os temas centrais apresentados no tópico Resultados e

Discussão, construídos a partir da interpretação e do surgimento de temas identificados nas narrativas dos participantes, durante o processo de análise.

### **3.5 A pesquisa qualitativa e seus aspectos éticos**

A pesquisa qualitativa tem por característica a coleta de dados através de uma abordagem mais descritiva e pessoal na qual o pesquisador manterá contato, geralmente, com um universo significativo de pessoas, que serão os participantes de sua pesquisa e esta precisa tomar vários cuidados para que o seu trabalho não impacte negativamente os seus entrevistados evitando desconfortos e constrangimentos que possam causar qualquer tipo de danos morais, sociais e psicológicos nos mesmos. Com isso, torna-se indispensável, na pesquisa qualitativa, a presença dos aspectos éticos para que esta seja conduzida de forma íntegra e sem riscos para aqueles que dela participem.

A formulação dos códigos de ética visa à regulação das relações dos pesquisadores com as pessoas e os campos que pretendem estudar. Os princípios da ética de pesquisa postulam que os pesquisadores evitem causar danos aos participantes envolvidos no processo por meio do respeito e da consideração por seus interesses e necessidades (Flick, 2009, p. 28).

A pesquisa qualitativa para o pesquisador, deve ser antes de tudo, uma reflexão ética sobre a totalidade dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais dos atores envolvidos na pesquisa e isso o ajudará, demasiadamente, na condução de sua pesquisa evitando danos substanciais aos seus participantes como também evitando retrabalhos inúteis.

A ética da pesquisa é uma questão fundamental no planejamento e na execução da pesquisa. Normalmente, não é possível encontrar soluções fáceis e gerais para problemas e dilemas, o que tem muito a ver com reflexão e sensibilidade. Porém, refletir sobre os dilemas éticos, não deverá impedir o pesquisador de realizar sua pesquisa, mas poderá ajudá-lo a conduzir o estudo de uma forma mais reflexiva e a alcançar a perspectiva dos participantes em um nível diferente. O pesquisador deve tentar colocar-se no papel dos participantes e pensar a partir da perspectiva destes: como seria para ele, pesquisador, fazer aquilo que ele espera que os participantes façam na pesquisa (Flick, 2009, p. 57).

Para tanto, vislumbra-se que em qualquer pesquisa qualitativa alguns aspectos éticos devam ser evidenciados tais como: o consentimento informado dos participantes, a confidencialidade das informações prestadas e de quem as prestou,

com a utilização de nomes fictícios para os entrevistados e, principalmente, o total respeito àqueles que contribuíram com a pesquisa. Esses aspectos, éticos na visão de Flick:

A questão da confidencialidade ou do anonimato pode tornar-se problemática quando a realização da pesquisa envolver vários membros que compartilhem o mesmo ambiente. Quando o pesquisador entrevista diversas pessoas na mesma empresa ou vários membros de uma mesma família, a necessidade de confidencialidade não ocorre apenas em relação ao público externo àquele ambiente. Os leitores do relatório não deverão ser capazes de identificar qual a empresa ou quais pessoas que participaram da pesquisa. Com esse propósito, o pesquisador deverá alterar detalhes específicos para a proteção das identidades e tentar garantir que os colegas não possam identificar os participantes a partir das informações que forneceram (Flick, 2009, p. 30).

Nesse contexto, tanto na coleta de dados quanto em sua estrutura na totalidade, na presente pesquisa recorreremos aos aspectos éticos recomendados como a confidencialidade das informações prestadas, a utilização de nomes fictícios e o total respeito e sensibilidade às questões culturais e religiosas dos entrevistados, uma vez que, a ética nos trabalhos científicos com seres humanos devem estar presente em todo o seu percurso:

Durante o processo de planejamento e projeto de um estudo qualitativo, os pesquisadores precisam considerar as questões éticas que possam surgir ao longo do trabalho e planejar como essas questões devem ser trabalhadas. Um falso conceito bastante comum é que as questões surgem apenas durante a coleta de dados. Elas surgem, no entanto, durante diversas fases do processo de pesquisa e estão em contínua expansão, à medida que os pesquisadores se tornam mais sensíveis às necessidades dos participantes, dos locais, das partes interessadas e dos editores da pesquisa (Creswell, 2014, p. 57).

Ressalta-se também que, a todos os participantes foram atribuídos nomes fictícios para a preservação de suas identidades e manutenção do sigilo das informações prestadas por eles para evitar possíveis constrangimentos desnecessários. Dessa maneira, nas falas dos estudantes foram utilizados os códigos E1, E2, E3, E4 e E5, sendo que a numeração que acompanha a vogal indica a ordem na qual as entrevistas foram concedidas, da mesma forma foi feito com os docentes, na qual foram atribuídos os códigos P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7 e P8, também obedecendo à ordem cronológica das entrevistas.

Nesse contexto, para o alcance dos objetivos desta investigação, em relação aos estudantes, foi utilizado como critério de inclusão da pesquisa, apenas os que

fossem praticantes de alguma religião de matriz africana, os quais, através de suas vivências, foram imprescindíveis na coleta de dados e na análise dos resultados.

Quanto aos docentes, que foram incluídos na pesquisa, tivemos a participação de professores nas mais diversas áreas de atuação, (disciplinas de humanas e exatas), sendo que, entre eles havia um pertencente às religiões africanas (Candomblé de Ketu) que, com suas vivências na religião e suas experiências como educador do IFAP, trouxe contribuições relevantes para esta pesquisa, sendo elemento fundamental para a análise da compreensão sobre a intolerância religiosa no ambiente escolar sob um novo viés, a qual é a perspectiva docente, e os demais professores, ou são pertencentes às religiões cristãs, ou não se identificam com nenhuma denominação religiosa.

Ressalto ainda que, os sujeitos desta pesquisa deram a sua concordância, como participante, através da assinatura do Termo de Consentimento livre e esclarecido, em anexo, que segundo Creswell este formulário deve ser constituído de elementos específicos tais como

o direito dos participantes de voluntariamente se retirarem do estudo a qualquer momento; o propósito central do estudo e os procedimentos a serem usados na coleta de dados; a proteção da confidencialidade dos respondentes; os riscos conhecidos associados à participação no estudo; os benefícios esperados aos participantes do estudo; a assinatura do participante e do pesquisador (Creswell, 2014, p.122).

A pesquisa foi conduzida respeitando, no recomendado, todos os seus aspectos éticos para que esta fosse concluída com êxito, sem riscos, e principalmente, evitando causar danos à integridade de seus participantes.

Além disso, a pesquisa foi submetida ao Conselho de Ética em Pesquisa-CEP que consiste em ser “um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa em padrões éticos”, na qual obteve parecer favorável pela Universidade Estadual do Amapá sob o número 6.771.627.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados apresentados na presente pesquisa e analisados na sequência foram coletados através de entrevistas semiestruturadas realizadas com total de treze participantes, sendo oito docentes e cinco estudantes, todos vinculados ao Instituto Federal do Amapá - IFAP, local da pesquisa, na qual se buscou analisar quais as concepções que educandos e educadores possuem sobre as Religiões de Matrizes Africanas e os possíveis atos de intolerância religiosa que eles possam ter vivenciados no ambiente escolar do próprio Instituto.

### 4.1 Os conceitos de tolerância e intolerância

A tolerância é um termo que vem do latim *tolerare* e significa “suportar” ou “aceitar”. Para Nogueira (2020, p. 57) “A tolerância é o ato de agir com condescendência e aceitação perante algo que não se quer ou que não se pode impedir”. Freire (2018, p. 25) fala da tolerância “como virtude da convivência humana” como uma “qualidade básica a ser forjada por nós e apreendida pela assunção de sua significação ética- a qualidade de viver com o diferente. Com o diferente, não com o inferior”. Já para Marques (2021), o conceito de tolerância, inicialmente associado à superação de conflitos religiosos, expandiu seus significados abarcando diversas temáticas sociais como as questões de gênero, raça e identidade, adquirindo um caráter mais universal.

A tolerância, como um sentimento universal, foi percebida nas falas dos respondentes desta pesquisa que percebem o termo “tolerar” como algo positivo para o bom andamento das convivências humanas, na coletividade, como bem mencionou o professor P5 ao dizer que “Tolerância é aquilo que é aceito, que é admissível perante uma sociedade”.

A estudante E1, por exemplo, considera que “tolerar é algo bom”. O mesmo conceito com a vertente de positividade da palavra tolerância também esteve presente nas falas das estudantes E2, ao dizer que “tolerância é tolerar a vida das outras pessoas. É a pessoa saber de suas escolhas da vida e a outra não se meter. Não precisa aceitar, só respeitar o próximo”, e do estudante E5 quando afirma que “Tolerar é uma forma de aceitar a vida das outras pessoas, ou seja, aceitar e respeitar essas pessoas”.

Dessa forma, percebe-se nas falas dos estudantes a associação aproximada da palavra tolerância com o respeito ao próximo, fato que se observa também nas falas da estudante E3 quando diz que “tolerância é você respeitar as outras pessoas que são diferentes um pouco de você, que tem uma vida diferente da sua”.

Essas concepções que os estudantes trazem referindo-se ao conceito de tolerância no sentido de respeito ao próximo e às diferenças se coadunam com o pensamento de Paulo Freire quando ele diz que

Falo da tolerância como virtude da convivência humana. Falo, por isso mesmo, da qualidade básica a ser forjada por nós é apreendida pela assunção de sua significação ética - a qualidade de viver com o diferente. Com o diferente, não com o inferior (Freire, 2018, p. 25).

Dessa forma, ao trazer à baila seu conceito de tolerância como uma virtude da convivência humana, Freire expressa não somente que para que esta convivência aconteça efetivamente seja preciso lidar com o diferente, mas que isso não seja encarado como um atributo de benevolência do tolerante face ao tolerado, como um ato de superioridade e sim como um ato de respeito àquele que tem pensamentos e concepções de vida diferentes.

Se assim o fosse, haveria, certamente, um desvirtuamento daquilo que o autor conceitua por tolerância autêntica, quando menciona que

O que tolerância autêntica demanda de mim é que respeite o diferente, seus sonhos, suas ideias, suas opiniões, seus gostos, que não o negue só porque é diferente. O que a tolerância legítima termina por me ensinar é que, na sua experiência, aprendo com o diferente (Freire, 2018, p. 25).

Strelhow (2007, p. 6) se aproxima de Freire ao falar sobre tolerância e vai além afirmando que “a tolerância é uma virtude da convivência humana, não uma virtude do indivíduo, indo na direção da compreensão e do respeito, é romper com o paradigma da tolerância como virtude de superioridade” e acrescenta afirmando que “a pessoa que é tolerante não é tolerante porque é superior, mas é tolerante porque reconhece na outra pessoa alguém que possui uma posição diferente da sua”.

Percebe-se nas falas dos respondentes e nos autores citados, uma forte adjacência da presença da concepção de tolerância como sinônimo de respeito àquilo que é diferente, sendo este entendimento expressão comum, seja explícita ou implicitamente, nas vozes analisadas.

Aspecto que também foi percebido nas falas dos professores P4, P6 e P7 ao relacionarem a palavra tolerância como sinônimo da palavra respeito e todas as suas vertentes, o observável na fala do professor P4 ao dizer que a sua percepção sobre tolerância seja:

Algo relacionado com empatia, respeitar o espaço da outra pessoa de poder manifestar livremente suas ideias, suas concepções de mundo. Então, eu entendo que tolerância é ter essa abertura, essa, digamos, maleabilidade social para compreender as diferentes perspectivas de vida, de filosofia, que cada pessoa adota ao longo da vida (P4, 2024).

Já o professor P2, trouxe para este estudo o conceito de *alteridade*, para dar significado analógico à tolerância, que tem por definição, trazida por ele, como a capacidade dos indivíduos de se reconhecerem no outro, sem julgamentos e completa dizendo que “Fulano tem uma religião diferente da minha, a minha não é melhor que a dele e a dele não é melhor que a minha. A gente tem que se entender. Tolerar é se entender, é você compreender o próximo, o outro, não julgar o outro”.

Além dos conceitos de tolerância trazida pelos entrevistados e pela literatura já exposta como sinônimo de respeito às diferenças, o professor P1 trouxe para a reflexão a questão do diálogo como o antídoto para a superação das polaridades políticas vivenciadas em nosso país ao dizer que:

Tolerar vai muito além do que só permitir, entender e aceitar. É saber o ponto de vista da outra pessoa e compreender. Por exemplo, as pessoas que na época da Pandemia eram anti-vacinas, nós devemos entender essas pessoas, mas quando essas atitudes interferem negativamente na vida da coletividade aí fica bem complicado, pois o seu ponto de vista não é o ponto de vista universal. Precisamos estar abertos para o diálogo, que às vezes é difícil, mas vamos então possibilitar o debate. Entendo tolerar nesse sentido: que o próximo tem um ponto de vista e este pode ser discutido, mas não será necessariamente acatado (P1, 2024).

O diálogo como uma possibilidade para a resolução de conflitos sociais e fazer com que os indivíduos busquem atitudes mais conscientes e tolerantes também foi um apontamento trazido pela professora P7 ao mencionar que “Dialogar é buscar a compreensão e o entendimento daquilo que não está na sua vivência, ao seu redor, é a melhor maneira de compreender a palavra tolerância, para mim”.

As reflexões trazidas pelos docentes, se assemelham ao que é observado por Freire (1987) ao falar sobre a importância e a imprescindibilidade que o diálogo possui para a construção do pensamento dos indivíduos frente às suas existências e

experiências em seu convívio social como forma de transformação do mundo comum a que pertencem, pelo diálogo. Para ele

A Palavra viva é diálogo existencial. Expressa e elabora o mundo, em comunicação e reconhecimento de si, no outro - é decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum. Não há consciências vazias, por isto os homens não se humanizam, se não humanizando o mundo (Freire, 1987, p. 11).

Corroborando com este pensamento sobre a importância dialógica na evolução das relações sociais dos indivíduos para a consecução do bem comum pela tolerância, Conti (2021, p. 49) nos informa que “A práxis da tolerância é o anúncio de um inédito viável capaz de redirecionar as relações estabelecidas no espaço escolar e fora dele” e acrescenta dizendo que “assumir o compromisso com a práxis da tolerância é uma forma de luta e movimentação em prol de um projeto de mundo mais humano, solidário, dialógico, amoroso e democrático”

O respeito ao que é diferente como conceito de tolerância também foi observado na obra de Prette et al. (2012, p. 3) quando afirmam que “A tolerância e o respeito às diferenças, como base para uma sociedade mais justa e inclusiva, pode ser ilustrada em diferentes contextos, desde as etapas iniciais do desenvolvimento”, ou seja, em qualquer fase da vida é potencial que se trabalhe com uma educação voltada aos princípios e valores alicerçados no respeito às diferenças para a formação de uma sociedade baseada na tolerância, na inclusão e na harmonia para todos.

Porém, esse conceito sempre positivo da palavra tolerância não é nada unânime dentro da literatura, havendo outras vozes que se posicionam de maneira diferente do conceito Freiriano de tolerância analisado até o momento, como o autor Karl Popper (2012) que considera que a tolerância deve ser limitada, pois, do contrário, haverá o próprio desaparecimento da tolerância pelos intolerantes se estes forem sempre tolerados e afirma que a defesa e sustentáculo de uma sociedade tolerante requer, em algumas situações, não tolerar.

Nesse sentido, a estudante E1 é pontual ao expressar que a tolerância seja algo positivo, mas que, no entanto, não deixa de ressaltar a importância, na sua concepção, da não banalização do termo, pois, na sua visão, quando se “tolera tudo as pessoas acabam ficando sem critérios e confusas”.

Esse é o paradoxo da tolerância apresentada por Karl Popper, uma contradição lógica, na qual a tolerância ilimitada acaba por eliminar a própria tolerância. Quando a tolerância é ilimitada numa sociedade democrática abre-se caminho para comportamentos indesejados de ataques, principalmente, aos grupos minoritários e marginalizados como os negros, os LGBTs, as mulheres, os povos originários, etc., através de discursos de ódio, pois essas atitudes seriam aceitas e toleradas em nome da liberdade de expressão, abrindo-se espaço, então, para a proliferação de indivíduos ainda mais intolerantes.

Gomes (2021), se aproxima de Popper e acredita que aos intolerantes deva-se oportunizar que expressem suas ideias e opiniões pública e racionalmente sendo uma forma de tolerância, havendo limitações a partir do momento em que esses intolerantes passassem a agir com violência e atitudes atentatórias à própria democracia.

Verifica-se, por outro lado, que a palavra tolerância não se apresenta nas obras literárias como um conceito singular, pelo contrário, existem dualidades em seu sentido conforme, bem nos esclarece a autora Cossetin (2017) ao mostrar a dificuldade de se conceituar tolerância, mostrando o seu viés no sentido positivo e negativo do termo ao declarar que:

Talvez a grande dificuldade que ronda todo empenho de tematização acerca da tolerância se encontre na própria capciosidade do termo. Isso porque o verbo *tolerar* pode ser compreendido como a atitude de quem é paciente e compreensivo para com a diferença e a pluralidade, reconhecendo-as como inequívocas marcas do humano, e também como a atitude de quem se submete, de quem suporta alguém. Assim entendido, teríamos dois sentidos de tolerância: um positivo e outro negativo, ambos em permanente tensão, pela atitude intermediária que os sentimentos de aceitação e oposição implicam (Cossetin, 2017, p. 3).

Para Nogueira (2020, p. 59), a tolerância é apenas “um anestésico, um movimento fantasioso que quer fazer crer que somos todos iguais, sem que nos olhemos nos olhos e sem que tenhamos um mínimo de empatia por realidades fora dos padrões hegemônicos e cristãos”

À vista disso, observa-se não haver consenso nem unanimidade quando se busca conceituar a palavra tolerância nas literaturas contemporâneas, principalmente, porque ela envolve muitas nuances, conforme o objeto de estudo social a que se pretende analisar, verificando-se a complexidade do termo perante

assuntos multifacetados que dele se utilizam para fomentar discussões atuais na busca por sua compreensão e resolução dos conflitos.

Além do conceito de tolerância, aos entrevistados foi posto a questionamento sobre as suas concepções sobre o conceito de intolerância, no qual os resultados foram expostos e analisados a seguir.

Como já supramencionado, a aceitação paciente e compreensiva diante de opiniões opostas às suas e o saber lidar respeitosamente com as diversidades e as diferenças são, sem dúvida, não só características atribuídas ao conceito da palavra tolerância, conforme as opiniões dos entrevistados, como também é o desejo que se persegue numa sociedade democrática para que se estabeleçam relações sociais harmônicas entre os seus indivíduos.

Assumindo-se como válidas essas perspectivas diante da palavra tolerância, na atribuição de conceitos à palavra intolerância, observou-se uma unanimidade ao se estabelecer uma oposição de ideias entre os termos.

A professora P6, por exemplo, conceitua a palavra intolerância como sendo “o lado reverso da tolerância, é eu não aceitar, eu não querer e não respeitar também, independente do que se trata, se de religião, de raça, de gênero, é não querer aceitar e respeitar o espaço alheio”.

Já a estudante E3, conceitua a palavra Intolerância dizendo que “É o contrário da tolerância” e explica que “É você se importar com que as pessoas falam de você, das coisas que você faz que é diferente da dela”. Nesse mesmo sentido, temos o conceito do estudante E4 quando afirma que “Ser intolerante é o contrário de ser tolerante. É você não gostar do que a outra pessoa gosta”.

Esta mesma oposição de ideias na conceituação da palavra intolerância também foi observada na fala da professora P3 quando se posiciona explicando que

Intolerância é, além de ser uma palavra antônima à tolerância, o seu contrário, ou seja, o ser intolerante, é aquela pessoa que é intransigente, que não aceita o divergente, não aceita a diversidade, não aceita ser contrariada, não aceita o contraponto, é aquela pessoa que não tolera, de forma alguma, algo que lhe contrarie, então, é aquela pessoa que não aceita a diversidade em todas as suas dimensões sociais, seja diversidade de crença, diversidade de orientação sexual, diversidade de política, diversidade de compreensão de mundo, diversidade cultural, então, é aquela pessoa que não tolera, que não aceita, que é intransigente e aí a intolerância de uma ação de não aceitar, a depender da sociedade, ela vai alcançando níveis radicais dessa intolerância ao ponto dela ser expressa a partir de um ódio, um ódio ao outro (P3, 2024).

De fato, a preocupação apontada pela professora P3 da não aceitação à diversidade em seus diversos aspectos que podem levar à formação desenfreada de pessoas cada vez mais intolerantes na nossa sociedade é bastante inquietante, uma vez que, essas pessoas buscam, em seus discursos de ódio, justificar e impor suas verdades como sendo absolutas através de práticas discriminatórias e violentas que precisam, urgentemente, serem combatidas.

Na literatura também encontramos expressões que trazem o conceito de intolerância relacionada a práticas de discriminações sociais, políticas, ambientais, de gênero, de sexo, de raça, de religião etc.

Não é difícil constatar que na contemporaneidade a intolerância continua sendo, infelizmente, uma ferramenta mental poderosa e se manifesta em diferentes espaços sociais, quer vias práticas discriminatórias e racistas, preconceitos, humilhações, ou mesmo em atos de insultos morais que podem concretizar em agressões físicas (Barreto; Heloani, 2015, p. 548).

A realidade brasileira sobre o comportamento de sua população perante a diversidade que nela se apresenta é bastante preocupante. Segundo dados do Disque Direitos Humanos - Disque 100 - do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania houve um aumento, em 2024 em relação a 2023, de 66,8% no número de violações motivadas, por exemplo, pela intolerância religiosa no país, no qual os grupos mais atingidos foram os umbandistas, com 151 casos, seguidos dos candomblecistas com um total de 117 casos das 2.472 denúncias registradas.

Além da intolerância religiosa, o Brasil apresenta outros dados expressivos de intolerância relacionados a gênero e orientação sexual. A ONG Grupo Dignidade, em seu observatório, registrou 257 mortes violentas de pessoas LGBTQ+ no ano de 2023, sendo o primeiro no ranking dos países em assassinatos a essas pessoas motivados pela não aceitação de suas orientações sexuais.

O cenário da intolerância em relação às mulheres no nosso país é também bastante perturbador e inaceitável. A misoginia, a qual é o discurso de ódio contra as mulheres, cresce a cada ano. Segundo o Monitor de Femicídio do Brasil, somente no primeiro semestre de 2024 já foram registrados 905 casos de vítimas de feminicídio no Brasil, ocupando a 5ª posição no ranking mundial de feminicídio.

Atos de intolerância também alcançam, e de forma bem expressiva, as questões raciais e sociais no Brasil, pois, segundo o Atlas da Violência, portal especializado em reunir informações da violência no Brasil, os negros (pretos e

pardos) homens e mulheres foram as principais vítimas de homicídios em 2021 sendo que 77% das pessoas mortas eram negras.

Como visto, os números da intolerância no Brasil são absurdos e mostram o risco que é viver em uma sociedade que não tem empatia e respeito pelos que pensam de maneira diferente. Trata-se de opiniões irrefletidas e desatentas que na polarização extrema das ideias acabam por torná-las convicções fundamentalistas e seus seguidores seres violentos e agressivos.

Infelizmente, tais pessoas, porque intolerantes, não conseguem conceber que é possível a unidade na pluralidade e diversidade; não conseguem respeitar o conhecimento e a verdade do outro. O outro, já desprezado por pensar de modo diferente, passa a ser agredido e, se preciso for, alguém a ser eliminado (Zacharias, 2019, p. 4).

Nesse contexto, Nogueira (2020) relembra que a história da humanidade está repleta de acontecimentos marcados pelo fanatismo e intolerância entre os povos que realizavam verdadeiros massacres em nome de sua fé, de sua filosofia de vida e entendimento de mundo, com seus comportamentos sempre pautados na valorização de uma cultura em detrimento da outra.

Silva (2005) se aproxima de Nogueira ao dizer que a intolerância é um fenômeno que, infelizmente, perdura através da história e se caracteriza pela dificuldade em aceitar o outro, ou seja, quem possui costumes, hábitos, ou, até mesmo, características físicas diferentes do que determinada cultura considera como padrão em um dado tempo.

Portanto, conviver com as diferenças é, de fato, o grande desafio apresentado para a humanidade. Num universo composto por um número superior a oito bilhões de pessoas, como não pensar em diversidade? Como pode haver a prepotência de unidade de pensamento? São inúmeras crenças e valores espalhados por diversas culturas diferentes, são visões de mundo e experiências que precisam ser respeitadas do jeito que são.

Este também é o entendimento verificado na fala do professor P2 ao conceituar a intolerância como sendo atitudes de exclusão e não aceitação de ideias e pensamentos que o outro tem em relação às suas, ou seja, para ele a intolerância

é não reconhecer o próximo, é não reconhecer o outro como outro, é eu julgar o outro através das minhas verdades, é ver o outro como alguém que não é igual a mim, ou seja, é eu olhar alguém e julgar esse alguém, é o diferente da

alteridade, é o julgamento, então intolerar é não se tornar austero em relação ao outro, então a intolerância é uma situação da própria ignorância humana. Quando você é intolerante em determinadas situações, você está sendo uma pessoa que não reconhece que existem situações diferentes da sua e somente a sua, o que você vive é o certo. Ou seja, o mundo é diverso, sempre vai existir alguém diferente de você e esse que é diferente de você é pior do que você? (P2, 2024).

No mesmo sentido, a professora P8 define a intolerância como sendo “o não aceitar que o outro tenha pensamentos, atitudes, saberes sociais, vivências que sejam, de repente, diferentes das coisas que eu vivo. Isso é ser intolerante”.

Claro que sabemos que a intolerância significa uma recusa da diferença, transformando-a em um bloco unitário, tornando impensável a possibilidade de pensar a relação como uma relação entre diferenças heterogêneas e não entre identidades homogêneas - em suma, bloqueando a compreensão de que os outros também têm seus outros (Neto; Goldman, 2022, p. 13).

Nessa perspectiva, vislumbradas nas literaturas expostas e nos dizeres dos participantes desta pesquisa, observa-se o entendimento de intolerância como um sentimento de rejeição ou até mesmo de apagamento de ideias que se divergem em meio a enorme diversidade social, política, cultural, racial, e etc. que trazem como consequência uma série de atitudes desrespeitosas e preconceituosas, as quais são vistas frequentemente na nossa sociedade.

A intolerância como desrespeito ao posicionamento de ideias do outro dentro desse contexto social é também o entendimento trazido na fala da estudante E1 que entre outras coisas, se expressa dizendo que “ser intolerante é você não aceitar o pensamento do outro. É você viver em uma bolha na qual somente a sua opinião e o que você segue é o que importa”. Já o professor P1 entende que a intolerância

é se fechar numa bolha, no seu mundinho, onde nada pode te afetar, nada te ultrapassa. É não perceber que existem outras possibilidades. Que o mundo vai muito além da sua sombra, da sua sala de aula, pois enquanto educadores temos que perceber isso (P1, 2024).

Diante dessas narrativas, é possível observar que quando existe a não aceitação do outro em seus direitos, principalmente, o direito fundamental de existir e de pensar de forma autônoma no mundo, é certo que haverá uma ampliação das desigualdades, nas relações humanas, um tratamento de desprezo e indiferença com aquele que expressa ideias diversas aos demais.

Mas as diversas facetas da intolerância, como resultado das interações e vivências sociais dos seres humanos, possuem a sua linha tênue com a tolerância? Ou indivíduos intolerantes são sempre intolerantes e os tolerantes sempre tolerantes? Essa é a discussão trazida por Freire (2018) na qual tolerância e intolerância são tidas como condições fundamentais da existência humana, características ausente nos tigres e plantas, por exemplo, e, assim sendo, o ser humano na sua incompletude não conseguiria ser totalmente tolerante ou totalmente intolerante. “É nesse sentido que tolerância é virtude a ser criada e cultivada por nós, enquanto a intolerância é distorção viciosa. Ninguém é virtuosamente intolerante, como ninguém é viciosamente tolerante” (Freire, 2018, p. 54).

Strelhow (2007) se aproxima de Freire na compreensão de que tolerância é parte intrínseca da convivência humana e o simples fato de impor limites a ela já configura um comportamento intolerante. E, como componente da existência humana, os dois conceitos - tolerância e intolerância - fazem parte das relações sociais e se encontram impregnadas nos comportamentos, nas vivências, nas culturas e nas atitudes de homens e mulheres como conceitos interdependentes entre si que trazem impactos sociais significativos para as relações humanas.

Portanto, verifica-se que os conceitos de tolerância e intolerância são compreendidos socialmente, principalmente, como termos opostos que moldam, a depender da cultura, as relações humanas ao longo de sua história refletindo as dinâmicas de poder envolvendo questões de religiosidade, identidade, gênero, raça, etc., influenciando a organização social e política de cada época.

#### **4.2 Algumas concepções sobre intolerância religiosa na contemporaneidade**

A presença de religiosidade ou de uma religião específica sempre permeou a história da humanidade como manifestação exclusiva do ser humano de se relacionar e estabelecer conexões com o sagrado, com o divino e com sua ancestralidade. Para Martins (2019, p. 03) “A experiência religiosa é uma das mais ricas experiências que o humano pode vivenciar. Há aqueles que afirmam ser mesmo a mais importante na vida humana”.

Para Custódio (2017, p. 157) “As religiões estão presentes na vida do ser humano ao longo de sua história e todas elas são parte importante da memória cultural e do desenvolvimento histórico de toda a sociedade”. Logo, o pertencimento

a uma religião, sempre foi algo significativo nas vivências humanas nas diversas culturas ao longo dos séculos, e, na contemporaneidade, também possui grande relevância no cenário mundial tanto na defesa de direitos quanto na exclusão deles. Vários são os acontecimentos históricos iniciados por razões de cunho religioso que foram responsáveis por exterminar milhões de pessoas em todo o mundo, trazendo para a reflexão a oposição entre liberdade de religião e intolerância religiosa.

Somos tomados, quase diariamente, por dezenas de notícias acerca de guerras de origem religiosa; de ações “terroristas” do Estado Islâmico; das atrocidades produzidas pelas ações do Estado de Israel contra os palestinos na Faixa de Gaza; de conflitos e violências cometidas em função de diversidade religiosa em inúmeras cidades brasileiras; de discursos que incitam o ódio religioso e se convertem em elementos identitários em grupos religiosos que se diferenciam pela estratégia “nós” x “eles” (Miranda; Pereira, 2017, p. 3).

No Brasil, a liberdade religiosa é direito garantido na Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º, inciso VI que declara que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”, inclusive, diante dessa perspectiva, esse direito seria extensível também à liberdade de não se ter nenhuma religião, porém, ataques a praticantes, principalmente, das religiões de matrizes africanas, são comuns no país tornando a garantia constitucional sem efetividade.

Logo, a não efetivação material desse direito constitucional, afeta não somente a liberdade de se professar uma religião, mas também culmina por afetar os demais direitos como a liberdade de expressão, de locomoção, de consciência e de opinião que são liberdades essenciais para a concretização da dignidade da pessoa humana que é o fundamento precípua que rege o nosso país.

Ataques às religiões de matrizes africanas constituem grave afronta à própria Constituição Federal e a toda a compreensão que temos sobre o Estado Democrático de Direito vigente em nosso país. No entanto, perseguições, ataques e discriminações às comunidades de terreiros são frequentes no território nacional, configurando o que se denomina atualmente por atos de intolerância religiosa

A expressão “intolerância religiosa” é utilizada para descrever um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças, rituais e práticas religiosas consideradas não hegemônicas. Práticas estas que, somadas à falta de habilidade ou à vontade de reconhecer e respeitar diferentes crenças de

terceiros, podem ser consideradas crimes de ódio que ferem a liberdade e a dignidade humanas (Nogueira, 2020, p. 39).

O desrespeito às diferentes crenças como o embrião para a disseminação dos crimes de ódio em relação aos povos dos terreiros, conforme trazido pelo autor, é também o entendimento do professor P8 ao dizer que

os intolerantes religiosos não conseguem aceitar que o outro possa crer em outra coisa, em outro Deus e, ao invés de compreender pelo amor, a qual é a religião, eles preferem atacar severamente os outros com discursos de ódio disfarçados de fé (P8, 2024).

O professor P2, bem como o professor P8, também acredita que “A função da religião é o amor, então, se você procura uma religião e o cerne dela é o amor ao próximo, então você vai ser tolerante com as demais religiões”.

A narrativa da estudante E2 se aproxima também da fala do professor P8 e entende que intolerância religiosa “é você não aceitar as crenças dos outros e por conta disso fazer ataques, chamar de macumbeiro, chamar de demônios e de outras coisas”. A professora P6 corrobora com o pensamento da estudante E2 ao compreender que ser intolerante religioso “é não aceitar que o indivíduo faça as suas escolhas de seus cultos, de sua espiritualidade, dos seus credos. É eu não aceitar e nem querer conhecer e vivenciar no coletivo com pessoas”.

Para o professor P5, os ataques discriminatórios aos praticantes de religiões africanas devem ser, antes de tudo, antecedidas de conhecimentos sobre elas pelos agressores, para ele

É muito importante debater isso em sala de aula, pois a informação é o primeiro passo para a gente eliminar essa questão da intolerância, porque sabemos pouca coisa. Acredito muito na questão do respeito. Eu não admito, em hipótese nenhuma, colega nenhum desrespeitar o outro, por exemplo, quando falam você é macumbeiro, o que a pessoa tá querendo dizer com isso, tá querendo ofender o colega, muitas vezes nem é ofensa, ou seja, até para ofender tem que ter conhecimento (P5, 2024).

De fato, percebe-se um desvirtuamento severo da compreensão de religião como sinônimo de amor ao próximo para uma aproximação a uma série de comportamentos e discursos de ódios, de tirania e de opressão ao longo da história que não só se concretizou através da violência física, mas também pela chamada violência simbólica que

Se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar a sua relação com ele, de mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma, incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quanto os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (alto/baixo, masculino/feminino, branco/negro, etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais o seu ser social é produto (Bourdieu, 2024, p. 65).

Como visto, Bourdieu compreende a violência simbólica como uma forma de dominação, imposição e poder. Já Poli (2023, p. 11), entende que “a violência ocorre quando a cultura da classe dominante se impõe como cultura hegemônica e legítima, sobrepondo-se a todas as outras culturas”. Ou seja, essa violência simbólica, trazida pelos autores, seria a responsável pela sutileza dos comportamentos que perpetuam as desigualdades e discriminações sociais. São expressões, linguagens, atitudes, classificações já internalizadas como naturais e estereótipos negativos que fortalecem uma estrutura de poder, de ideologia hegemônica cristã, que consciente ou inconscientemente excluem e segregam sutilmente os grupos minoritários.

Na literatura, observa-se, com recorrência, o pensamento da associação de religião com um movimento que viabiliza uma estrutura de poder na sociedade, como visto na obra de Nogueira (2020, p. 27) que diz que “Está posto que, de modo geral, a cristianização da sociedade é mais que um movimento de fé. Trata-se efetivamente de um projeto de poder”, e na obra de Saraceni (2023, p. 13) ao dizer que “Religião é uma forma de poder e todas o têm exercido segundo sua capacidade de manipulação dos sentimentos e das necessidades das pessoas”.

De fato, a violência simbólica é retratada nas falas dos respondentes desta pesquisa que são praticantes ou não de religiões de matrizes africanas como nas expressões “macumbeiro”, “feiticeiro”, “demônios”, etc. como se verifica na fala da estudante E3 ao dizer que “intolerância religiosa é quando as pessoas de outras religiões como os evangélicos e até mesmo os católicos falam mal da nossa religião. Quando dizem que praticamos o mal, que somos do demônio, que fazemos magia negra” ou na fala do professor P1 quando ele diz que

Quando você usa o termo chuta que é macumba! Também é intolerância. Quando se fala: isso é coisa de Exu! Como algo ruim, são coisas que só evidenciam a falta de conhecimento. Quando atribuem aqueles que são praticantes de religiões de matrizes africanas vão para o inferno! São coisas

que não fazem o menor sentido, pois nem existe a concepção de inferno nessas religiões. São agressões que ganham destaque também os ataques contra os templos e as violências físicas contra seus praticantes. Mas acho que existe uma violência muito pior que é a violência do apagamento, do silenciamento quando você não permite que o outro faça o seu discurso (P1, 2024).

Percebe-se que, subterfúgios e expressões com a finalidade precípua de eliminação e apagamento de tudo o que possui relação com a cultura negra e africana sempre permearam a sociedade brasileira. Tais comportamentos de opressão estão institucionalizados atualmente no Brasil, não que antes não houvesse a interferência do Estado nas questões religiosas, pelo contrário, a sua mão sempre foi mais pesada quando o assunto era a marginalização dos negros.

Os autores Vagner Silva e Paula Marinho também reconhecem em seus estudos a forte relação da intolerância religiosa contra os povos de terreiros com as origens coloniais, na qual o Estado brasileiro tratou de inferiorizar e discriminar todas as manifestações culturais do povo negro. Para a autora

A intolerância religiosa nacional bebe da mesma fonte epistemologicamente racista que enunciou as elaborações ideológicas coloniais, que foram concebidas, executadas e compelidas sobre os alicerces da diferença racial como marca da inferioridade espiritual, moral, intelectual e cultural dos povos colonizados/escravizados -, uma concepção epistêmica que está igualmente encravada no racismo estrutural de nossa sociedade (Marinho, 2022, p. 505).

Já Vagner Silva recorda em sua obra que a opressão contra as casas de terreiros no Brasil era acometida com a tutela e aval do Estado que legitimam a discriminação aos praticantes das religiões afro-brasileiras e lembra que

Basta lembrar que até poucas décadas atrás os adeptos das religiões afro — -brasileiras, principalmente do candomblé, sofriam uma forte discriminação social, muitas vezes somada à violência policial, o que frequentemente resultava na invasão de terreiros e na prisão de seus membros (conforme pode ser constatado nos depoimentos de fiéis mais antigos ou mesmo nas páginas policiais dos jornais publicados principalmente nos anos de 1930 e 1940) (Silva, 2002, p. 19).

Essas discriminações, chanceladas pelo próprio Estado, têm reflexos negativos até hoje e continuam fazendo suas vítimas. É o que se assiste, literalmente, através da dominação das religiões cristãs, principalmente as evangélicas de denominações neopentecostais, nos canais abertos de televisão, cometendo crimes de ódio contra as demais religiões desveladamente.

E os ataques não acontecem somente nos seus programas diários, mas eles se intitulam como defensores da moral e dos bons costumes de toda a sociedade e são vigilantes de todas as programações televisivas.

Carneiro (2011) traz, em sua obra, um exemplo de intolerância religiosa explícita contra as religiões de matrizes africanas quando da veiculação de dois documentos da Igreja Metodista do Brasil, de denominação cristã protestante, com os títulos “A televisão e os valores do Evangelho: uma proposta de reflexão para a Igreja Metodista” e “Pronunciamento dos Bispos” cuja finalidade era mostrar ao público a má qualidade dos programas de TV e o alvo era a novela Porto dos Milagres exibida pela Rede Globo, em 2001, que tinha por temática o Candomblé

Os documentos evoluem em uma linha crítica, porém civilizada, até que o inevitável acontece! O que parecia uma convocação cívica em prol da do restabelecimento de valores éticos mínimos embaixadores da vida social revela seu alvo fundamental: o tradicional ataque aos cultos afro-brasileiros e, nesse caso específico, ao candomblé, sobretudo a lemanjá, a bola da vez da ira e da intolerância religiosa (Carneiro, 2011, p. 28).

Vinte e três anos depois, assiste-se novamente a mais um episódio de grande repercussão nacional, não mais em televisão aberta, mas sim nas redes sociais envolvendo comportamentos de intolerância religiosa. E desta vez o alvo foi a cantora Anitta que ao divulgar o seu clipe “Aceita”, com referências ao candomblé, a artista deixou de ser seguida por mais de trezentas mil pessoas, nas suas redes sociais, cem mil logo nos primeiros minutos da divulgação das imagens de sua rotina no candomblé, deixando evidente o quanto o povo brasileiro ainda tem forte rejeição quando o assunto são as religiões afro-brasileiras.

Outro fato, de grande repercussão nacional, foi a declaração da influenciadora digital Michele Dias Abreu que durante as enchentes no Estado do Rio Grande do Sul, ocorrido em maio do corrente ano, associou a tragédia às religiões de matrizes africanas, justificando o sinistro como a “ira de Deus” sob o povo, já que o Rio Grande do Sul é o estado com o maior número de casas de terreiros do Brasil, cerca de 65 mil, segundo estimativas.

O pronunciamento da influenciadora digital evangélica, que contou com mais de três milhões de visualizações, foi compartilhado com mais de trinta mil seguidores em uma única rede social, na qual tal repercussão motivou o Ministério Público de

Minas Gerais a oferecer denúncia à justiça pela prática e indução à intolerância religiosa e difusão de notícias falsas relacionadas à tragédia no Rio Grande do Sul.

Não fosse o bastante, além dessa interferência midiática nas redes sociais, esses mesmos grupos religiosos adentraram a esfera política e do mesmo modo oprimem aqueles que são contrários às suas religiões. Questão, que foi lembrada na fala do professor P1 ao dizer que “Hoje, temos uma bancada evangélica que não deveria existir num país laico, mas não temos lá uma bancada umbandista, etc. e quando não é permitida essa existência também estamos diante de uma intolerância religiosa”. Vale ressaltar, nesse contexto, que até o ano de 2023, havia na Câmara dos Deputados a Frente Parlamentar dos povos de matriz africana para a defesa e promoção da igualdade das comunidades de terreiros, através da implementação de políticas públicas, visando o combate ao racismo religioso e o respeito à diversidade cultural desses povos. Esta relação íntima entre religião e política vista no cenário da política nacional também foi uma preocupação trazida na obra de Nogueira ao expressar que

Forças políticas aliaram-se à demonização das CTTro, um projeto de poder fortaleceu-se e a intolerância religiosa tornou-se igualmente esse lugar de pseudo-heróis salvadores do Brasil contra vilões responsáveis por todos os males da sociedade e da alma humana. O proselitismo religioso e eleitoral misturou-se de modo que não se sabe mais o que é religião e o que é política. Com isso foi ao lixo, do mesmo modo, a suposta laicidade prevista na nossa Carta Magna (Nogueira, 2020, p. 25).

Ou seja, o mesmo Estado que garante constitucionalmente a liberdade religiosa aos seus nacionais é também o que não consegue se manter isonômico diante das questões religiosas, tanto é dessa maneira que é comum a presença nas instituições estatais de símbolos, imagens de santos, crucifixos e orações de liturgia das religiões cristã no interior dessas instituições.

Esta presença e interferência das religiões nas instituições estatais esteve presente também na fala do professor P4 que se sentiu desconfortável, por ser ateu, e relatou que dias antes de sua entrevista a esta pesquisa teve que cancelar uma reunião prestes de seu início porque foi convidado, no grupo de WhatsApp, a ir receber, com os demais alunos, professores e técnicos, a imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré que estava de passagem no IFAP e traz a indagação: “Será que as religiões de matrizes africanas teriam o mesmo espaço? E completa dizendo que “isso não deveria acontecer em um Estado que se diz laico, né?”.

Tomando-se por escopo os estudos de Paulo Freire e sua percepção sobre intolerância, observa-se a sua preocupação com uma educação na qual o ensinar exija o risco, a aceitação do novo e a rejeição de qualquer forma de discriminação e expressa que

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substancialidade do ser humano e nega radicalmente a democracia. [...] Quão ausentes da democracia se acham os que queimam igrejas de negros porque, certamente, negros não têm alma. Negros não rezam. Com sua negritude, os negros sujaram a branquitude das orações... A mim me dá pena e não raiva, quando vejo a arrogância com que a branquitude de sociedades em que se faz isso, em que queimam igrejas de negros, se apresenta ao mundo como pedagogia da democracia (Freire, 1996, p. 39 - 40).

Atenta-se que Paulo Freire rejeita quaisquer formas de discriminação e ataques à liberdade religiosa, condena os atos arrogantes da branquitude que pratica a intolerância religiosa e os define como sendo indivíduos que ainda não sabem conviver em uma democracia na qual todos possuem direitos que devem ser respeitados.

Para Freire (1996) a educação é um ato político e uma forma do indivíduo se libertar e se posicionar de forma crítica no mundo que está diante dele, portanto, o pensar certo exige de homens e mulheres a capacidade de fazer o certo e a partir disso poder vislumbrar transformações significativas no meio social em que vivem.

Corroborando com o pensamento freiriano de uma educação emancipadora capaz de formar indivíduos autônomos, formadores de opiniões, cientes de sua realidade social, sem preconceitos e respeitando os pensamentos e posicionamentos alheios, o estudante E4 fala que “A intolerância religiosa acontece quando, justamente, as pessoas não conseguem respeitar e entender a fé do outro”.

Nesse sentido, a professora P3 também associa a intolerância religiosa à falta de compreensão de mundo e de respeito de pessoas em negar a fé do outro

Intolerância religiosa é, especificamente, o ser, a crença, um grupo de pessoas que não toleram a diversidade religiosa, que não respeita e não compreende a importância das outras matrizes religiosas daquela pessoa [...], é um ato de negação, ou seja, só existem as minhas crenças e a do outro não existe e aí partindo de uma concepção cristã dessa intolerância, que tem uma visão maniqueísta, onde se projeta sempre polos distintos: o bem e o mal, Deus e o diabo, salvador e pecador, ao compreender a

intolerância partindo da concepção cristã projetada na religiosidade do outro as suas próprias concepções, então vai demonizar a religião do outro, vai dizer que aquela religião é coisa do diabo, sendo perigosa e não deve existir (P3, 2024).

Desse modo, percebe-se tanto na literatura estudada quanto nas falas dos entrevistados que a intolerância religiosa é, em todas as suas formas, um tipo de violência, independente se simbólica ou física, porque atinge severamente os sentimentos de pertencimento de determinado grupo que tem na sua religião a forma mais singular de se relacionar com a sua espiritualidade e ancestralidade.

Por isso vislumbra-se, e com urgência, que comportamentos intolerantes deixem de ser naturalizados e sejam reprimidos legalmente para que os povos de terreiro, já tão oprimidos historicamente, possam ter a liberdade de manifestar a sua fé sem importunações e violências de quaisquer origens.

#### **4.3 As Religiões de Matrizes Africanas: ancestralidade, percepções e vivências**

As religiões de matrizes africanas fazem parte da cultura brasileira como contribuição deixada pelos povos africanos e afro-brasileiros. As vestes, geralmente brancas, as indumentárias de cores vibrantes que lembram as comunidades africanas, os cordões de guias, os turbantes, as danças, os rituais, os transes, etc. caracterizam os seus praticantes e formam toda uma identidade religiosa singular, que se perpetua no tempo, e demonstra toda a relação de fé de um povo que se fortalece através de sua religiosidade em conexão espiritual com sua ancestralidade.

No Brasil, historicamente, as religiões de matrizes africanas fazem parte de um processo colonial que envolveu a dominação territorial, a escravização e o apagamento cultural africano, as discriminações raciais, sociais e os preconceitos que tentam, há séculos, tornar invisíveis toda e quaisquer manifestações culturais e religiosas dos povos afrodescendentes que resistem a todas essas formas de opressão e intolerâncias.

As ações que dão corpo a intolerância religiosa no Brasil empreendem uma luta contra os saberes de uma ancestralidade negra que vive nos ritos, na fala, nos mitos, na corporeidade e nas artes de sua descendência. São tentativas organizadas e sistematizadas de extinguir uma estrutura mítica-africana milenar que fala sobre os modos de ser, de resistir e de lutar (Nogueira, 2020, p. 55).

Freire, concorda com Nogueira ao dizer que

no fundo, as resistências - a orgânica e/ou a cultural - são *manhas* necessárias à sobrevivência física e cultural dos oprimidos. O sincretismo religioso afro-brasileiro expressa a resistência ou a manha com que a cultura africana escrava se defendia do poder hegemônico do colonizador branco (Freire, 1996, p. 87).

Essa resistência do povo negro trazida pelos autores, foi a responsável pelo não apagamento de seus cultos, ainda que por muitos séculos escondidos sobre a sombra da Igreja católica, hoje, não estão mais restritas às senzalas, sendo praticadas e reconhecidas por inúmeras pessoas no país.

Muito embora sejam ainda religiões que sofrem muitos preconceitos e discriminações na sociedade, pode-se dizer que elas conseguiram sair do anonimato social, ao serem reconhecidas por todos os respondentes desta pesquisa quando indagados sobre os seus conhecimentos e as suas concepções sobre elas. Alguns demonstrando um conhecimento teórico mais expressivo e outros a sabedoria das práticas e das vivências em seus terreiros (local onde se estabelecem os cultos e as convivências comunitárias da umbanda).

A estudante E2, nascida “dentro da umbanda” e frequentadora do terreiro de seu avô, ao ser questionada sobre suas percepções sobre as religiões de matrizes africanas logo se identifica e responde dizendo que

É a religião que pratico (risos), que minha família pratica desde sempre. Entendo que vieram com nossos antepassados para cá e que acreditam nos orixás, nos espíritos, na vida após a morte, e outro plano em que esses espíritos vêm nos terreiros para ajudar os seus filhos a curar doenças, a viver uma vida mais em paz. Às vezes, as pessoas chegam para as consultas com o pai de santo e já passou por vários médicos, toma uns banhos, uns passes, umas defumações, faz tudo certinho e depois retornam ao terreiro curados para agradecer o pai de santo (E2, 2024).

Essas vivências e conhecimentos apresentados pela estudante E2 também foram sentidas nas falas da estudante E1, que é praticante do Tambor de Mina, religião de matriz africana que se desenvolveu no estado de Maranhão, e herdeira do terreiro que hoje tem como pai grande o seu tio, e compreende que

As religiões de matrizes africanas são coisas antigas que vem de tempos antigos que já foram muito modificadas, mas acho que as tradições e ancestralidades se mantêm. Até o próprio sincretismo religioso foi modificando as coisas. [...] Agradeço todos os dias por ter nascido na religião porque, às vezes, você passa por tantas dificuldades, pessoas que fazem

maldade para você, tá mal, doente e aí um simples banho de ervas, uma simples defumação, um simples passe ou um simples abraço, uma simples palavra muda todo o seu dia, muda toda a sua história. Às vezes me questiono porque tanta intolerância? Eu me entreguei para a religião porque eu já vi tanta coisa desde crianças pessoas que estavam doentes e foram curadas da mente, do corpo e da alma. Lembro que minha avó teve um câncer avançado nos seios e quando nada e ninguém deu esperança a ela, o terreiro deu essa esperança. O terreiro foi a luz da vida dela (E1, 2024).

São essas vivências e esses saberes, passados através das gerações, trazidas na fala da estudante E1, que expressam toda a importância e a relevância cultural e ancestral que os terreiros possuem para esses estudantes e para todas as comunidades de santo afro-brasileiras.

Araújo (2017), ao falar da importância dos terreiros, entende que estes não se constituem como espaços apenas para práticas religiosas, mas acima de tudo, são verdadeiros espaços de vivências, histórias e memórias da população afro-brasileira nos quais se fortalecem diariamente relações culturais, políticas e educacionais entre seus praticantes.

As vivências da estudante E3, que é frequentadora da umbanda há pelo menos dois anos, incentivada por seu tio que é babalorixá (chefe espiritual do terreiro), e as suas percepções sobre as religiões afro-brasileiras expressam seus conhecimentos acerca da temática ao informar que são

Religiões trazidas pelos negros para cá como a umbanda e o candomblé. São religiões muito bonitas que muitas pessoas gostam e outras não. Muitas pessoas frequentam o terreiro lá do meu tio, mas tem vergonha de dizer que fazem trabalhos com ele (risos), se escondem por medo de serem chamadas de macumbeiras (risos) pelas ruas. São religiões em que tem um pai de santo que incorpora espíritos, dá passes, passa banhos, tem muitas músicas bem alegres, tem festas também em homenagem aos santos (E3, 2024).

O estudante E4, que é irmão da estudante E3, e são frequentadores da mesma casa de umbanda, também revela em suas falas as suas vivências no terreiro e conceitua as religiões afro-brasileiras como sendo

religiões que vieram com os negros para o Brasil. São fortes assim como uma gira de umbanda. No terreiro que vou todos os sábados tem as giras em homenagem às abas (orixás femininos), aí acontecem as rodas de danças, o pai de santo faz as suas consultas, passa banhos, faz tudo (E4, 2024).

As vivências do estudante E5 no terreiro de umbanda a qual frequenta desde a infância, são também cheias de sentimento de pertencimento e honra por fazer parte da religião junto à sua família ao dizer que “as religiões africanas estão na

minha vida desde sempre e o terreiro da minha família é a minha segunda casa. Lá, nos dias de atendimento, fazemos diversas coisas, trabalhos que melhoram a vida das pessoas”.

Para Campelo e Monteiro (2017, p. 14) “A família umbandista é uma tentativa de construção de uma sociedade contínua, solidária e estável emocionalmente, de forma que se constitua como um centro de apoio coletivo ou uma espécie de defesa aos seus problemas”.

Desses relatos emergem que, os educandos são indivíduos atuantes dentro de suas religiões e estas são parte essencial de suas vidas na qual eles vivenciam todos os dias experiências e saberes, percebendo-se em suas falas um sentimento de orgulho e de pertencimento social e, portanto, considera-se essencial que esses conhecimentos empíricos sejam considerados na formação educacional desses estudantes.

Freire (1996) entende que não pode haver uma dissociação da valorização dos saberes dos educandos ao se buscar uma aprendizagem significativa, autônoma, dialógica e reflexiva mostrando a importância que esses saberes têm e são essenciais para a formação intelectual, social, cultural e política desses estudantes.

Em relação aos docentes, quando solicitados a falar sobre suas percepções em relação às religiões de matrizes africanas, observou-se no depoimento da maioria dos participantes certa clareza e conhecimento acerca do assunto, no entanto, são limitados e superficiais em sua maioria.

A professora P6, que é católica, ao falar suas percepções sobre as religiões de matrizes africanas, expressa desconhecer quantas são, mas percebe com mais frequência as mais conhecidas para ela como

O Candomblé e (não sei se o nome é o correto), os centros de macumba. As percepções sobre elas é que cada religião tem seus ritos, seus cultos, pode ser diferente dentro dos meus costumes religiosos, no entanto, eu acho muito curioso compreender, entender o porquê de cada passo, cada movimento, cada escolha, cada cor, porque tudo tem um significado nas religiões. Então, a minha percepção sobre elas é que elas despertam curiosidades, mas pela falta de conhecimento da sociedade, elas são julgadas sem serem entendidas as essências dos símbolos que há nelas (P6, 2024).

A professora P8, que é pertencente à religião católica, conhece as religiões de matrizes africanas um pouco mais porque já esteve em terreiro de umbanda quando

mais jovens, pois seu avô era adepto da religião e, traz em suas lembranças, o momento em que participou de uma cerimônia umbandista e relatou que

Eu conheço um pouco sobre a umbanda porque o meu avô frequentava um terreiro que ficava próximo de minha casa. Me lembro que em seu aniversário, eu devia ter uns dez anos, eu fui com ele e com a minha tia nesse lugar. De início fiquei um pouco com medo (risos), mas depois vi outras crianças por lá brincando e dançando, então fui brincar também (P8, 2024).

Já a professora P7, que é católica, confessou desconhecer as religiões africanas de vivências, mas é conhecedora delas cientificamente e sabe de sua importância para a formação cultural de nosso país ao dizer que “Não conheço as religiões africanas. Não sei como ocorrem seus rituais e liturgias. Mas as conheço. Sei que são frutos da cultura trazida pelos negros para o Brasil e foram muito importantes para a nossa formação cultural”.

A professora P3, que é praticante do candomblé de nação ketu e professora de história do IFAP, campus Macapá, ao falar sobre as suas percepções sobre as religiões de matrizes africanas, nos informa que

Eu conheço algumas matrizes, algumas nações religiosas africanas pelo fato de, como professora de história, ao ministrar durante muito tempo o componente curricular: A história africana e afro-brasileira, então fui procurar compreender, então sei, determinar que aqui na região amazônica foi feita uma cartografia, em Belém especificamente, mas a gente pode alargar a escala para região amazônica, então, em Belém que foi a cidade em que nasci e que trabalhei por muito tempo, foi feita uma pesquisa chamada de cartografia afro religiosa, e essa cartografia afro religiosa detectou que seis nações de matrizes africanas realizadas, comungadas em Belém que são: a nação ketu, nação, jeje, savalu, nação Mina, nação Candomblé Angola, umbanda e pajelança que já é um cruzamento muito forte de elementos da religiosidade africana com os elementos da religiosa indígena aqui na Amazônia (P3, 2024).

O professor P2, que se intitula católico não praticante, é professor de história do IFAP, campus Santana e quando questionado sobre suas percepções em relação às religiões de matrizes africanas respondeu que

São religiões que tiveram como base ou utilizam como determinada base cultos vindos da África, como parte ou como a mãe dessas religiões, como a umbanda, o candomblé, que são variações religiosas vindos da África, então dessas religiões você vai ter sincretismos da própria religião africana que se misturar com outras religiões como o catolicismo, o espiritismo kardecista, ou seja, concepções são concepções, se você pegar as religiões de matrizes africanas, elas não possuem as concepções de céu e inferno, por exemplo, nas religiões de matriz africana não existe inferno, isso são concepções

cristãs. O diabo é uma invenção cristã, do catolicismo, então, certas concepções, as pessoas não entendem isso e praticam a intolerância de forma pejorativa dizendo que “fulano é macumbeiro”! “fulano pratica magia negra”! E nem sabe o que está falando, ou seja, só porque o outro é diferente, invés de cultuar os santos, ele cultua os orixás, por exemplo, não quer dizer que está fazendo algo ruim, não quer dizer nada, mal, somente é diferente (P2, 2024).

Percepção semelhante foi ecoada na fala do professor P1, que também se intitula como “católico não assíduo”, e que sucintamente definiu as religiões de matrizes africanas como sendo “religiões não ligadas ao cristianismo que são heranças dos povos vindos de diversos lugares da África”.

Já o professor P4, que tem formação em exatas e é ateu, confessa que além de não ter interesse algum sobre a temática religiosa também não tem muito conhecimento sobre as religiões afro-brasileiras. Não obstante, relata que

Conheço superficialmente as nomenclaturas, a umbanda, o candomblé. Sei que são coisas diferentes, que têm relação até com a forma de se tocar o batoque. O batoque é algo que eu gosto muito, mas sei que essas religiões se diferenciam, entre outras coisas, pela forma como é tocado e tudo o mais. Mas eu sei muito pouco ou quase nada porque eu sou totalmente desinteressado por qualquer religião que seja. Só sei mesmo de ouvir falar dos rituais, de como são conduzidos, é bem diferente do cristianismo. Você tem o terreiro, as pessoas usam umas roupas bem características para esses rituais, portanto eu tenho um conhecimento muito superficial e calcado em concepções que eu nunca vivenciei esse tipo de experiência (P4, 2024).

Já o professor P5, que é também professor de exatas do campus Santana e pertencente à religião católica, ao falar sobre seu conhecimento sobre as religiões de matrizes africanas, discorreu que “Conheço poucas, mas conheço algumas. Conheço o candomblé e a umbanda de ouvir falar. Acredito que tenham outras, mas eu não tenho conhecimento”.

Através das falas dos docentes observa-se uma tendência quase que natural, ou ao menos esperada e intuitiva, de que os professores formados nas áreas de humanas possuem um amplo conhecimento sobre as religiões de matrizes africanas e todo o seu contexto histórico, ao passo que os que são da área de exatas sabem superficialmente sobre elas e demonstram certo desinteresse quando o assunto é religião.

O fato de haver o desconhecimento é preocupante e nos leva a refletir sobre a urgência e a imprescindibilidade da temática ser discutida e vivenciada dentro do ambiente escolar por todos os participantes do processo de ensino aprendizagem e

demonstra a lacuna que existe, na formação docente, de assuntos tão importantes e relevantes no contexto histórico, político e social do nosso país, que podem afetar sobremaneira a formação de estudantes, ora privados desses conhecimentos.

Nenhuma formação docente verdadeira pode fazer-se alheada, de um lado, do exercício da criticidade que implica a promoção da curiosidade ingênua à curiosidade epistemológica, e de outro, sem o reconhecimento do valor das emoções, da sensibilidade, da afetividade (Freire, 1996, p. 51).

Ou seja, o saber ensinar, para Freire exige, antes de tudo, dos docentes e sobretudo da escola, o respeito aos saberes dos educandos, discutindo e refletindo com eles as suas realidades e estabelecendo, uma ligação, uma intimidade entre os saberes curriculares e as experiências sociais que cada estudante possui e, ao final do processo, devolver para a sociedade cidadãos capazes de intervir e transformar criticamente essas realidades.

#### **4.4 Os povos de Axé estão no IFAP, mas como?**

A presença dos povos de axé (denominados os praticantes de religiões de matrizes africanas) nas escolas é uma realidade e, se a considerarmos como uma reprodução e reflexo da sociedade, essa realidade é também um grande desafio àqueles que se identificam religiosamente de forma diferente da ideologia hegemônica cristã predominante, hoje, no ambiente escolar, principalmente, as religiões de denominações evangélicas e católicas.

Ora, bem sabemos que a escola (assim como o terreiro) não é uma ilha. E, sendo assim, ela não só reflete como na maioria das vezes reproduz e reforça certas relações sociais estabelecidas fora dela. Dessa forma, quando o assunto é religiões e quando na pauta está a histórica tensão entre evangélicos e afro-religiosos, essas relações conflituosas também podem ser claramente percebidas no ambiente escolar (Araújo, 2017, p. 32).

Historicamente, observa-se que a educação brasileira foi construída e perpetuada sob os dogmas da religião católica, desde o início da colonização, com a ação dos padres Jesuítas, pertencentes à Companhia de Jesus - ordem religiosa de origem católica que se dedicou à educação e as missões de conversão entre os povos indígenas durante o período colonial - até a contemporaneidade, o catolicismo se faz presente no interior das nossas escolas.

Nas palavras de Araújo (2017), o discurso enaltecido pela Companhia de Jesus de demonização dos deuses dos povos indígenas, e posteriormente dos africanos, associando seus sacerdotes a feiticeiros e servos do diabo foi a gênese de todas as intolerâncias que iriam se perpetuar por toda a história e o que legitimou, os evangélicos, principalmente os de denominações pentecostais, a se intitularem salvadores de toda uma nação e a cometerem uma série de discriminações que marginalizam e excluem todos os que se identificam como pertencentes às religiões afro-brasileiras e africanas. E continua constatando que

É certo que, caso façamos uma análise, como aquela feita por Caputo, considerando o papel do ensino religioso no Brasil, a Igreja Católica terá necessariamente que assumir o papel da detentora maior da violência simbólica nesse processo. Contudo, em se tratando de confrontos diretos no que tange às relações interpessoais e intergrupais, os neopentecostais têm assumido um protagonismo maior nessa violência (Araújo, 2017, p. 129).

Percebe-se então, que a vida escolar, que não está dissociada da vida em sociedade, das suas decisões políticas, econômicas, intelectuais e culturais, vem assistindo uma clara tentativa de apagamento de tudo que está relacionado à história dos povos originários, negros e afrodescendentes ao longo dos séculos.

Para preencher esta lacuna, em 9 de janeiro de 2003, foi promulgada a Lei 10.639 trazendo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas brasileiras da educação básica, resultado de intensas lutas do movimento negro pela valorização e presença da história e da cultura afro-brasileira na formação escolar de todos os brasileiros.

No entanto, há uma forte resistência na implementação desta Lei nos estabelecimentos de ensino que ainda tratam as religiões de matrizes africanas como tabus, algo que não podem ser faladas abertamente tanto por professores quanto por estudantes.

Como a religião é um dos principais aspectos de qualquer cultura e a lei prevê a obrigatoriedade do ensino e da cultura africana e afro-brasileira, a partir do momento que as religiões são tratadas como tabu, é a aplicação da lei que está em jogo. E, mais do que isso, segundo a nossa compreensão, as diferentes formas de intolerância religiosas impetradas contra os seguidores das religiões afro-brasileiras, na verdade, constituem uma forma de racismo, já que o preconceito e discriminação atingem diretamente a herança cultural e religiosa africana existente no Brasil (Araújo, 2017, p. 27).

Essa situação de silenciamento que transformou as religiões de matrizes africanas como algo indesejável nas escolas ficou perceptível também dentro do IFAP, quando perguntado aos entrevistados desta pesquisa, se eles conheciam algum colega praticante de religião de matriz africana. Dentre os respondentes, a professora P3 trouxe o possível motivo pelo qual os povos de axé não são vistos dentro do IFAP e informa que

Eu tenho colegas que são de religião africana, eu mesma frequento também e já tive alunos, já trabalhei com uma aluna, inclusive com projeto de ensino, então o que falta, muitas vezes, é a gente criar um ambiente na escola que possibilite que eles, alunos, possam expressar livremente a sua religiosidade. Nós vamos encontrar. Se nós fizermos uma pesquisa, nós vamos encontrar. O caso é que muitos não se sentem à vontade pela intolerância religiosa, que é uma marca muito forte da nossa sociedade, principalmente às religiões de matrizes africanas, muitos não se sentem à vontade de expressar livremente a sua devoção e acabam se escondendo atrás de outras religiões, mais aceitas, principalmente, o catolicismo (P3, 2024).

Essa prática trazida, na compreensão da professora P3, de esconder a sua verdadeira devoção atribuindo a eles outro pertencimento religioso mais aceitável socialmente como o catolicismo, é, sem dúvida, uma prática bastante recorrente entre os povos de axé dentro do IFAP, e isso se revela na fala do estudante E4 ao dizer que

Sou da umbanda, mas poucas pessoas sabem disso, quando perguntam se vou na igreja, como meus colegas? eu digo que sim e fica de boa, faço isso porque na escola que estudava antes eu sofri muito preconceito, agora não falo mais nada (E4, 2024).

Essas características de silenciamento também foram observadas nos estudos de Caputo quando ela diz que

certamente, esse sentimento de vergonha e o medo da discriminação não “surgiram” à toa. Como vimos foram construídos há muito tempo e atingindo muitas gerações [...]. A estratégia de “tornar - se invisível” é construída dolorosamente por crianças e jovens de candomblé (Caputo, 2013, p. 171 - 172).

Para Araújo (2017) no trajeto entre terreiro e escola há um imenso abismo sociocultural que transforma o orgulho e pertencimento dos povos de axé em vergonha e medo de ser quem são, afinal, ninguém quer carregar o estigma de “macumbeiro”, “bruxo” ou “feiticeiro”, tanto na sociedade quanto na escola.

O professor P2, expõe essa mesma percepção trazida pelos autores quando ele se refere ao comportamento de sua aluna que é praticante de religião de matriz africana nas suas relações dentro do IFAP e informa que

Interessante é que ela não se expõe em relação a isso. E ela é praticante, a mãe dela também, ela vai no terreiro e tudo, mas assim, ela não externaliza isso para o IFAP, por exemplo, creio que ela tem um certo receio dessa intolerância. Na escola tem muitos alunos de origem cristã, principalmente evangélicos, ela deve ter um certo receio de expor isso. Poucas pessoas sabem que é praticante de Religião de Matriz Africana (P2, 2024).

Na visão de Freire (1996), esse silenciamento cultural constitui uma anulação dos saberes dos estudantes, uma vez que, a identidade cultural faz parte da dimensão individual e de classe de cada educando e, portanto, devem ser respeitados pela escola a fim de se efetivar uma prática educativa progressista.

A escola não é similar à instituição religiosa. A circulação do discurso religioso, quando ocorre no espaço escolar, acontece não pela via do Sagrado, que permeia a instituição religiosa, mas pelo viés do tratamento da cultura, da história e da memória (Pereira; Miranda, 2017, p. 106).

Observa-se, nesse contexto, que a maioria das escolas trata sobre cultura africana e afro-brasileira pontualmente em datas comemorativas, principalmente, na “semana da consciência negra”, que ocorre, geralmente no final do ano letivo, na qual são estudados e expostos às contribuições do povo negro na culinária, nas vestes, nas falas, na música, na dança, etc., no entanto, percebe-se que a sua religiosidade, é curiosamente silenciada ou, ao menos, pouco trabalhada e evidenciada nesses estudos.

Essa omissão curricular foi comprovada nas falas dos estudantes desta pesquisa, quando a eles foi perguntado se já haviam estudado sobre religiões na escola, na qual confirmaram que a temática religião não é trabalhada com expressividade dentro do IFAP como deveria, resumindo seus estudos em momentos específicos do ano letivo.

A estudante E3, por exemplo, quando indagada se já havia estudado sobre religiões, afirmou que: “Só sobre religiões, não! Uma vez teve uma apresentação lá no IFAP sobre o dia da consciência negra e a professora de história falou um pouco sobre as religiões dos negros mais praticadas no Brasil”.

Já a estudante E2, ao responder a mesma pergunta, afirmou que: “Que eu lembre não! Nunca estudei sobre religião no IFAP”. A mesma resposta foi dada pelos estudantes E4 e E5, este último informando, inclusive, que “Não tem ensino religioso na escola, falamos sobre religião entre nós alunos, quando um vai perguntando para o outro a sua religião, só isso”.

O questionamento trazido pelo estudante E5, sobre a ausência da disciplina de ensino religioso no IFAP, necessita de alguns esclarecimentos legais. De fato, esse componente curricular não é de natureza obrigatória nas escolas, conforme o art. 210 da Constituição Federal de 1988 quando menciona que “O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”, portanto, como disciplina facultativa e apenas ao ensino fundamental, o IFAP não possui a obrigatoriedade de ofertá-la.

Mesmo não sendo o foco desta pesquisa, por suas características constitucionais já mencionadas, vale destacar que o ensino religioso confessional é visto pelos estudiosos de educação como uma ofensa ao Estado laico e à própria democracia. Caputo (2013), por exemplo, defende uma escola laica, onde não haja ensino religioso de nenhuma forma. Já os autores Salles e Gentilini acreditam que

De nada valerá o esforço de estabelecer-se a obrigatoriedade da oferta de ensino religioso, ainda que de caráter facultativo, nas instituições escolares, se sua orientação for de caráter confessional. Uma educação religiosa confessional não é mais do que uma catequese e uma sociedade ética não deveria pautar-se por uma doutrina específica, mas pela legitimação de todas as expressões religiosas, além de inseri-las no contexto histórico de sua formação (Salles; Gentilini, 2018, p. 861).

No entanto, também temos na literatura correntes a favor do ensino religioso nas escolas, na qual posso citar os autores Custódio, Bezerra e Foster (2022), que defendem sua presença no currículo escolar do ensino fundamental, informando que

A presença do ER no currículo do Ensino Fundamental é de grande valia para a promoção do diálogo, do respeito à diversidade cultural e religiosa e para a superação das intolerâncias e violências, frutos da ignorância ou desconhecimento religioso, pois possibilita o desenvolvimento da cidadania e do amadurecimento cognitivo-religioso dos educandos. O estudo da religião e de suas múltiplas manifestações não se restringe somente ao dado de profissão de fé, tampouco a propriedade de uma instituição religiosa. Por ser a religião um fenômeno antropológico e social, que perpassa todas as dimensões da pessoa humana, é de fundamental importância seu estudo, juntamente com as demais disciplinas que compõem o currículo escolar (Custódio; Bezerra; Foster, 2022, p. 178).

Nesse contexto, é importante também mencionar a histórica e polêmica decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, de 2017, que julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4439 na qual a Procuradoria-Geral da República (PGR) questionava o modelo de ensino religioso nas escolas da rede pública de ensino do país na qual o Supremo expressou entendimento de que é possível haver em um Estado laico, como o Brasil, um ensino religioso confessional, ou seja, uma religião específica pode ser trabalhada conforme as peculiaridades da comunidade escolar e que isso não feriria a laicidade do Estado.

Portanto, observa-se que a temática religião versus escola é bastante sinuosa e polêmica. De fato, no Estado sendo laico, questões religiosas não deveriam fazer parte do ambiente escolar e de nenhuma outra instituição estatal. Tornar a matrícula de ensino religioso facultativa ou confessional, acaba por segregar ainda mais os estudantes que ao optarem por não frequentar as aulas de religião precisam ser incluídos pela escola em outras atividades, o que nem sempre acontece.

Para Caputo (2013), essas relações de inclusão e exclusão nas escolas quando o assunto é ensino de uma religião é a maneira mais perversa de espacialização, ao discriminar os estudantes de religiões afro-brasileiras colocados como subordinados perante as religiões hegemônicas como a católica e a evangélica, haja vista, a maioria dos professores ser pertencentes a essas denominações religiosas, permeando um mecanismo, inquestionável, de proselitismo religioso disfarçado de ensino religioso facultativo.

Partindo-se dessa compreensão de Caputo sobre o silenciamento e tentativa de apagamento pelo próprio Estado das religiões não hegemônicas, trago a fala da estudante E1, que relata que

Não estudamos sobre religião e na minha opinião os professores são bastante reservados quanto a isso, sendo que o Prof. Rafael é o que mais comenta sobre religiões e nem é a sua matéria, mas ele gosta de ouvir, de conversar conosco, os outros são mais reservados (E1, 2024).

Essa informação trazida pela estudante E1 de “reserva” da maioria dos docentes do IFAP em não se falar sobre religiões demonstra o quanto a temática é sim obstaculizada dentro da Instituição e essa postura já nos traz um indicativo de como foram as respostas da pergunta feita aos estudantes quando indagados se já haviam estudado, especificamente, sobre religiões de matrizes africanas, no IFAP.

Ao falar sobre o assunto, a estudante E2 informou que não se lembra de ter estudado em nenhuma disciplina a temática sobre religiões de matrizes africanas “nunca tive nenhuma disciplina que falasse sobre isso”. Resposta semelhante foi dada pelo estudante E4 ao mencionar que “No IFAP não estudei sobre religiões africanas ainda como um assunto”, e o estudante E5 destacou que: “Ainda não estudei sobre isso, mas também estávamos de greve, quem sabe nesse bimestre podemos estudar”.

A estudante E3, na sua fala, relembrou que “a professora falou sobre algumas das religiões dos negros escravos que tinham que ir para as igrejas católicas para rezar porque eram proibidos de bater tambor, de fazer as suas danças, de pegar santo”. Fato este que aconteceu na semana da consciência negra, na qual a sua professora de história tratou sobre o assunto com os estudantes.

Já a estudante E1 trouxe a informação de que “Nunca tive. Nunca vi nenhum projeto para falar sobre o assunto, mas lembro que teve uma vez que houve um concurso de dança sobre as religiões de matrizes africanas em que eu ganhei (risos), mas foi só isso também”.

Sendo assim, essa ausência de falar sobre e esse silenciamento dos autores envolvidos na dinâmica escolar acabam por desvirtuar a própria missão e o propósito da escola que deve ser um ambiente propício às trocas de conhecimentos, de respeito e uma constante aliada para a diminuição do preconceito religioso em seu interior. Para Freire (2018, p. 77) “[...] a nossa escola só será válida na medida em que, pensando diferente, respeita o pensamento diferente. Fora disso, é uma invasão a mais, é uma violência sobre a outra cultura”.

De fato, esse silenciamento pode trazer consigo a desinformação e o preconceito contra estudantes e professores praticantes das religiões não hegemônicas, como as religiões de matrizes africanas, o que pode ser evidenciado nas falas dos entrevistados quando indagados se já haviam sofrido ou presenciado atos de intolerância religiosa dentro do IFAP.

São experiências que relatam como os estudantes do IFAP, campus Macapá e Santana, se comportam quando se relacionam com a religiosidade do outro, suas percepções ao se depararem com crenças, simbologias e concepções religiosas que são diferentes das suas.

E o que tivemos foram vozes que expressaram as mais variadas formas de atos de intolerância religiosa que, ora se apresentavam veladamente, ora com

sutileza e ora desveladamente, mas todos com o propósito de inferiorizar suas vítimas. Ataques e discriminações envolvendo tanto educandos quanto educadores.

Nesse cenário, potencialmente hostil, observou-se que várias são as formas com que os estudantes buscam se proteger para não serem atingidos por esses ataques. Uma delas, e a mais utilizada, é o silenciamento, não revelar que é praticante de religião de matriz africana, outros, no entanto, optam por negar o seu pertencimento religioso e se intitulam católicos, e tem outros, bem mais resolvidos, que mostram a sua identidade religiosa, por mais que saibam que serão discriminados, resistem e enfrentam os olhares estranhados e, por vezes, desconfiados dos demais.

A estudante E1, por exemplo, que pertence ao grupo daqueles que tem coragem de demonstrar o seu pertencimento religioso, relata que

Antes de eu começar a falar que era de religião de matriz africana, meus colegas descobriram antes (risos). Então, quando cheguei na escola, ninguém queria sentar perto de mim e eu fiquei isolada num canto. Nem meus amigos mais próximos queriam ficar do meu lado. Provavelmente ficaram com medo de mim (risos) (E1, 2024).

O relato trazido pela estudante E1, para Nogueira (2020) está no cerne da intolerância religiosa que é a estigmatização do outro, na sua inferiorização para fazer oposição do normal e anormal, do regular e irregular, do padrão ao não padrão, tudo isso caracteriza uma relação de poder que se estabelece entre ofensor e ofendido visando excluir, desprestigiar, desrespeitar e silenciar aquele grupo estigmatizado.

A estudante E2 relata a sua experiência de intolerância religiosa vivida no IFAP envolvendo os colegas que convivem com ela no ambiente escolar e fala que

O simples fato de você usar uma guia ou uma tiara de Ogum na cabeça, um lenço, tudo isso faz com que seus colegas te vejam de forma diferente. Ficam fazendo graça, piadas. Os professores não são preconceituosos, sempre me respeitaram, aqueles que sabem, claro! Nós temos um professor que também é da umbanda que anda igual à gente que é o Professor Neto Medeiros (risos). Uma vez, uma colega me chamou de “aprendiz de macumbeira” e espalhou que eu fazia feitiçaria (E2, 2024).

A narrativa da estudante E2 demonstra a não eventualidade dos fatos, isso porque, a estudante no seu dia a dia escolar, percebe os olhares estranhados dos colegas quando se deparam com suas indumentárias e acessórios que fazem parte

da ritualidade de sua religião. Pode-se dizer que essa recusa à identidade e a vivência do outro são os traços do preconceito que se constrói na sociedade e se reproduz dentro da escola.

Ao contrário do que se pensa sobre o que se convencionou chamar de preconceito, isso não nasce de modo natural. Ninguém é naturalmente preconceituoso. Toda forma de preconceito emerge de uma postura social, histórica e cultural que pretende, a um só tempo, segregar para dominar e, proporcionalmente, determinar e manter um padrão, marcadores de prestígio de poder. É por isso que atualmente há um uso estratégico de um marcador universal identificado pela sociedade como sinônimo de amor, idoneidade, honestidade, equilíbrio, humildade. Trata-se de um marcador religioso que também exclui as outras religiões, pois esse traço semântico - cultural, no inconsciente coletivo das pessoas, diz respeito apenas às religiões que se servem da bíblia e de sua interpretação etnocêntrica - feita por padres, bispos e pastores e seus interesses pessoais - como perfeita e ideal para conduzir a vida de todos os seres humanos (Nogueira, 2020, p. 41-42).

Portanto, para o autor o preconceito religioso é uma construção social idealizada por homens que fazem parte das religiões cristãs, que há séculos, fazem um trabalho de dominação ideológica entre seus praticantes, conscientemente, para a manutenção de uma estrutura de poder dentro da sociedade que busca conduzir, de forma alienante, a vida de todas as pessoas, independente de qual o seja o seu pertencimento religioso, como um modelo padrão e perfeito de comportamento seguindo os ensinamentos, interpretados por eles mesmo, da bíblia.

Para Guindani; Guindani; Soares (2020, p. 170) “Essa visão equivocada que os alunos possuem advém da falta de conhecimento em relação às religiões. Este pode ser um fator da disseminação do ódio e preconceito em relação a estas religiões”.

Diante dos ataques preconceituosos sofridos pela estudante E2, foi a ela perguntado qual teria sido a sua atitude após a agressão de sua colega e ela revelou que optou pelo diálogo “Fui falar com ela e tentei explicar que apenas se trata de uma religião que é diferente da dela, que eu gostava de usar colares bonitos, as minhas guias e tudo mais”.

A opção pelo diálogo, a meu ver, foi a atitude mais plausível para solucionar a tensão causada entre as estudantes, na medida que, segundo a estudante E2, após essa conversa a colega deixou de lhe proferir ataques infundados. Isso mostra que promover e estimular o diálogo entre os estudantes para a resolução de conflitos é imprescindível na prática educativa, além de ser fundamental à comunicação ativa

entre os educandos e estes com os educadores para o compartilhamento de experiências e de saberes.

Na literatura, temos muitos autores que se debruçam sobre a temática da importância do processo dialógico na educação, como Pereira e Miranda (2017), que expressam que o diálogo é marcado por inúmeras falas, gestos e silêncios condições para que se prevaleça uma educação com vistas às liberdades que são inerentes a uma escola democrática com fundamento na humanização, no respeito e na tolerância, compreendendo o processo educativo como um encontro de diferentes sujeitos que se entrelaçam com suas experiências formando o conhecimento.

O discurso dialógico como método viabilizador da educação é tratada por Freire (1987, p. 44) como a “essência da educação como prática da liberdade”, compreendendo o diálogo como essencial para a existência humana, pois não significa a fala pela fala, mas sim o diálogo libertador que se tem pela interação e respeito entre os indivíduos, e fundamental para estabelecer práticas pedagógicas que sejam voltadas para uma educação problematizadora que desperte nos educandos a sua criticidade e a sua autonomia percebendo-se como sujeitos no mundo e capazes de transformá-lo.

Considerando o pensamento freiriano, Vieira et al. (2020, p. 2), ao falarem sobre o diálogo mencionam que “se trata de um momento em que os seres humanos se aproximam para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e refazem, invalidando a dominação e a obscuridade, ao sustentar a liberdade dos participantes de refazer sua cultura”.

Bueno et al. (2017, p. 114), parafraseando Paulo Freire, compreendem “ser o diálogo a luz do relacionamento, sobretudo entre educador e educando. E, mais do que isso, é o farol que ilumina a humanidade em evolução, nos tempos de um novo milênio que começa a despertar

Portanto, esses autores/educadores compreendem a escola como um espaço de envolvimento, construção de saberes e de respeito mútuo entre os seus indivíduos, evidenciando a importância do diálogo na prática educativa entre todos os agentes que compõem a comunidade escolar: estudantes, professores, técnicos, pais, etc. Tendo por finalidade a verdadeira transformação social pela educação.

Os estudantes E3 e E5 são do grupo daqueles que não expõe a sua religiosidade, e o estudante E4, do grupo que se intitula pertencente à religião

católica, e, por isso, entendem que não revelar a sua identidade religiosa é uma alternativa para não sofrerem ataques preconceituosos na escola o que se confirmou quando perguntados se já haviam sofrido intolerância religiosa no IFAP e a estudante E3 informou que

assim, diretamente para mim, não! Porque as pessoas não sabem que sou da umbanda (risos). Não falo que é para ninguém ficar me “tirando”. Só quem sabe é a minha prima e meu irmão que estudam no IFAP comigo. Os outros colegas não sabem, mas tem professores que sabem e não falam nada também. Tento manter mais em segredo mesmo. Meu tio fala para eu não ter vergonha da minha fé, mas ainda não consigo falar abertamente sobre o assunto com os meus colegas (E3, 2024).

Já o estudante E5, afirmou que “Eu não sou de falar muito que sou da religião. Uso minha guia por baixo do uniforme e ninguém vê. Como é o meu primeiro ano na escola, então, ainda não me sinto à vontade para falar sobre isso”. Comportamento semelhante presente na fala do estudante E4 que diz

Ainda não sofri nenhum tipo de intolerância religiosa na escola. Mas as pessoas não sabem que sou da umbanda, não gosto de falar. Como disse, quando meus colegas perguntam qual igreja eu pertenço digo logo que sou católico e que vou à missa quando dá, aí eles não falam nada (E4, 2024).

Observa-se, na atitude desses estudantes, uma verdadeira luta diária para esconder a sua fé e “escapar” do preconceito religioso na escola. Diante deste fato, cumpre-nos refletir até que ponto esse comportamento, que é resultado de uma escola intolerante, se mostra prejudicial à formação cultural, identitária, intelectual e social desses educandos?

Nessa perspectiva, trago para a discussão a reflexão de Stela Caputo que em seus estudos realizados com crianças e jovens pertencentes às religiões de matrizes africanas de algumas escolas públicas no Sudeste brasileiro, conclui que

Crianças e jovens do candomblé estão na escola, mas a grande maioria oculta uma guia do *Òrìsà* que ama, bem escondida debaixo do uniforme. Sob a manga da camisa podem estar as marcas da iniciação. Algumas chegam a inventar uma doença para justificar a cabeça raspada para o santo, ou fazem Primeira Comunhão, para não serem perseguidas. Isso não é sincretismo, é silenciamento (Caputo, 2013, p. 178 - 179).

É importante observar que essa prática adotada pelos estudantes, praticantes de religiões de matrizes africanas, de negação ao seu pertencimento religioso é uma

forma de proteção perante uma escola que se construiu intolerantemente ao longo de sua história. Uma escola que excluiu, de todos os seus espaços formativos, todas as formas de contribuições que os povos negros tiveram para a formação social, intelectual, econômica, política e religiosa de nosso país.

Para Dubet (2003, p. 34) “O sistema está fechado. Abrindo-se, a escola não é mais “inocente”, nem é mais “neutra”; está na sua “natureza” reproduzir as desigualdades sociais, produzindo as desigualdades escolares”.

De fato, não há neutralidade na escola. Pelo contrário, o que se tem é uma escola segregada que, diariamente, deixa nítido que determinados públicos a ela não são bem vindos e que, ao se mostrarem insistentes, devem adequação aos seus princípios que, secularmente estabelecidos, impõem aos seus frequentadores toda uma ideologia dominante de superioridade alicerçada em dogmas e visões eurocêntricas que acabam por inferiorizar as demais culturas que também estão presentes na escola.

Para Silva (2002), o sentimento de exclusão no ambiente escolar pode causar sérios danos aos estudantes que vão desde o seu comprometimento cognitivo, emocional, intelectual e cultural até mesmo afetando a sua autoestima, provocado pelo sentimento de inferioridade e de incapacidade no qual crianças e jovens são expostos, cotidianamente, através de atos discriminatórios nas escolas.

Nesse contexto, e ciente de que esta pesquisa também englobaria educadores do Instituto Federal do Amapá que são praticantes de religiões de matrizes africanas, indispensável se faz que conheçamos também as suas vivências dentro do IFAP e como eles se comportam diante de possíveis atos de intolerância religiosa no seu local de trabalho, e a professora P3 inicia a sua fala afirmando que: “ainda não sofri nenhum ato que, ao meu entender, seja de intolerância religiosa” e completa apontando as possíveis causas dessa não percepção afirmando que

Eu acho que a gente não abre muito espaço na instituição para essas matrizes religiosas [...] há uma cultura bem forte que ainda não presenciei no IFAP, mas vi em minhas experiências anteriores, que há uma cultura muito forte de qualquer evento, como acontecia numa escola no Pará em Ananindeua, que todo evento que a escola realizava se rezava um Pai-Nosso, e aí eu comecei a questionar a reza de uma religião específica, né? Então, essa própria condução de rituais católicos, como receber a Santa, eu sei que Nossa Senhora de Nazaré é um traço cultural aqui da nossa região, eu mesma não sendo católica me emociono, mas as instituições abrem espaço para a Santa entrar e são instituições laicas, o Brasil é um Estado laico, então a gente não ver tanta a intolerância religiosa porque tá escondido,

mas a partir do momento que a gente começar a abrir espaço para essas culturas a gente vai ver de fato esse preconceito acontecer(P3, 2024).

Portanto, por mais que a professora P3 não tenha sofrido nem presenciado atos de intolerância religiosa dentro do IFAP, suas declarações trazem as inquietações sobre a questão da laicidade do Estado brasileiro (já estudado anteriormente) quando fala, com incômodo, da realidade presente nas instituições estatais de agregar e fortalecer a presença, principalmente do catolicismo, em seus interiores como acontece com as celebrações das santas católicas.

Diante de tais reflexões expostas até aqui, me remeto à afirmação disposta inicialmente neste tópico de que os povos de axé estão presentes no IFAP e na sua pergunta: mas como? E, sem dúvidas, as respostas vieram nas declarações de cada estudante e cada professor pertencente às religiões afro-brasileiras, que vivenciam todos os dias os desafios de se construir uma escola mais igualitária, inclusiva e sem obstáculos para toda a sociedade.

#### **4.5 A formação docente, a Lei 10.639/03 e os seus impactos dentro do IFAP**

O ensino da cultura e da história africana e afro-brasileira é obrigatória nas instituições de educação básica do nosso país desde a promulgação da Lei 10.639/03. As escolas, portanto, devem promover, em seus currículos, os conteúdos relativos a todas as dimensões e manifestações históricas, culturais, sociais, políticas e antropológicas dos povos africanos e afrodescendentes, disseminando este conhecimento e fomentando uma educação antirracista no ambiente escolar.

Nessa perspectiva, o estudo sobre as religiões de matrizes africanas também devem estar contempladas nesse currículo e nas práticas pedagógicas dos educadores em toda a educação básica, sobretudo, nas disciplinas de história, geografia, artes e literatura, conforme definido em Lei.

A abordagem da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas não pode se realizar de forma proselitista, ou seja, com vistas a transformar os estudantes em adeptos religiosos. Quanto a isso não há controvérsias. Contudo, a todos os estudantes num Estado Laico é resguardado o direito de estudo, pesquisa e conhecimento de manifestações culturais e religiosas que são constitutivas da conformação da nação a que pertencem, como é o caso das religiões afro-brasileiras para o Brasil. Dessa forma, o estudar-se as manifestações religiosas afro-brasileiras, como expressões culturais específicas, não se pode supor haver indício de proselitismo, a não ser se o estudo dessas expressões for vinculado à necessidade de adesão e crença

ou à exclusão, no mesmo contexto educativo, do estudo de outras manifestações culturais e religiosas de interesse para compreensão da história e cultura brasileiras (Pereira; Miranda, 2017, p. 9).

Júnior, concorda com Pereira e Miranda e entende que

A escola não deve fazer proselitismo de nenhuma religião. Nesse sentido, falar de Umbanda e Candomblé nas escolas deve ser na direção do esclarecimento sobre a importância destas na cultura brasileira e também no sentido de combater os preconceitos e racismos contra a população e a cultura negra (Júnior, 2009, p. 98).

Portanto, o estudo proposto pelas leis não se trata de doutrinação ou proselitismo religioso em relação às religiões de matrizes africanas e sim ao direito legal dos estudantes de conhecerem sobre a cultura advinda dos povos africanos de forma plural e abrangente.

A cultura adquire formas diversas por meio do tempo e do espaço, que, por sua vez, manifestam - se na originalidade e na pluralidade das identidades que caracterizam os grupos e a sociedade que compõem a humanidade. Sendo fonte de intercâmbio, inovação e criatividade, o meio ambiente cultural, bem como a diversidade cultural, é, para o gênero humano, tão necessário quanto a diversidade biológica para os organismos vivos (Custódio, 2017, p. 154).

A análise trazida pelo autor Elivaldo Custódio sobre a essencialidade do estudo da diversidade cultural para os seres humanos como forma de compreensão de sua realidade histórica e de sua percepção de mundo, reconhecendo a sua identidade social, também foi objeto de reflexão na obra de Freire (1996, p. 46 - 47) informando que “A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos, cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado”.

Portanto, verifica-se nas literaturas estudadas, que a Lei 10.639/03 veio preencher uma lacuna, entendida como histórica, de reparação aos povos africanos e afro-brasileiros e de reconhecimento de todo um legado construído por eles ao longo de mais de três séculos no Brasil e, as escolas, como espaços dedicados à produção e disseminação de saberes, constitui o local mais adequado para a divulgação de toda essa cultura.

Disso decorre considerar-se uma educação sensível e politicamente orientada que proporcione a compreensão de que as diferenças culturais não podem gerar hierarquias ou segregações, mas, antes, enunciação da diferença, amplificações culturais e respeito (Pereira; Miranda, 2017, p. 7).

De fato, as vozes, as tradições, o pertencimento e os saberes vivenciados de forma diferente pelas pessoas podem se entrelaçar com outras culturas, com outras vozes e com outras tradições no ambiente escolar instigando a curiosidade dos educandos e, através desses encontros, haver a fusão e a disseminação de trocas de conhecimentos entre todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Para Freire (2018, p. 359) “Não há vida em que a curiosidade não ponha a cabeça de fora”, e complementa ensinando que

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta, faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele o que fazemos (Freire, 1996, p. 35).

Indivíduos curiosos, criativos e críticos é o que se espera de uma formação que vise, principalmente, o desenvolvimento total e completo de todas as forças cognitivas dos educandos preparando-os para serem cidadãos atuantes na sociedade, conscientes de seus direitos e deveres, e mais do que isso, compromissados por promover as mudanças sociais esperadas, nesse processo.

No entanto, o cenário verificado nos currículos escolares e na prática pedagógica da maioria dos educadores é bastante tímida e não condiz com as determinações das Leis e das orientações trazidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (2004) que é no sentido de propor uma política curricular pautada nas várias dimensões da cultura negra na busca do combate ao racismo e as discriminações que atingem, principalmente, essa população.

Esses meandros em se trabalhar o currículo escolar conforme a legislação foi sentida na fala do professor P2, ao mencionar a importância de se trabalhar a temática das religiões afro-brasileiras na escola, mas, apresentou as ressalvas e os obstáculos que tornam a sua prática inviável

Mas, assim, é um tema que é bastante provocativo, porque tem muitos pais, na verdade, a intolerância nem sempre é dos alunos, na maior parte vem dos pais. Então, por ex., nós vamos conversar sobre intolerância religiosa, vamos conversar sobre religiões de matrizes africanas, tem pai que não aceita! Tem responsável que às vezes não aceita isso, acha que nós estamos doutrinando os alunos. Às vezes, até uma conversa sobre política na antiguidade pode gerar problemas. É válido, sim, mas precisa ter muito cuidado com a forma que nós vamos agir com esse aluno, por que, às vezes, o aluno leva para o pai e o pai distorce. E hoje em dia, principalmente, com essa polarização ideológica que nós temos em volta, então é muito complicado. Tem que ir em passos lentos. Não dá para chegar com carrão de sena e dizer: vamos falar hoje sobre intolerância religiosa, vamos fazer um trabalho tal, tem que ir aos poucos, porque você que existem muitas pessoas intolerantes neste mundo, principalmente, pai de aluno, então é uma coisa que precisa ter muito cuidado (P2, 2024).

A expressão “ir a passos lentos”, trazida pelo professor P2, é um indicativo de que há algo errado na compreensão das Leis 10.639/03 e 11.645/08, haja vista, já se passaram mais de vinte anos da promulgação da primeira lei e após decorridos essas duas décadas ainda há a percepção de que se precisa de mais tempo para que o que está posto nela, como uma obrigação, seja efetivamente implantado.

Poli (2023), entende que as leis 10.639/03 e 11.645/08 enfrentam grandes desafios de implantação nos currículos escolares e atribui este fato a dois fatores principais: a falta de fiscalização por parte dos órgãos competentes para isso em todas as esferas e também a ausência de dotação orçamentária com o fim de estabelecer os mecanismos, dentre eles políticas públicas e investimentos em educação continuada aos docentes, que poderiam tornar a aplicação dessas leis uma realidade em todo o país.

Isso implica também a cobrança pela efetiva alocação de recursos públicos nos processos e políticas de formação de professores para a diversidade. Afinal, uma mudança tão radical precisa ser acompanhada de condições concretas de financiamento, produção de materiais, aquisição de acervo bibliográfico, consultorias, entre outros. A escola não poderá ficar sozinha nesse processo. Faz -se necessária a intervenção do MEC e das secretarias estaduais e municipais de educação na construção efetiva de condições de formação docente e de realização de propostas e projetos pedagógicos em âmbito nacional e local (Gomes, 2013, p. 78).

Custódio, Videira e Gama (2020, p. 108), se inclinam ao pensamento de Poli e de Gomes e, acreditam que “falta de preparo dos e das docentes para trabalhar a temática é uma barreira difícil, mas pode ser superada a partir do oferecimento e ampliação de cursos de formação continuada sobre a temática da história africana”.

Assim como se posicionam Custódio, Videira e Gama sobre as barreiras do ensino da história africana e sua possível solução por meio da formação continuada dos professores, Araújo também reflete sobre essa relação e nos esclarece que

Um dos principais temas que têm adquirido muita importância nas discussões a respeito da relação entre a escola e a história da cultura afro-brasileira é justamente a formação dos professores. Esse quesito é deveras fundamental já que, independentemente das orientações e da legislação oficial, os professores representam a objetivação de toda ação pedagógica dentro da escola. Sendo assim, deve-se admitir a centralidade do papel do professor quando o assunto é a discussão em torno das relações étnico-raciais na escola. E, como sabemos, mesmo antes da promulgação da Lei 10.639/03, muitos pesquisadores e profissionais de educação já manifestavam certa preocupação com esse tema. Muitos deles, como era de se esperar, eram negros e, em alguns casos, ligados às religiões afro-brasileiras (Araújo, 2017, p. 189).

Portanto, a realidade apresentada nas escolas necessita de providências mais urgentes e eficazes, pois, ao que parece, está a cargo de cada professor e gestor, a discricionariedade em se trabalhar ou não a temática sobre a história africana, que está consignada na legislação vinculadamente, principalmente os aspectos relacionados à fé e a ancestralidade desses povos.

De fato, essa livre escolha do professor em se trabalhar as religiões de matrizes africanas em sala de aula acontece devido à presença de grupos religiosos, na sua maioria professores evangélicos e católicos, que se recusam em trabalhar de forma científica o assunto, deixando as suas concepções religiosas se sobressaírem ao seu profissionalismo. Em outras palavras, como bem pontua Araújo (2017, p. 190) “a escola termina sendo espaço de atuação e disseminação dos valores que os professores têm como verdades”, e continua afirmando que

Ao tratarmos da relação entre a escola e a reprodução de estruturas sociais dominantes, vale ressaltar que essa relação vai além da reprodução das estruturas. A mesma coisa se pode dizer no que concerne aos valores mercedores de reprodução. E, como em nossa sociedade uma das principais instituições tidas como repositório de valores são as religiões, quando o assunto é religião, a escola também não pensa duas vezes antes de se posicionar: fica sempre do lado dos grupos majoritários e de maior expressão na sociedade. Isso influencia tanto os currículos quanto o fazer pedagógico cotidiano. Porque, mesmo havendo parâmetros curriculares nacionais e uma gama de orientações curriculares específicas voltadas para a garantia de uma educação multicultural e inclusiva, as dinâmicas socioreligiosas sempre influenciam o fazer pedagógico dos professores, já que as vivências pessoais, a história individual e o pertencimento religioso dos docentes e gestores não estão totalmente desligados da sua atuação como profissional de educação (Araújo, 2017, p. 188).

Custódio, Bezerra e Foster, concordam com o pensamento de Araujo ao falarem, especificamente, sobre a formação docente dos professores que lecionam a disciplina de ensino religioso, e entendem que

No tocante à formação dos docentes que assumirão a disciplina ER, diz a LDB n.º 9475/1997 que é necessário que se tenha especial atenção à formação desses professores que, longe de ter uma postura fechada e dogmática, devem se colocar como profissionais do diálogo e da tolerância, colocando -se a serviço da liberdade do aluno, articulando com os vários saberes presentes no processo educativo, humanizando cada vez mais a sua prática docente. As mesmas diretrizes afirmam serem independentes os sistemas de ensino, cabendo a cada sistema, delimitar parâmetros e fixar normas para a atuação profissional docente, relacionando a prática pedagógica com as vivências, conhecimentos e experiências de cada educando, suas famílias e comunidade (Custódio; Bezerra; Foster, 2022, p. 178).

Dessa forma, pensar a prática docente, antes de tudo, é estabelecer um resgate da compreensão, primeiro de sua formação inicial e, em seguida, de sua formação continuada, de maneira a estabelecer as diretrizes que nortearão as suas práticas pedagógicas no desenvolvimento de estratégias que contemplem o conhecimento da cultura e da religiosidade africana.

Sabemos que em sua formação inicial, o professor não se detém de todos os saberes necessários para que atenda todas as necessidades de uma sala de aula, pois esta muda de acordo com cada realidade, e com isso, é necessário que o/a professor/a permaneça estudando, realizando uma formação continuada a fim de (re)aprender, ou (re)significar suas práticas diárias, buscando aprimorar seus conhecimentos e suas práticas (Rodrigues; Lima; Viana, 2017, p. 30).

Essa preocupação quanto a resignificação dos educadores, trazida pelos autores, é um alerta para os professores manterem, na sua prática pedagógica, uma postura de inquietação frente aos avanços tecnológicos atuais na qual as informações estão cada vez mais aceleradas e disponíveis a todos, exigindo-se respostas mais rápidas sobre os mais diversos assuntos e, levando -se em consideração que, a Lei 10.639/03 não está contemplada nos cursos de licenciaturas, os professores necessitam dessa formação continuada para o aprimoramento de seus conhecimentos e de suas práticas.

Os avanços tecnológicos vêm exigindo cada vez mais respostas rápidas, precisas e imediatas a desafios diferentes que às vezes se atropelam. E esses desafios não podem ficar à espera do amanhã. Este é um dos problemas que a geração nova já está enfrentando e o motivo pelo qual ela

precisa também assumir a briga por uma transformação pedagógica. Sua formação deve ser uma formação que funde, primeiro obviamente, no respeito à pessoa do jovem, do educando, como artífice também da sua própria formação e não como puro objeto dessa formação (Freire, 2018, p. 357).

O professor P1, na sua fala, trouxe uma experiência em que vivenciou em sala de aula, que expressa bem a importância da formação continuada aos professores para saberem lidar com conflitos envolvendo atos de intolerância religiosa e poder solucioná-los com os educandos

certo dia estávamos iniciando uma apresentação em sala de aula, quando a minha aluna, que é umbandista, foi surpreendida por sua colega que pegou no seu colar de guia e pediu para que ela colocasse para fora da roupa para que os outros vissem que aquele “colar” era bonito. Confesso que fiquei gelado! Porque conheço a minha aluna, que inclusive é filha de Exu e, portanto, é brava (risos), sinceramente, não sei se foi intolerância ou falta de conhecimento mesmo, mas a situação foi bastante constrangedora para a aluna que é praticante de religião de africana, acredito que o caso beira a intolerância do não querer conhecer, sabe? Fingir a não existência. Tipo: é só um colar e nós sabemos que a guia vai muito além do que isso (P1, 2024).

São situações constrangedoras como essa, vivenciada pela estudante umbandista, denominadas por Araújo (2017, p. 33) como os “caminhos para a reflexão”, que devem ser transformadas em excelentes oportunidades para estabelecer um diálogo entre os estudantes, a fim de trazer-lhes esclarecimentos e informações sobre a religião praticada pela estudante, inclusive, abrindo espaço para que esta compartilhasse a sua experiência religiosa com os demais colegas e poder mudar a percepção deles sobre o assunto.

Nesse contexto, o professor P2, ao ser perguntado se já havia presenciado atos de intolerância religiosa no IFAP, informou que “nunca presenciei”, mas trouxe como experiência um fato ocorrido em outro campus na qual outro docente teve essa vivência e nos contou que

Já houve um caso em Porto Grande. Houve um caso sério, quem estava a frente era o prof. Alexandre do Neabi, Porto Grande, ele presenciou uma situação lá não só de intolerância religiosa, mas de racismo também. Injúria racial em relação a uma aluna lá, aqui em Santana ainda não tivemos casos dessa gravidade (P2, 2024).

O relato trazido pelo professor P2, traz para esse cenário, a imprescindibilidade de se avançar nesse debate no ambiente escolar, pois a

intolerância religiosa e o racismo estão entrelaçados e, suas práticas, constituem crimes, conforme a Lei 14.532/2023 ao dispor que

Art. 2º-A Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional  
Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.  
Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, **religião** (grifo meu) ou procedência nacional, obstar a promoção funcional.

Para Araújo (2017) e Nogueira (2020), a intolerância religiosa revela a mais terrível forma de racismo percebido tanto na sociedade quanto nas escolas, porque é velado e, ao mesmo tempo, enraizado na mente das pessoas e, independentemente dos ambientes em que ocorram, não devem ser perpetuados e sim combatidos nos rigores da lei. E Araújo continua afirmando que

Diante das várias experiências, relatadas tanto por pesquisadores quanto por professores da educação básica, fica evidente que a escola tem sido incapaz de trabalhar de forma consequente a temática ligada aos valores culturais afro-brasileiras. Como vimos, um dos problemas que torna esse trabalho ainda mais desafiador é a questão da formação dos professores (Araújo, 2017, p. 202).

A formação continuada dos professores é um imperativo que deve fazer parte de um processo contínuo, na qual os conhecimentos e experiências que não fizeram parte da sua formação inicial, possam ser desenvolvidos no decorrer da sua prática pedagógica, evitando episódios constrangedores de discriminação e racismo em sala de aula.

Com isso, o professor deve ser um eterno pesquisador para acompanhar os diversos temas relacionados à política, identidade, sexualidade, religiosidade e cultura que tendem a apresentar as suas concepções em constante evolução. Nesse aspecto, Freire (1996, p. 43 - 44) entende que “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. E continua o seu ensinamento afirmando que

Ensinar exige pesquisa. Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que - fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando,

intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (Freire, 1996, p. 32).

Dessa forma, deve-se pensar que a prática docente comporta um ciclo que não se esgota com o tempo, havendo sempre a necessidade de se buscar novos conhecimentos e nessa busca, os saberes se retroalimentam, se renovam, se entrelaçam e se expandem e, através dessa interminável engrenagem é que o saber pedagógico acontece no ambiente escolar.

Faz-se necessário que estes sujeitos formadores, reconheçam e internalizem em si a importância e a proporção que atinge o seu papel na vida dos sujeitos em formação, para que também se sintam tanto mais motivados na realização das atividades que lhe competem (Rodrigues; Lima; Viana, 2017, p. 30).

E essa conscientização, do importante papel exercido pelos educadores como agentes formadores e transformadores da vida dos educandos, felizmente, já é uma realidade presente na prática pedagógica de todos os docentes do IFAP, que participaram desta pesquisa, ou seja, a luz no fim do túnel já começa a acender as suas tão aguardadas faíscas.

A professora P3, por exemplo, informou, com bastante entusiasmo, que já trabalha na sua prática pedagógica sobre a cultura e religiosidade africana e afro-brasileira e que elaborou um projeto desenvolvido no campus Laranjal do Jari e nos informou que

Na minha prática pedagógica eu tento trabalhar, falo do racismo religioso e coordenei um projeto de ensino com uma aluna que é do candomblé também, em Laranjal do Jari, que foi muito bacana, chamado de *Plantas que curam e educa*. Como que o conhecimento de pais de santo e parteiras com as plantas medicinais poderiam trabalhar num processo de educação ambiental? Mas vejo que as minhas iniciativas estão aquém do que eu poderia trabalhar de fato, e são iniciativas individuais e não institucionais. Então, eu acredito que falta realmente uma ação institucional que além de receber a Santa receba também essas outras matrizes religiosas, eu acho que falta bastante isso (P3, 2024).

O projeto desenvolvido pela professora P3, mostra que são inúmeras as possibilidades de estudos sobre a ancestralidade, relacionados com os conhecimentos dos povos da floresta que é algo, inclusive, bastante presente na cultura do povo amapaense, que é a utilização das plantas medicinais para auxílio da cura de inúmeras doenças trazidas pela sabedoria popular.

A ciência atual deve *considerar, respeitar e valorizar* as experiências e os conhecimentos das comunidades tradicionais, para aprender com elas, que não se pode compreender o ser humano apartado do seu contexto histórico-cultural e que a vida humana é densa e repleta de significados que não cabem em fórmulas e definições exclusivamente teóricas (Custódio; Bezerra; Videira, 2020, p. 206).

Nesse contexto, concordo com o otimismo de Freire (1996, p. 88) de que *“mudar é difícil, mas é possível”* e, são projetos como esse que mostram que é possível estabelecer as mudanças tão desejadas dentro do processo pedagógico e incluir no currículo escolar o que está demandado na Lei 10.639/03, para difundir os conhecimentos sobre a ancestralidade africana no ambiente escolar, por mais que, ainda seja algo solitário e individualizado da professora e não resultado de uma ação institucional pela valorização da cultura presente no candomblé.

O professor P1, por sua vez, informou que a todo momento de sua aula ele trabalha com os estudantes sobre diversidade e revelou sua metodologia

Eu dou aula com um leque vermelho gigantesco e a qualquer momento eu posso “bater o leque” para chamar a atenção de meus alunos! Sempre inicio o ano letivo com 4 vídeos para serem analisados pelos alunos que expressam diversas culturas e eu os indago perguntando qual para eles é a melhor? Já instigando eles a pensar que não existe a melhor cultura e sim que temos diversas culturas diferentes. Outro vídeo, que levei para eles, sobre o trabalho das Drags, em São Paulo, e assim trabalhar a questão de gênero, sexo, sexualidade, sempre refletindo sobre a problemática e os privilégios que os héteros possuem em nossa sociedade. Também costumo trabalhar a questão semiótica da cultura e da filosofia da linguagem não-semiótica vinculada com a cultura, por ex., levei uma imagem de lemanjá Preta e através dela fiz uma análise semiótica com eles para que eles percebessem a cultura negra, a religião por esta ótica de lemanjá que não tem como ser uma mulher branca, esguia como europeia e sim com características africanas já que é cultuada como orixá africana e negra (P1, 2024).

O professor P1, também traz em sua prática pedagógica uma metodologia bastante condizente ao que se espera sobre os estudos da cultura africana e afro-brasileira, trazendo temas pertinentes à sabedoria dos povos afro-brasileiros de forma científica e, ao mesmo tempo, com ludicidade. E continua expondo mais de sua prática pedagógica com seus estudantes, afirmando que

Ano passado, trabalhei também um mural de palavras racistas que não percebemos que falamos diariamente como “cabelo duro”, “criado mudo”, etc. e o mais legal é que uma aluna me perguntou porque a palavra esclarecer era um termo racista? E eu disse que, se necessariamente, você precisa de uma ideia clara, quer dizer que as ideias escuras são inválidas. Então, é importante colocar essas questões de diversidade para que eles se mexam,

se indaguem [...] mesmo que não alcance a todos, pois nunca teremos uma unanimidade, mas sempre alertando para que eles tenham empatia e se coloquem no lugar do outro. Infelizmente, a academia, o ENEM, a grade curricular, a BNCC, nos força a ensinar uma filosofia europeia, mas sempre que eu tiver a possibilidade de ensinar quaisquer outras, eu vou ensinar (P1, 2024).

As escolas, como instituições laicas, devem promover a diversidade religiosa em seu interior através da formação de professores, produção de metodologias adequadas e, principalmente, ser uma eterna acolhedora de estudantes pertencentes às religiões marginalizadas como as afro-brasileiras e trabalhar em suas práticas pedagógicas a valorização da cultura afro-brasileira e africana, conforme preconiza a lei 10639/03.

Nesse contexto, o professor P2 afirma que, na sua prática pedagógica, já trabalha baseado nas orientações e exigências trazidas pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08 e nos informou que

Eu trabalho, porque na realidade eu trabalho sobre a escravidão, história e cultura afro-brasileira e indígena com as leis 10639/03 e Lei 11645/08 então eu falo sobre a religiosidade africana, falo sobre diversidade, e principalmente, quando eu entro no primeiro ano eu falo sobre diversidade sexual, por ex., na Grécia antiga, falo sobre a situação dos negros [...] Então, eu falo sobre diversidade, sobre religiões quando falo sobre escravidão indígena, escravidão negra no Brasil, na Amazônia, aí falo diversas formas, principalmente sobre a religiosidade, do surgimento do candomblé, da umbanda, das diversas matrizes que compõem a religiosidade afro-brasileira (P2, 2024).

Percebe-se na fala do professor P2, o seu entusiasmo e preocupação de mostrar aos seus educandos que eles estão inseridos em um contexto de diversidade e, para tanto, precisam estar conscientes de suas participações dentro deste universo no qual todos são diferentes um dos outros e que através da educação, preconceitos são quebrados pela intervenção consciente desses atores no mundo em que vivem.

Para Freire (2018, p. 110) “Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”, portanto, essa compreensão, para o autor, faz parte da condição do ser humano, de sua essência, pois através de suas reflexões e entendimento de pertencimento ao mundo, o ser humano consegue nele intervir significativamente, com criticidade e propor as transformações necessárias para a sua realidade social, política, econômica, etc.

A partir desse entendimento de Paulo Freire, de que o ensino perpassa a compreensão dos seres humanos como sujeitos interferidores na sociedade em que vivem, o professor P5 trouxe uma experiência de sala de aula que demonstra a importância da presença de educadores preocupados com a formação, não apenas conteúdos dos educandos, mas também no desenvolvimento de sentimentos de coletividade, parceria, alteridade e respeito entre eles ao relatar que

Inclusive recentemente uma aluna teve uma crise de choro na minha sala, era dia de prova, e ela me falou que não havia estudado para a avaliação porque havia passado o fim de semana todo em um retiro religioso com a família. E eu falei para turma: O que vocês acham? E expliquei para eles que hoje havia sido ela, mas amanhã poderia ser qualquer um deles, independente da religião que fosse e se eles topariam que adiássemos a nossa prova? Todos aceitaram e então adiamos a nossa prova para contemplar a nossa amiga que participou de evento da sua religião. Eu sempre passo para os meus alunos que o ciclo do bem permanece, ajudando as pessoas sem olhar o retorno, independente de qual for a religião (P5, 2024).

Além disso, ao ser questionado se em sua prática pedagógica recorria à Lei 10639/03, ele, surpreendentemente, revelou que

Costumo trabalhar, sim. E falo nas minhas provas a respeito disso. No caso da religião eu falei para eles, inclusive, sobre a prática de búzios informando que a matemática envolve tudo e os búzios eram um exemplo disso, é que chamamos de etnomatemática que é a ciência que analisa a relação entre matemática e cultura (P5, 2024).

A surpresa que expressei da fala do professor P5 diz respeito ao fato que, por mais que Lei 10639/03 traga em seu texto que “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”, não está restrita a essas disciplinas, ou seja, os professores de quaisquer áreas podem inserir em seus currículos esses conteúdos e trabalhá-los em sala de aula.

A autora Nilma Lino Gomes mostrou em sua obra: *A questão racial na escola: desafios colocados pela implantação da Lei 10.639/03*, a sua preocupação relacionada à análise equivocada da Lei e das Diretrizes, no sentido de as escolas e os professores entenderem que a obrigatoriedade de trabalhar a temática da História da África esteja restrita às disciplinas trazidas no corpo da Lei, o que não condiz com a sua melhor interpretação e nos informa que

Como o texto da Lei 10.639/03 sugere que, preferencialmente, as áreas de Literatura, Artes e História deverão ser responsáveis pela inclusão da temática, pode-se interpretar que o trabalho pedagógico por ela sugerido se restrinja a essas áreas do conhecimento. Para superar essa interpretação é preciso que o texto da lei seja sempre acompanhado da leitura das suas diretrizes curriculares nacionais. Estas ampliam e aprofundam o debate, uma vez que são, na realidade, fruto do parecer apresentado ao CNE, realizado mediante consulta pública a militantes, intelectuais e legisladores. Por isso apresentam caráter mais amplo (Gomes, 2013, p. 85).

O que foi percebido como uma falha pelo professor P4, que é professor da área de exatas, mas que, diferentemente do professor P5 e do que se observa como melhor interpretação da Lei 10.639/03, reconhece que não faz parte de sua prática pedagógica a inclusão de temáticas associadas a outras áreas do conhecimento

Religião, eu confesso, talvez seja uma falha pedagógica minha, por eu ser desinteressado, é um tema que eu não levo para a sala, mas naturalmente eu reconheço a necessidade de respeitar essa diversidade, então assim: eu não executo atividades específicas, projetos transdisciplinares, como geralmente são executados nas escolas, relacionados a esses temas de diversidade, mas eu busco em minha prática incorporar essas diferentes perspectivas e respeitá-las também (P4, 2024).

A omissão observada na prática pedagógica do professor P4, poderia ser suprida através de formação permanente em capacitações para ampliar a compreensão curricular proposta pela Lei, como também a conscientização de que os componentes curriculares não podem ser trabalhados isoladamente das demais concepções e áreas do conhecimento.

Nesse contexto, trago a fala do professor P1 mostrando que essa formação continuada também precisa sofrer modificações para serem realmente significativas

Por isso, para o corpo técnico e docentes precisamos de um outro olhar, não somente de palestras como tantas, não só a informação, mas sim uma formação real para eles possa entender realmente essa questão de intolerância, diversidade e respeito. Os professores, muita das vezes, se fecham em seus componentes e se algo de intolerante ocorre em sala de aula, a maioria encaminha a demanda para o pedagógico resolver e a ideia não é essa, o certo é que através do apoio pedagógico nós possamos repensar as nossas práticas (P1, 2024).

A formação real tão aclamada pelo professor P1, que acredita que as palestras, já tão corriqueiras, não surtam mais os efeitos esperados e precisam ser substituídas por estratégias pedagógicas mais efetivas com o intuito de alcançar os objetivos de combate ao racismo e a discriminação racial propostas pela Lei, é uma

realidade, aguardada há mais de vinte anos, nas práticas pedagógicas das escolas em nosso país. Gomes, complementa este pensamento afirmando que

Mais do que atividades pedagógicas novas, a discussão sobre a África e o negro no contexto brasileiro devem promover o debate, a discussão, a reflexão e a mudança de postura. Realizar projetos interdisciplinares de trabalho, estimular práticas mais coletivas e reforçar teórica e metodologicamente o combate ao racismo e à discriminação racial na escola são objetivos e deverão também ser resultados da implementação da lei das diretrizes. Para isso teremos que mexer na tão falada estrutura escolar, na organização do trabalho docente, instituir processos cada vez mais democráticos de gestão, construir espaços coletivos para a formação em serviço e continuada, modificar tempos, espaços e lógicas. Isso nos leva a concluir que a implementação de um trabalho com a questão racial na escola e no currículo extrapola ela mesma e nos leva a repensar o fazer pedagógico de maneira mais ampla e mais profunda (Gomes, 2013, p. 86-87).

Dessa forma, observa-se que o caminho para a efetiva implantação das Leis 10639/03 e 11645/08 nas escolas ainda é longo, mas, com atalhos, através de iniciativas governamentais para a formação docente permanente, materiais didáticos adequados e práticas pedagógicas fomentadoras de diálogo interreligioso em sala de aula, poderá ser encurtado e veremos uma escola que realmente esteja preparada para acolher as diferenças.

Na concepção da estudante E3, o estudo sobre religiões na escola devem contemplar todas as denominações religiosas a que pertencem os educandos, mostrando que todas, sem exceção, são importantes fontes de experiências e, por isso, devem ser respeitadas por todos e diz que

É muito importante falar sobre esses problemas que nós alunos enfrentamos na escola. Falar sobre todas as religiões e mostrar para todos que todas elas têm o seu valor, que todas são boas, que todas querem fazer o bem, curar as pessoas doentes, talvez assim a gente tenha menos brigas e mais respeito com o próximo (E3, 2024).

A percepção trazida pela estudante E3 é também o entendimento da estudante E2, ao mencionar que a presença do estudo sobre assuntos mais complexos como intolerância religiosa na escola seria uma forma de diminuir os desentendimentos e o preconceito entre os educandos ao dizer que

É muito válido falar sobre isso nas escolas. Na verdade, é bom falar sobre tudo na escola. Se tivesse mais aulas ou conversas mesmo em sala de aula sobre religiões, mas não para gente brigar pela sua (risos), mas para explicar que são várias religiões e ninguém tem nada a ver com as minhas escolhas. Isso iria diminuir, eu acho, o preconceito de todo mundo (E2, 2024).

O pensamento eclético, trazido na fala da estudante E2, pode ser entendido como a necessidade de se promover no ambiente escolar uma educação multicultural na qual todas as expressões culturais e religiosas possam ser igualmente contempladas evitando, segundo ela, os desentendimentos entre os educandos que formam uma heterogeneidade de saberes e vivências, dentro do mesmo espaço educacional.

Para Gomes; Moreira e Candau (2013, p. 7) “Multiculturalismo em educação envolve, um posicionamento claro a favor da luta contra a opressão e a discriminação a que certos grupos minoritários têm, historicamente, sido submetidos por grupos mais poderosos e privilegiados”.

Nessa perspectiva, Ivenicki (2018, p. 1154) defende com Sleeter e McLaren (2009) que “a perspectiva multicultural seja voltada para o desafio, tanto à marginalização de identidades e grupos raciais, étnicos, de gênero, bem como ao repúdio à discriminação contra outras formas de diversidade e contra a opressão”.

Concordando com os posicionamentos dos autores, incluo, nesse contexto, a urgência para que as práticas pedagógicas dos educadores passem por uma reformulação para que a educação atrelada ao multiculturalismo seja parte integrante do currículo escolar, visando o rompimento com práticas discriminatórias e preconceituosas no ambiente escolar.

O estudante E4, por exemplo, ao falar a sua percepção sobre a importância de se estudar sobre as religiões afro-brasileiras na escola, deixou claro também a sua vontade de que o multiculturalismo fosse uma realidade em seus estudos

Falar sobre o assunto na escola é muito bom. Mesmo que as pessoas não saibam que sou da religião, eu iria gostar de ouvir os professores falando da nossa religião. Na verdade, que eles falassem de todas as religiões, todo mundo iria gostar de ouvir falar sobre a sua, com certeza (E4, 2024).

Diante de sua resposta, insisto e pergunto: se não houvesse tanto preconceito, se ele se sentiria mais à vontade para falar que é umbandista? E ele respondeu: “não sei (risos). Na verdade, não sei se estou preparado para viver todos os preconceitos que vivi na minha outra escola, antes de vir para o IFAP”.

Observa-se nas palavras do estudante E4 que, o preconceito sofrido por ele no ambiente escolar deixou traumas em sua existência difíceis de serem superados. São marcas deixadas por uma escola que precisa ser reinventada e reconstruída,

pois a escola que temos hoje não abriga, não acolhe e nem comporta os sujeitos, com percepções e modos de vida diferentes. Nesse contexto, Araújo (2017, p. 277) entende que “A escola que está aí não serve a um projeto de construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária”.

Já a estudante E1, na sua declaração, falou da importância da presença das religiões afro-brasileiras nas escolas como forma de aprendizado e não de preconceito que, conforme ela menciona, sempre fizeram parte da sua vida social e escolar

Acho muito importante e fundamental. Atualmente não me importo com a opinião alheia, podem falar o que quiser, me jogar pedras na rua, cheguei a um nível que somente me importo com minha casa. Acredito meu axé, da minha luz, mas nem sempre foi assim. Alguns anos atrás isso me doía muito, pois eu não podia brincar na rua porque as crianças não aceitavam brincar comigo e na escola eu sofria muito (E1, 2024).

Continuando a sua fala, a estudante E1 relata que a sua vida foi mudada através da atuação de uma professora, que sensibilizada e atenta ao seu fazer pedagógico, percebeu o seu sofrimento e interviu, pedagogicamente, solucionando o conflito ora existente em sala de aula

A grande diferença aconteceu quando uma professora do ensino fundamental abriu uma roda de conversa com outros alunos só por minha causa e explicou para todos que eu era igual a todos eles, que eu só seguia uma religião diferente e que do mesmo jeito que eles que iam à igreja, nas missas e cultos, eu ia ao terreiro. Ela mostrou para eles várias religiões que existiam além da minha. Essa professora marcou a minha vida, pois é evangélica, super evangélica e eu lembro o nome dela até hoje, se chama Linda do Carmo Sobral, ela não deve se lembrar de mim, mas eu lembro dela até hoje. Ela sentou na rodinha e disse que eu não era um “monstro”. Dali em diante, os alunos começaram a repensar e eu percebi as mudanças. Eu sei que é difícil para as pessoas aceitarem, porque entendo que é um pouco diferente (E1, 2024).

Esse comportamento da docente, trazido no relato da estudante E1, demonstra a importância que os gestos dos professores possuem na vida dos educandos, que são tão significativos e especiais que eles levam para a vida toda. Paulo Freire traz uma reflexão que expressa bem esse sentimento da estudante

Às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor. O que pode um gesto aparentemente insignificante valer como força formadora ou como contribuição à vida do educando por si mesmo (Freire, 1996, p. 47).

Convém ressaltar que essa reflexão, trazida por Freire, denota e confirma o seu próprio entendimento de que ensinar não se resume em apenas transferir conhecimentos sistemáticos através de conteúdos indo, o trabalho do professor, muito além envolvendo ações pedagógicas que enaltecem o respeito, a harmonia, a amizade, a ética e a confiança entre os educandos.

Percebe-se a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também a ensinar a pensar certo (Freire, 1996, p. 29).

No entanto, é mister, trazer para esse contexto o posicionamento de Nilma Lino Gomes (2013) que diz que

É preciso igualmente tomar cuidado para não depositarmos toda a nossa esperança de superação do racismo e das desigualdades raciais na educação escolar. A escola sozinha não dá conta de tudo, mas nem por isso ela deixa de ser responsável nesse processo. Ela é uma instituição formadora e ocupa um lugar de relevância social e cultural, juntamente com outros espaços em que também nos educamos [...]. O principal alvo da educação antirracista é a construção de uma sociedade mais digna e democrática para todos, que reconheça e respeite a diversidade (Gomes, 2013, p. 87).

É importante, nesse momento na qual se pretende a efetivação do ensino sistemático sobre história e cultura africana e afro-brasileira, que se perceba que a escola não será a “salvadora da pátria”, como se extrai da reflexão da autora, mas, por estar inserida num contexto macro social, sem dúvidas, a ela foi delegada a responsabilidade de trabalhar, com os atores do processo ensino - aprendizagem, os estudos sobre uma educação antirracista.

Partindo- se agora às concepções dos docentes acerca da importância da presença sobre os estudos das religiões de matrizes africanas no contexto escolar, temos a fala do professor P1, que diz que

Sem sombra de dúvida é muito importante falar sobre as religiões de matrizes africanas nas escolas e a discussão com os discentes é extremamente necessária, mas acredito que mais necessária ainda, e a parte mais difícil e trabalhosa, são os professores e o corpo técnico. Não pela não capacidade, mas querendo ou não os jovens são mais abertos a se relacionar com outras coisas, outros temas. Eles vêm de uma outra geração bem diferente da nossa e esses assuntos estão cada vez mais próximos deles e que eles percebem e ouvem mais. Óbvio que, às vezes surgem alguns comentários desnecessários, mas a partir desses comentários é que nós revisitamos o assunto e voltamos na discussão (P1, 2024).

Para o professor P1, a maior dificuldade que se apresenta nas escolas quando o assunto são as religiões de matrizes africanas ou outros assuntos mais complexos, é o comportamento dos professores e do corpo técnico que, segundo ele, por serem de outra geração, não estão atualizados o suficiente para adentrarem nessa discussão com pertinência com os educandos.

Nesse contexto, o professor, ao conceber que a profissão tem suma importância na formação de uma sociedade, constrói sua identidade profissional, no entanto, se faz necessário, também, rever os significados e as tradições que a profissão traz consigo ao longo de sua história tendo em vista que a profissão docente deve sofrer alteração a partir do momento em que a sociedade muda, ou ainda, de acordo com cada sociedade em que atua, para tanto as relações construídas dentro do ambiente de trabalho também exerce importância na construção dessa identidade (Rodrigues; Lima; Viana, 2017, p. 34).

A adaptação dos professores às mudanças sociais, que é uma necessidade para a evolução humana, precisa ser uma temática presente no contexto educacional, se o desejo for a construção de uma educação humanizadora e a consciência do inacabamento dos indivíduos perante a sociedade. Para Freire (1996, p. 55), “Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente”.

Para a professora P3, a escola é o espaço em que o desenvolvimento social das crianças e jovens acontece de maneira significativa e universal, para ela

A escola é esse espaço onde a primeira vez, o primeiro lugar que a criança vai se deparar com a diversidade é na escola, até então enquanto ela está na sua casa, com seus pais, os seus pares, ela vai ter aquele mundo dela, a criação dela, a religiosidade que a família comunga, mas a partir do momento que ela vai para a escola ela vai se deparar com uma diversidade enorme de formas de pensar, de religião, de posicionamentos, de cor, então a escola tem que trabalhar a intolerância e não só nas áreas mais comuns, das ciências humanas, mas em todas as áreas, porque a escola não é uma bolha da sociedade, a nossa sociedade brasileira é uma das mais intolerantes do mundo, o racismo aqui é endêmico ao nosso pensamento, é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo, é o quinto que mais mata mulheres, então nós estamos numa sociedade muito intolerante e a escola é fundamental como um espaço de formação não só científica, acadêmica, mas humana, social, crítica para a gente trabalhar a intolerância religiosa na sala de aula e na escola de modo geral (P3, 2024).

Portanto, da fala da professora P3, verifica-se a sua exaltação sobre duas temáticas que estão presentes no ambiente escolar, a primeira pela referência, com

muita pertinência inclusive, da chegada das crianças na escola como sua primeira experiência longe do âmbito familiar e, segundo, da importância que a escola possui para a formação de indivíduos menos intolerantes na sociedade.

Vale ressaltar que, ao iniciarem a sua experiência escolar e terem acesso a diferentes culturas ampliando seus saberes antes restrito à família, as crianças não chegam “vazias” nas escolas, elas também trazem consigo a sua bagagem cultural e de conhecimentos da sua realidade que será compartilhada com os demais colegas.

O educador que não instiga seu aluno a pensar não crê na relação afetiva entre professor/aluno que pode ser construída. Ele acredita somente na concepção de que deve informar alguém que apresenta uma mente vazia. Mas como todos nós somos sabedores, ninguém possui uma mente vazia, todos nós trazemos conosco a nossa bagagem cultural, as nossas experiências, e até mesmo a nossa própria gramática interna concebida pela convivência daqueles que estão ao nosso redor (Carneiro, 2011, p. 3).

Essa reflexão trazida pelo autor sobre o pensar errado de professores que acreditam que os estudantes chegam na escola sem experiências anteriores, foi o que Freire (2018) chamou de “educação bancária” que é a percepção equivocada de que os estudantes estão na escola e neles são depositados os conhecimentos que serão memorizados e depois cobrados na prova.

Dessa forma, escolas, professores e o seu fazer pedagógico, precisam ter um novo olhar para esse público e estarem preparados para contribuir para a sua formação, conscientes de que não estão começando esta formação do zero, pelo contrário, devem enaltecer os seus saberes prévios e acrescentar a eles novas percepções e conhecimentos sempre numa perspectiva de respeito à multiculturalidade presente nas escolas.

O respeito à diversidade cultural na escola foi mencionado pelo professor P4, ao falar da importância de se trabalhar a questão das religiões de matrizes africanas dentro do IFAP para os seus adeptos poderem ter a mesma visibilidade que os praticantes das religiões de matrizes cristãs possuem nesse mesmo espaço, que público e laico, nem sequer deveria apresentar tais tipos de manifestações religiosas e acredita que

É válido porque o IFAP é uma instituição pública e me incomoda muito a forma como religiões cristãs estão presentes nesse espaço público e eu me pergunto se o IFAP teria a mesma boa vontade se uma religião de matriz africana quisesse realizar um ritual no mesmo lugar onde a imagem da santa católica estava? Então, eu acho que isso é de extrema importância que seja

discutido aqui dentro, porque esse espaço que não deveria ser aberto para esse tipo de manifestação, então que se possa abrir para todos os tipos de manifestações, já que é um espaço público. Então, eu acho muito bom trabalhar a intolerância religiosa nesse aspecto porque talvez e seja bem provável que o fato de eu não ter conhecido até este momento um aluno que seja praticante desse tipo de religião de matriz africana ou algum colega, é bem provável que esteja associado com a inibição que esta pessoa sente para manifestar a sua crença, a sua religiosidade de forma livre sem ser julgado, sem sofrer nenhuma pressão de ordem social. E fico um pouco indignado quando percebo que as religiões cristãs tentam suprimir e apagar as religiões afro-brasileiras num espaço que deveria ser neutro (P4, 2024).

A dúvida proposta, inicialmente, na fala do professor P4 sobre se o IFAP teria a mesma boa vontade de receber outras manifestações religiosas como recebe anualmente a Santa Católica, nos traz a convicção de que estamos diante de uma luta injusta, na qual Araujo (2017) entende que a escola alimenta essa disputa desigual na qual as religiões hegemônicas “esmagam” as religiões tidas como minoritárias e o resultado que se apresenta são vítimas dessa violência que se retraem e se silenciam diante da opressão a qual são submetidos.

Seguindo a inquietação do professor P4, de sua constatação da não laicidade e neutralidade da escola inferem-se, de suas percepções, que a presença dessas características no ambiente escolar seja a responsável pelo silenciamento, o mascaramento e a invisibilidade que estudantes e professores praticantes das religiões afro-brasileiras estão submetidos dentro do IFAP.

Continuando a discussão, o professor P5, traz na sua fala a percepção sobre a ineficiência da escola em disseminar informações a respeito das religiões afro-brasileiras e propõe que a intolerância religiosa seja resultado dessa falta de conhecimento que traz como consequência os frequentes casos de desrespeito entre os educandos e educadores no ambiente escolar e afirma que

É muito pertinente, pois estamos vivendo hoje no mundo das guerras por conta, principalmente, de convicções religiosas históricas. Nós temos justamente que conversar sobre isso porque o meu ato de pensar não tem que ser igual ao seu, porque intolerância é falta de conhecimento, falta de informação, principalmente a intolerância religiosa. Eu não sou obrigado a pensar igual a você e ao invés de eu bater ou criticar você, meu ato tem que ser de conversa e de agregar. Então é muito importante debater isso em sala de aula porque a informação para mim é o primeiro passo para que a gente possa eliminar essa questão da intolerância. Eu tive a oportunidade de conhecer uma mesquita fora do Brasil e por não conhecer tive alguns erros ao entrar nessa mesquita, mas depois fui orientado do que podia e não podia fazer lá dentro e percebi o respeito na qual fui abordado, educadamente, para receber as informações (P5, 2024).

Corroborando com a reflexão trazida pelo professor P5 sobre a importância, dentro do contexto escolar, das trocas de informações sobre a temática da história e cultura africana e afro-brasileira visando eliminar atos de discriminação e preconceito pela promoção do debate, Gomes menciona que

Muito mais do que conteúdo curricular, a inserção da discussão sobre a África e a questão do negro no Brasil nas escolas da educação básica têm como objetivo promover o debate, fazer circular a informação, possibilitar análises políticas, construir posturas éticas e mudar o nosso olhar sobre a diversidade (Gomes, 2013, p. 81).

Essa mudança de postura, trazida pela autora, da construção de estratégias pedagógicas de ensino com novas perspectivas para o estudo sobre a diversidade reacende o debate sobre a imprescindibilidade da formação continuada dos docentes, de tomarem para si essa responsabilidade, junto com o governo e toda a comunidade escolar, a fim de eliminar os atos de intolerância religiosa, discriminações e preconceitos que habitam o seu interior.

Tais comportamentos discriminatórios, autoritários e preconceituosos não podem ser normalizados se o que se deseja é um mundo mais humanizado e uma sociedade que respeite a diversidade que há nela. Portanto, a escola e todos os seus componentes, humanos e curriculares, precisam com urgência estabelecer as mudanças necessárias para que as Leis 10.639/03 e 11.645/08 sejam efetivamente implementadas em todas as escolas de educação básica do país.

E esta mudança está sendo uma condição do próprio sistema educacional brasileiro que, nos últimos anos, vem exigindo dos nossos jovens um conhecimento mais amplo da compreensão dos aspectos sociais e culturais de nossa sociedade o observável nas provas do Exame Nacionais do Ensino Médio - ENEM, que neste ano de 2024, trouxe como proposta de redação que os estudantes dissertassem sobre os “Desafios para a valorização da herança africana no Brasil”.

Além do reconhecimento do problema da discriminação religiosa ora observada dentro do IFAP, em relação às religiões de matrizes africanas, é fundamental que a instituição possa engajar um esforço conjunto e contínuo junto aos seus docentes para incentivá-los a buscarem novas capacitações que possam auxiliá-los em suas práticas pedagógicas de forma mais eficaz e significativa.

Através do incentivo, ou até mesmo, pela disponibilização de cursos de formação continuada aos docentes através de oficinas, produção de materiais

didáticos, projetos pedagógicos, ajustes no currículo para a efetiva inclusão da temática africana e afro-brasileira no contexto escolar, etc., o IFAP demonstraria seu compromisso na promoção de um diálogo interreligioso enriquecedor no seu interior fortalecendo o seu papel de instituição formadora de cidadãos que respeitem a diversidade, compreendendo que tais mudanças propostas não se tratam de uma boa vontade do instituto, mas sim de um direito assistido a todos os seus educandos.

Dessa forma, acredito que a partir do momento em que as instituições escolares aplicarem o que está estabelecido na legislação, trabalhando a história e a cultura africana e afro-brasileira de maneira científica, discutindo criticamente a trajetória dos negros no Brasil, desde o sequestro sofrido por eles no continente africano até a sua chegada e permanência no nosso país e todas as contribuições culturais, sociais, intelectuais, políticas e econômicas para a formação e história do povo brasileiro, poderemos nos orgulhar de uma educação nacional que, de fato, performa as liberdades, a igualdade de direitos e o profundo respeito às diferenças.

## 5 PRODUTO EDUCACIONAL

### 5.1 Produto Educacional no PROFEPT

O produto educacional, como parte integrante da conclusão de curso no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica-ProfEPT, tem por objetivo precípua compartilhar o trabalho de pesquisa realizado como um instrumento pedagógico de desfecho direcionado tanto ao público alvo da pesquisa quanto àqueles que tiverem a oportunidade e interesse de participar ou de acessá-lo nas plataformas digitais.

Segundo o Regulamento Geral do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional “O Trabalho de Conclusão de Curso a ser defendido deverá contemplar o produto educacional, bem como o relatório de pesquisa em forma de dissertação, conforme o regulamento local de cada IA”. Serafim nos esclarece que:

O produto educacional apresenta-se como uma forma de tornar pública a pesquisa realizada durante o mestrado profissional e caracteriza-se como um recurso com estratégias educacionais que favorecem a prática pedagógica [...] O produto educacional servirá como inspiração a outros profissionais da educação, uma vez que o contexto, e o público ao qual será destinado, determinará as mudanças necessárias para a sua aplicação (Serafim, 2020, p. 5).

Portanto, a presente pesquisa apresenta como seu produto educacional a criação de um *site* educativo com o propósito de, através de seu conteúdo voltado às diversas contribuições culturais dos povos africanos e afro-brasileiros para a formação da nossa sociedade, ser um instrumento de combate contra os atos de intolerância religiosa nos espaços escolares e promover uma cultura de paz nas instituições de ensino.

A internet, é sem dúvidas, o meio de comunicação mais rápida e eficiente que a humanidade já vivenciou e deve ser utilizada em favor da educação como uma ferramenta para a socialização das informações que nela se apresentam de forma dinâmica e abundante, proporcionando aos estudantes novos saberes culturais, políticos, sociais, etc.

Nesse mundo globalizado, e de certa forma modificado, pela inserção das tecnologias nos diferentes contextos, o que inclui a escola, se configuraram

novas formas de ensinar e aprender, as quais precisam passar por um processo de revisão, pois inserir as tecnologias nas salas de aula não resolve todos os problemas do ensino. A tecnologia é somente um dos elementos de uma imensa rede de relações que influencia nos modos como o ser humano ensina e aprende. Neste ínterim podemos observar que estudos da cognição têm muito a contribuir com investigações sobre a cultura, mente e cérebro. Esse contexto coloca incertezas sobre algumas concepções de práticas pedagógicas ainda presentes nos meios escolares (Cunha et al., 2022, p. 4).

Para os autores, a inserção das tecnologias que se vivencia na atualidade, deve ser compreendidas como excelentes suportes nas salas de aula, no entanto, elas sozinhas não vão conseguir superar todos os desafios que a educação enfrenta, mas entendem as tecnologias como mais uma ferramenta importante para o processo de ensino aprendizagem dos estudantes.

É perceptível que adolescentes e jovens possuem certo fascínio por tudo o que é eletrônico e digital e os docentes podem propor metodologias ativas através de sites, programas e aplicativos interessantes que despertem a sua atenção e o seu interesse, facilitando o seu processo de ensino-aprendizagem.

Diante disso, as metodologias ativas foram criadas com o intuito de propor mudanças nessa educação essencialmente tradicional baseada em métodos de ensino que já não mais comportam os anseios de uma geração tecnológica, que nas palavras de Cunha et al. (2022, p. 4) são denominados como “nativos digitais”, por já estarem inseridos nesse contexto tecnológico desde o nascimento, e inserir novos paradigmas que considerem essa nova conjuntura educacional.

Para Freire (2018), a educação deve ser uma experiência voltada à construção, criação e desenvolvimento de uma *consciência crítica* nos educandos e os avanços tecnológicos, postos à disposição de todos e dos sistemas educacionais, exigem uma nova postura, principalmente, dos docentes que precisam assumir o compromisso pela mudança e pelas transformações em suas práticas metodológicas.

## **5.2 Site Educação e Memórias Afro TEC na EPT**

A partir dos resultados desta pesquisa sobre atos de intolerância religiosa, dentro do IFAP, cometidos em desfavor dos praticantes de religiões de matrizes africanas, observou-se a necessidade da criação de um canal virtual de comunicação que pudesse, ao mesmo tempo, ser um divulgador de informações sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, como também um ambiente

propício às trocas de experiências que fomentassem o diálogo inter religioso nas escolas.

E, por apresentar características mais dinâmicas e, principalmente, pela possibilidade de atualizações periódicas, o canal escolhido foi a criação de um site educativo que será um auxiliador na prática pedagógica dos docentes que atuam na Educação Profissional e Tecnológica que o visitar.

Os sites são endereços de Internet, com páginas estáticas ou dinâmicas, contendo os mais variados tipos de informação e podem ser acessados por qualquer pessoa conectada na Internet. Há indicadores que ajudam a identificar a qualidade de um site e, em particular, de um site educativo. Um site educativo tem que ter subjacente os princípios básicos estruturais, de navegação, de orientação, de design e de comunicação de qualquer site, mas, para além disso, um site educativo tem que motivar os utilizadores a quererem aprender, a quererem consultar e a quererem explorar a informação disponível. Para isso, o site deve integrar atividades variadas (Cabral; Leite, 2008, p. 11).

Com um formato interativo e intuitivo, o site, possibilitará as trocas de experiências entre os educadores com espaço para exposição de materiais didáticos, artigos, propostas de ensino, planos de aula, etc. incentivando mais docentes a inserirem em seus componentes curriculares o estudo sobre as religiões de matrizes africanas, com mais segurança, diminuindo os atos de discriminação religiosa no ambiente escolar.

Os sites têm informação organizada para os diferentes tipos de audiência. Reconhece-se que públicos específicos têm exigências e necessidades diferenciadas. Os sites educativos passam a integrar informação específica para os diferentes agentes educativos: professores, alunos e encarregados de educação (Carvalho, 2006, p. 4).

Portanto, a criação do site se constitui como uma excelente ferramenta de exploração pelos estudantes e também pelos docentes, da educação profissional e tecnológica, de buscarem informações confiáveis relativas às expressões culturais e religiosas dos povos afro-brasileiros e africanos, isso devido, principalmente, os sites serem instrumentos digitais que permitem atualizações periódicas em seu conteúdo que poderão ser visualizadas, instantaneamente, por seus visitantes, a qualquer hora que desejarem em seus celulares, tablets ou computadores.

Hoje em dia a tecnologia é parte da vida dos jovens. Eles falam o idioma digital porque nascem inseridos em uma sociedade que consome tecnologias

da informação. Possuem acesso à internet por meio de tablets, notebooks, telefones celulares, vídeo games, music players e outras ferramentas da era digital. O mundo da informação está disponível por todos os lados. Mesmo os que ainda não possuem esses instrumentos, estão imersos nessa cultura digital e midiática (Goulart; Maia, 2015, p. 4).

Assim, o site educativo proposto nesta pesquisa, como seu produto educacional, intitulado *Educação e Memórias Afro TEC*, visa disseminar informações sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira e suas religiões, descrevendo suas crenças, suas liturgias e seus rituais, oferecendo recursos educacionais que auxiliarão os docentes em suas práticas pedagógicas e os estudantes, dos cursos técnicos, no seu processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, o Site possui o propósito de oferecer aos seus visitantes recursos multimídias como: depoimentos, vídeos educativos, jogos interativos sobre as religiões afro-brasileiras, que promoverão a compreensão e o respeito sobre a temática, como também ser um canal de denúncia e orientação às vítimas de intolerância religiosa no ambiente escolar.

### **5.3 Estrutura do Site**

O site Educação e Memórias Afro TEC foi desenvolvido e hospedado na plataforma Hostinger e sua elaboração foi feita com a ajuda de IA (Inteligência Artificial) o que tornou a sua criação mais fácil por oferecer um guia intuitivo o que dispensou a necessidade de terceiros (especialista em TI) para a sua execução. Além disso, a plataforma oferece preços acessíveis com planos específicos que se adequam às necessidades de cada usuário.

O site poderá ser acessado pelo endereço eletrônico: <https://educacaoafrotec.com.br>, domínio que foi comprado e disponibilizado pela plataforma, que possuía maior relação com a nossa proposta de site voltados para a EPT com o intuito de ampliar os conhecimentos sobre as religiões de matrizes africanas nessa modalidade de ensino.

Oferecendo páginas voltadas, principalmente, ao público da educação profissional e tecnológica, o site apresenta em cada uma de suas seções informações com teores educacionais nas quais foi possível também a criação de subseções com o intuito de especificar e aprofundar os estudos sobre as temáticas.

O site sofrerá atualizações e ampliações mensais em seu conteúdo, tornando-se um canal colaborativo na qual os seus visitantes terão acesso a informações e recursos didáticos adicionados regularmente.

Apresentaremos no tópico seguinte as funcionalidades de cada página do site com o intuito de demonstrar os seus conteúdos relevantes, os recursos disponíveis e as suas disposições de acesso e de navegação pelos seus visitantes.

#### 5.4 Apresentação do Site Educação e Memórias Afro TEC

Inicialmente, apresentamos a *logo* do site (Figura 1), feita por inteligência artificial, que retrata a imagem de Iemanjá, que na umbanda representa “a mãe das águas”, em tons azuis, branco e preto, que é a orixá mais conhecida e cultuada pela população brasileira, sendo de fácil reconhecimento pelos usuários que, serão levados intuitivamente, a perceber qual a temática principal do site.

Figura 1- Logomarca do site



Fonte: site educação e memórias afro-TEC

Na sua página principal, os visitantes visualizarão o seu layout com o seu nome centralizado à frente do pano de fundo que é a logomarca do site (Figura 2). Acima encontra-se, o seu cabeçalho com oito abas, quais sejam: Início, Apresentação, Quem somos, Profept com a subseção IFAP; Educação e Memórias com as subseções, Sugestões Metodológicas e Projetos Colaborativos; Legislações, canal de denúncia e contato.

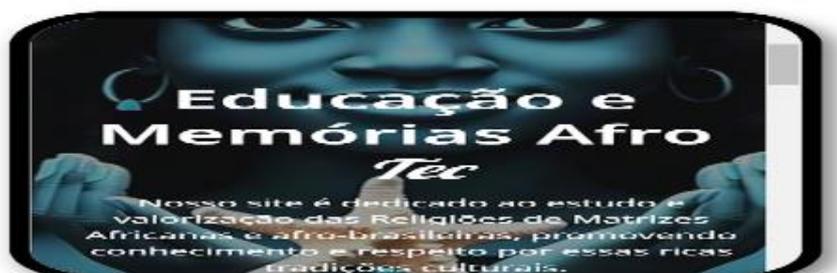
Figura 2- Página inicial do site



Fonte: site educação e memórias afro-TEC

Na aba “Início”, é trazido uma mensagem informativa do teor do conteúdo o qual o site é destinado (Figura 3). Ainda na aba início, a sua próxima seção tratará sobre alguns conceitos e informações do que sejam as religiões de matrizes africanas (Figura 4), e como elas devem estar inseridas no contexto escolar conforme a legislação vigente.

Figura 3 - Aba início



Fonte: site educação e memórias afro-TEC

Figura 4 - Aba início

**Você sabe o que são Religiões de Matrizes Africanas?**

As religiões de matriz africana são um conjunto de manifestações religiosas que se desenvolveram no Brasil a partir da influência dos povos africanos escravizados. Essas religiões são baseadas na crença, organização e culto aos **Orixás**, e são caracterizadas por uma grande diversidade.

No Brasil, desde a promulgação da Lei 10.639/03 que alterou a LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o ensino sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira é obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino, tanto públicos como privados, da educação básica.

Esta Lei se reveste de grande importância, pois através dela as escolas são obrigadas a trabalhar todos os aspectos da cultura

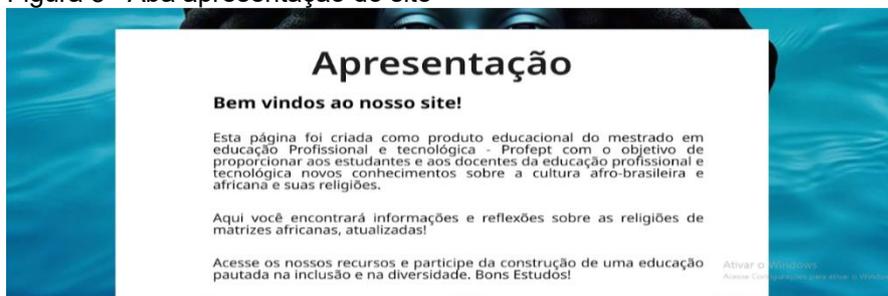


Fonte: site educação e memórias afro-TEC

Na aba “Apresentação”, (Figura 5), encontram-se as boas-vindas ao site cujo objetivo é proporcionar aos seus visitantes novos conhecimentos sobre a cultura afro-brasileira e africana e suas religiões. Trata-se de um convite à sua visita através de uma navegação fácil e confiável que proporcionará aos usuários uma

experiência única na construção de uma educação antirracista pautada na inclusão e na diversidade.

Figura 5 - Aba apresentação do site



Fonte: site educação e memórias afro-TEC

Na aba “Quem somos?” (Figura 6), os visitantes terão a oportunidade de conhecer melhor a pesquisadora e o seu orientador, com link de acesso aos respectivos currículos Lattes, na qual poderão ser observados e pesquisados a história de suas formações acadêmicas e profissionais, suas publicações e trabalhos relevantes dentro de suas áreas de atuação.

Figura 6 - Aba Quem somos?



Fonte: site educação e memórias afro-TEC

Na aba “Profpept” (Figura 7), houve a divulgação do Programa de Pós-graduação stricto sensu em educação profissional e tecnológica na qual a pesquisa faz parte e esse site é seu produto educacional. Na página poderão ser observadas informações superficiais e introdutórias, mas que poderão ser aprofundadas pelos visitantes ao clicarem no link na logomarca indicado em tela e serão direcionados para o site oficial do Programa.

Figura 7 - Aba ProfEPT



Fonte: site educação e memórias afro-TEC

Na aba “IFAP” (Figura 8), que é uma subseção da aba ProfEPT, há informações relevantes sobre a instituição como sua missão, visão e valores que são características imprescindíveis na formação dos educandos que pertencem às redes federais de educação que possuem um ensino voltado à formação integral de seus estudantes preocupada e direcionada ao mundo do trabalho e suas especificidades, com link disponível que dá acesso ao site oficial do IFAP.

Figura 8 - Aba IFAP



Fonte: site educação e memórias afro-TEC

A aba “Educação e Memórias” (Figura 9), foi um espaço destinado às contribuições pedagógicas dos docentes que poderão dar seus depoimentos na seção “Experiências docentes” de trabalhos desenvolvidos em quaisquer dos câmpus do IFAP, através dos NEABIS +, que serão fonte de inspiração para os demais professores que acessarem esta página do site.

São memórias compartilhadas de cursos, projetos pedagógicos e pesquisas voltadas à educação afro-brasileira que visam o fortalecimento e a valorização da identidade e da diversidade cultural e religiosa dentro do IFAP, além de ser um canal que privilegiará as trocas de experiências, sendo um instrumento de fundamental importância para o desenvolvimento de uma aprendizagem mútua entre os docentes que atuam na EPT.

Figura 9 - Aba educação e memórias



Fonte: site educação e memórias afro-TEC

Na segunda seção desta página, houve a divulgação de alguns projetos pedagógicos que os NEABI + do IFAP apresentaram em seus respectivos campus em alusão ao mês da consciência negra.

Na Figura 10, estão os projetos “Africanidade com ciência” desenvolvido pelo NEABI+ do campus Santana que na sua programação apresentou atividades como salas temáticas, danças tradicionais, rodas de conversa, dentre outras; o projeto “Dia da consciência negra” desenvolvido pelo NEABI+ do campus Porto Grande que teve como objetivo principal sensibilizar a comunidade escolar sobre o respeito e a diversidade étnico racial das populações negras e o projeto “Letramento Racial” que foi desenvolvido pelo NEABI+ do campus Laranjal do Jari que contou com diversas atividades entre palestras, oficinas, mesas-redondas, minicursos e manifestações artístico-culturais.

Figura 10 - Projetos pedagógicos NEABIS +



Fonte: site educação e memórias afro-TEC

Na aba “Sugestões metodológicas” (Figura 11), que é uma subseção da aba educação e memórias, o site oferece uma página de jogos educativos na qual os visitantes poderão aprender mais sobre a cultura e a religiosidade afro-brasileira de forma interativa e divertida.

Figura 11 - Aba Sugestões metodológicas

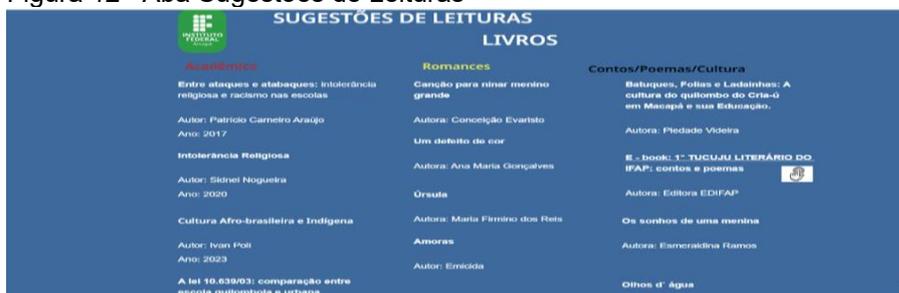


Fonte: site educação e memórias afro-TEC

Ainda na aba sugestões metodológicas, o site põe à disposição uma seleção de leituras (Figuras 12 e 13), que auxiliaram no referencial teórico desta pesquisa, para os visitantes poderem aprofundar os seus conhecimentos sobre as religiões de matrizes africanas a partir de materiais relevantes oriundos de fontes confiáveis.

Através deste material disponível no site, os estudantes, com a sua leitura, poderão ser incentivados a questionar suas próprias vivências nos terreiros e das escolas e seus próprios preconceitos, estimulando-os a analisar essas informações de forma crítica construindo e expondo os seus próprios argumentos.

Figura 12 - Aba Sugestões de Leituras



Fonte: site educação e memórias afro-TEC

Figura 13 - Aba Artigos Científicos



Fonte: site educação e memórias afro-TEC

Na seção “Vídeos” (Figura 14), os visitantes podem conhecer mais sobre a história e a cultura afro-amapaense com sugestões de documentários que retratam as vivências dos povos originários como também dos africanos que foram os

responsáveis pela formação da sociedade amapaense. Além disso, esta seção apresenta vídeos que enaltecem a história da umbanda e de seus orixás para os seus visitantes conhecerem mais sobre a origem, a devoção e os rituais das religiões afro-brasileiras com espaço também para vídeos que discutem sobre a intolerância religiosa e seus desdobramentos sociais.

Figura 14 - Aba Vídeos



Fonte: site educação e memórias afro-TEC

Na aba “Artes Afro-indígenas” (Figuras 15), foram selecionadas e expostas obras de arte (fotografias, músicas, pinturas) de notáveis artistas como Tarsila do Amaral, Ana Maria Gonçalves, Clara Nunes, etc. que convidam os seus visitantes a se conectarem com suas raízes culturais afro-indígenas, apreciando a beleza e a força históricas desses povos e refletindo sobre a importância da sua preservação para as gerações presente e futuras.

Figura 15 - Aba Artes Afro-indígenas



Fonte: site educação e memórias afro-TEC

Além do conteúdo informativo, o site também tem um excelente potencial para ser um canal que vai além da simples transmissão de conhecimentos, sendo uma ferramenta capaz de promover o diálogo e o pensamento reflexivo e questionador dos seus visitantes, o que pode ser visualizado, principalmente, na aba Projetos Colaborativos exposta a seguir.

A aba “Projetos colaborativos” (Figura 16), foi um espaço destinado a incentivar os estudantes a compartilhar conteúdos sobre o tema como pesquisas feitas por eles e outros materiais como vídeos, oficinas de danças, músicas, visitas a terreiros, eventos e artigos que possam apresentar diferentes perspectivas sobre a cultura afro-brasileira sendo um canal para a troca de experiências e vivências com o intuito de desmistificar preconceitos e estereótipos em relação às religiões de matrizes africanas possibilitando novos olhares e novas percepções.

Figura 16 - Aba Projetos colaborativos



Fonte: site educação e memórias afro-TEC

Nesse espaço os estudantes poderão expor materiais que expressem seus pontos de vista, fazer questionamentos pertinentes, propor novos debates, dar seus testemunhos pessoais, desenvolvendo o seu pensamento crítico e coletivo, fomentando questões como o respeito e a empatia aos seus participantes.

Na aba “Legislações” (Figura 17), o site reúne alguns dos marcos legais da legislação federal, especificamente, que fundamentam a inclusão nos currículos escolares da obrigatoriedade do ensino da História e cultura afro-brasileira e africana, inclusive sua religiosidade, para a promoção de uma educação que valorize as contribuições da população negra para formação da nossa sociedade.

Figura 17 - Aba Legislações



Fonte: site educação e memórias afro-TEC

Na aba “Canal de denúncia” (Figura 18), os visitantes poderão oferecer denúncias ao Ministério dos Direitos Humanos e cidadania pelo número disque 100, através do link disponível no site, sendo uma forma de contribuir para a diminuição dos casos de intolerância religiosa em nosso país, pois a cada registro o Ministério toma ciência dos fatos estatisticamente e pode criar políticas públicas de combate às discriminações religiosas através da informação e da conscientização da sociedade. Vale ressaltar que a intolerância religiosa é crime desde a promulgação da lei 14.523/23, que também está com o link disponível na mesma aba no site.

Figura 18 - Aba Canal de denúncia



Fonte: site educação e memórias afro-TEC

A aba “Contato” (Figura 19), foi o espaço destinado pelo site para ser um canal de comunicação e interação com o seu usuário, na qual, estes poderão enviar mensagens para saber mais sobre as religiões de matrizes africanas nas escolas, propor sugestões, ou até mesmo, mandarem mensagens de incentivo para o crescimento e divulgação do site.

Figura 19 - Aba Contato



Fonte: site educação e memórias afro-TEC

Nesse contexto, o site Educação e Memórias Afro TEC se traduz de extrema relevância para o estudo das religiões africanas e afro-brasileiras como um excelente canal de proliferação de conhecimentos e discussões sobre a temática,

contribuindo para uma educação escolar e social pautada na inclusão e na diversidade.

## 5.5 Avaliação e Aplicação do Produto Educacional

Visando a garantia de que o site atendesse às necessidades educacionais de sua criação, fizemos a sua aplicação para a verificação de sua eficácia e identificação de possíveis melhorias em sua estrutura e, posteriormente, realizamos uma pesquisa de satisfação através de questionários online construídos na plataforma Google Forms e enviado aos avaliadores via WhatsApp.

O Google Forms é uma ferramenta que permite criar e compartilhar formulários e pesquisas de forma gratuita e online. Dessa forma, foram criados dois formulários na plataforma Google Forms, um destinado ao público em geral e outro específico aos docentes, para que estes pudessem avaliar o site com a possibilidade de expressar suas opiniões e propor sugestões, contribuindo para a sua melhoria contínua e melhor satisfação dos seus usuários.

Ambos formulários continham uma breve apresentação inicial na qual os participantes puderam conhecer mais informações sobre alguns aspectos que envolveram o desenvolvimento da pesquisa e os objetivos da criação do site, convidando-lhes a participar de sua construção, como avaliadores.

Figura 20 - Apresentação do Google Forms

Perguntas Respostas 5 Configurações

**Avaliação de site** <http://educacaoafrotec.com.br/>

Convidamos você a participar da avaliação do Site *Educação e Memórias Afro Tec*, elaborado pela pesquisadora Marlene Barreto Rolla como Produto Educacional de sua pesquisa de Mestrado desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - *Profept* no Instituto Federal do Amapá - IFAP.

O site tem como objetivo principal proporcionar informações e materiais didáticos sobre a cultura africana e afro-brasileira e sua religiosidade, visando promover o respeito à diversidade e o combate à intolerância religiosa dentro do IFAP.

Sua participação é fundamental para que possamos avaliar se o conteúdo do site está condizente aos objetivos de sua criação e assim fazer as atualizações necessárias, construindo juntos um material ainda mais rico e completo.

É importante ressaltar que esta pesquisa já foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Obrigada por sua contribuição!!

Ativar  
Acesse C

Fonte: Formulário Google Forms

Os critérios de avaliação do site consideraram: a clareza, objetividade e relevância em seu conteúdo para o público alvo; sua organização; a atualidade de suas informações; se a navegação era fácil e intuitiva; se sentiram falta de algum

item no site; o que eles proporião como mudanças e se eles indicariam o site para outros usuários. Aos docentes, especificamente, foi perguntado se o material disponível no site é acessível e relevante e se poderia auxiliá-los em suas práticas pedagógicas.

Frisa-se que as perguntas do questionário e demais informações encontram-se no (Apêndice 5) deste trabalho e todos os avaliadores do site tiveram suas identidades preservadas para que estes tivessem mais liberdade e autonomia na pesquisa, garantindo a confidencialidade de suas opiniões e sugestões evitando quaisquer tipos de influências externas, constrangimentos ou retaliações.

O Site ficou disponível para avaliação entre os dias 02/12 a 17/12/2024 totalizando 77 avaliações, sendo 69 do público em geral e 08 de avaliadores docentes atuantes na Educação Profissional e Tecnológica, os quais nos deram a dimensão do impacto causado pelo produto educacional desta pesquisa, contribuindo significativamente para os seus resultados.

Da análise das avaliações recebidas, infere-se que o site teve uma aceitação positiva, conforme mostrado nas figuras abaixo:

O site tem clareza na temática sobre religiões afro-brasileiras?  
69 respostas

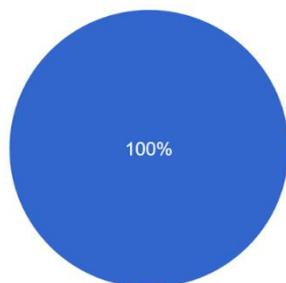


O site está atualizado em suas informações?  
69 respostas



A navegação no site é fácil e intuitiva?

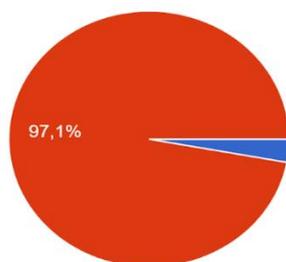
69 respostas



● Sim  
● Não

Você sentiu falta de alguma informação no site?

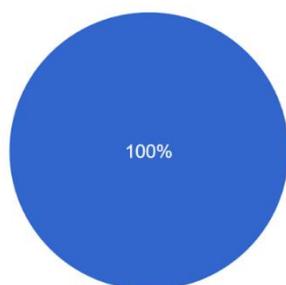
69 respostas



● Sim  
● Não

Você indicaria o site para outros usuários?

69 respostas

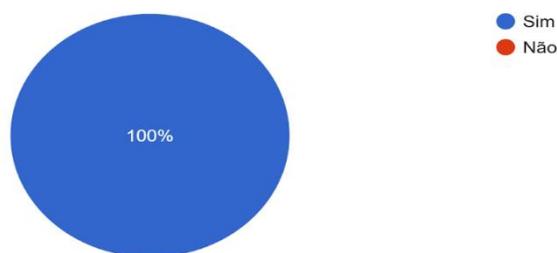


● Sim  
● Não

Os dois gráficos seguintes foram específicos para os docentes que de forma unânime avaliaram que o site possui material acessível e relevante que os auxiliará no desenvolvimento e aprimoramento de suas práticas pedagógicas.

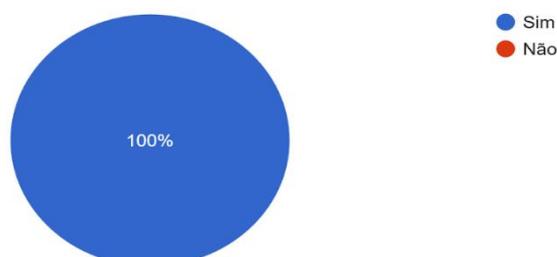
O material Didático disponível é acessível e relevante?

8 respostas



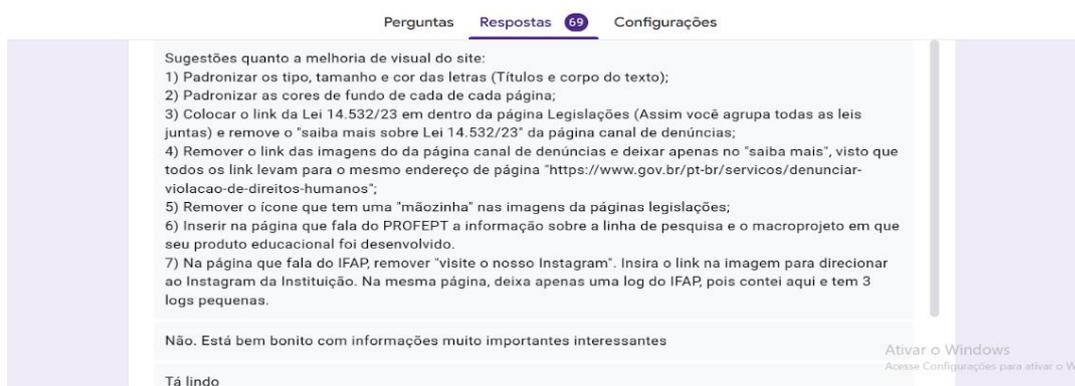
O material Didático disponível pode auxiliá-lo na sua prática pedagógica?

8 respostas



Os visitantes também tiveram a oportunidade de participar e contribuir ativamente com o site oferecendo sugestões durante a sua avaliação, conforme a tela a seguir

Figura 21 - Sugestões dos visitantes



Fonte: Formulário Google Forms

Todo o retorno recebido pelos avaliadores com suas sugestões, questionamentos e elogios foram relevantes para o refinamento do site, pois através dessas contribuições pudemos identificar as suas lacunas, compreender melhor os anseios de seu público e, gradativamente, ir fazendo as alterações propostas.

Além disso, através desta avaliação, pudemos perceber a importância da temática sobre a história e cultura afro-brasileira e africana e sua religiosidade para

a comunidade em geral que se mostrou satisfeita com a proposta trazida pelo site de uma educação antirracista e pautada na valorização da história do povo afro-brasileiro para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária que respeite a diversidade que há nela.

Portanto, pelos resultados expostos, observa-se que o presente site alcançou os seus objetivos inicialmente traçados de disseminar informações sobre a história e a cultura afro-brasileira e africanas contribuindo para o desenvolvimento de uma educação profissional e tecnológica de promoção ao respeito e à diversidade, visando a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e solidário para todos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observa-se que a história do povo africano e afro-brasileiro se confunde com a própria formação cultural e religiosa da nossa sociedade. No entanto, infelizmente, desde a sua chegada ao Brasil, como cativos, sob condições de lastimável pesar, passaram por um processo de usurpação cultural culminando na perda de suas tradições e de seus costumes, mas que, ainda assim, se mantiveram na bravura e puderam resistir a tudo aquilo que lhes foram negados.

A *resistência*, que conforme extraído do dicionário apresenta como significado a “*propriedade de um corpo que reage contra outro corpo*”, daí se percebendo a boa colocação da palavra nesse contexto, foi o meio encontrado pelo povo negro para não sucumbir diante de todas as mazelas vividas e poder disseminar a sua cultura pelos cantos mais longínquos desse Brasil, como povo aguerrido que sempre foi, e vem por séculos cultivando as suas tradições, ainda que sob alguns olhares estranhados e preconceituosos, ou por vezes, desinteressados de determinadas pessoas que ignoram as suas contribuições.

Portanto, é nosso desejo, com o presente trabalho, que buscou respostas para identificar quais as concepções que os estudantes e os docentes do IFAP, campus Macapá e Santana possuíam sobre a temática das religiões afro-brasileiras e as possíveis experiências relacionadas a atos de intolerância religiosa no ambiente escolar, contribuir para o fortalecimento de uma educação antirracista de valorização da cultura africana e afro-brasileira.

Para isso foram traçados objetivos que foram integralmente alcançados pela pesquisa, pois, através da análise dos dados, foi possível fazer a identificação de elementos da cultura afro-brasileira entre os seus participantes e suas concepções sobre as religiões de matrizes africanas. Além disso, verificou-se a presença de estereótipos e de atos de intolerância religiosa praticados contra os estudantes adeptos a essas religiões, mostrando a necessidade de implementação de mais ações afirmativas dentro do IFAP para a promoção de uma educação voltada à diversidade e o respeito às diferenças.

Essas ações afirmativas, revelados pelos resultados desta pesquisa como forte anseio de seus participantes, para a garantia de maior equidade e inclusão dentro da instituição incluem não somente o incentivo, mas também a oferta e a realização de atividades e cursos de formação continuada aos seus docentes e

corpo técnico, promovendo as trocas de experiências e o diálogo inter religioso dentro da instituição.

As vozes que fizeram parte desta pesquisa precisam ser ouvidas e, mais do que isso, precisam ser respondidas. São jovens estudantes e futuros profissionais que estarão inseridos no mundo do trabalho e que possuem em suas vivências os traços de uma sociedade que não aceita as diferenças e que possuem um anseio profundo de demonstrar o seu pertencimento religioso, pois, como visto, são sujeitos atuantes em seus terreiros e sentem orgulho de suas trajetórias e as de suas famílias, mas que, infelizmente, são impedidos de transcender a sua ancestralidade no ambiente escolar.

Acreditamos que a criação do nosso site educacional como resultado de nossa pesquisa, seja uma valiosa contribuição para o IFAP no sentido de promover a disseminação de informações sobre a história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de educação profissional e tecnológica, pois nossa plataforma possibilita a troca de experiências e saberes entre docentes e estudantes proporcionando um ensino mais dinâmico, democrático e significativo para todos.

A promulgação da Lei 10.639/03, foi um verdadeiro divisor de águas em nossa legislação pátria na qual a população afro-brasileira viu a possibilidade de suas histórias e a de seus antepassados serem reescritas sob novas perspectivas, sem os estigmas e estereótipos que sempre colocaram a figura do negro como um ser subalternizado e escravizado em nossa literatura. No entanto, já se passaram mais de 21 anos de sua criação e a realidade dos currículos escolares permanecem quase que inalteradas.

Compreendemos que as alterações legislativas, através da implementação de ações afirmativas, como o exemplo da lei 10.639/03, que tentam conceber uma verdadeira reparação histórica aos povos originários e afrodescendentes, tão marginalizados e discriminados em seus costumes e tradições, e das leis que criminalizam os atos de intolerância religiosa e de racismo em nosso país, são medidas importantes que se revestem de essencialidade no combate ao preconceito que diariamente essa população é exposta, principalmente, pelo estabelecimento de penalidades mais severas àqueles que cometem esse tipo de crime, tendo a sociedade como sua principal vigilante para não haver impunidades, evitando a perpetuação das desigualdades e das injustiças em nosso país.

Se o que desejamos é viver em uma sociedade que respeite a diversidade que há nela e ainda hoje nos deparamos com obstáculos, isso significa que os avanços foram tímidos e continuam a passos lentos. O Estado que deveria ser laico ainda faz questão da presença e da permanência, em suas instituições, das religiões hegemônicas cristãs, não oferecendo o mesmo espaço às demais denominações religiosas, principalmente, as de matrizes africanas que, historicamente, foram demonizadas pelo cristianismo, ou seja, a impressão que temos é que a sociedade, e tudo o que forma a sua estrutura, não evoluiu na mesma velocidade que a sua legislação, pois a não compreensão e o desrespeito à diversidade religiosa continuam os mesmos.

Deste modo, estamos diante de uma luta que é coletiva, e nesse contexto, compreendemos o papel fundamental exercido pelas escolas de desconstrução de preconceitos e de construção de uma educação voltada à diversidade e ao respeito às diferenças e, cientes de sua missão transformadora, acreditamos que ela seja o espaço em que essas mudanças que tanto desejamos comecem a florescer e dar frutos que façam a diferença e o caminho que nos levará a uma sociedade futura mais justa e igualitária para todo.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 98p.
- AMAPÁ. **Diretrizes Curriculares Amapaenses do Ensino Médio**. Disponível em: [https://nte.seed.ap.gov.br/aprendizagememcasa/uploads/arquivos/Curriculo\\_%20Focal\\_AmapaenseV4.pdf](https://nte.seed.ap.gov.br/aprendizagememcasa/uploads/arquivos/Curriculo_%20Focal_AmapaenseV4.pdf). Acesso em: 20 jul. 2024.
- ARAÚJO, Patrício Carneiro. **Entre Ataques E Atabaques**: intolerância religiosa e racismo nas escolas. São Paulo: Arché, 2017. 300p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 95p.
- BARRETO, Margarida; HELOANI, Roberto. Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. **Serviço Social & Sociedade**, n. 123, p. 548, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.036>. Acesso em: 15 out. 2024.
- BEZERRA, Moisés de Jesus Prazeres dos Santos; VIDEIRA, Piedade Lino; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. O ensino religioso e a escola José Bonifácio: um estudo de caso da prática pedagógica desenvolvida no quilombo do cria-ú no Amapá. **Projeto História**. v. 67, p. 206, abr., 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2020v67p177-217>. Acesso em: 1 set. 2024.
- BRANCHER, Vantoir Roberto; CANTERLE, Lisiane Darlene; MACHADO, Fernanda Camargo. **Metodologias da pesquisa em educação profissional e tecnológica: dilemas e provocações contemporâneas**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019. 198p.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 ago. 2023.
- BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/10/DCN-sEducacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- BRASIL. Lei n. 10.639 de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 10 set. 2024.
- BRASIL. Lei n. 14.532, de 11 de janeiro de 2023. **Tipificar como crime de racismo a injúria racial, prevê pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público**.

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm). Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 1 mai. 2023.

BRAUN, Virgínia; CLARKE, Victoria. Pesquisa qualitativa em Psicologia. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 4-18, 2006. Disponível em: <https://10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 1 dez. 2023.

BUENO, Sonia Maria Villela *et al.* O diálogo no processo ensino-aprendizagem. **Temas em educação e saúde**, v. 5, p. 114, mar., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.26673/tes.v5i0.9507>. Acesso em: 10 out. 2024.

CABRAL, Giovanna Rodrigues; LEITE, Lígia Silva. O uso de sites educativos na prática docente. **E – TIC**, p. 11, nov., 2008. Disponível em: <https://etic2008.files.wordpress.com/2008/11/ucpgiovanna.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.

CAMPELO, Marilu Márcia; MONTEIRO, Alef. Mediunidade e iniciação: notas sobre a iniciação de crianças na umbanda. **SciELO Brasil**, v. 9, n. 1, p. 14, ago., 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-25912017000100008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912017000100008). Acesso em: 1 set. 2024.

CAPUTO, Stela Guedes. Ogan, adósu, òjè, ègbónmi e ekedi: O candomblé também está na escola. Mas como? *In*: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p.149-181.

CARVALHO, Ana Amélia Amorim. Indicadores de Qualidade de Sites Educativos. **Cadernos SACAUSEF**, v. 1, n. 2, p. 4, 2006. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5922/1/Indicadores%20de%20Qualidade%20de%20Sites%20-SACAUSEF%20-AAC.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.

CONTI, Phiama Souza Guerra de. **A práxis da tolerância como necessidade existencial nos processos educativos e na formação de educadores: contribuições de Paulo Freire**. 2022. 196f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, PR, 2022.

COSSETIN, Vânia Lisa Fischer. Suportar ou reconhecer: a dupla face do conceito de tolerância e o papel mediador da escola. **SciELO Brasil**, v. 28, p. 3, dez., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0133>. Acesso em: 15 out. 2024.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre: Penso, 2014. 333p.

CUNHA et al. Marcia Borin da. Metodologias ativas: em busca de uma caracterização e definição. **Scielo Brasil**, v. 40, p. 4, set., 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469839442>. Acesso em: 21 set. 2024.

CUSTÓDIO, Elivaldo. Diversidade cultural e religiosa: o ensino religioso e as religiões de matrizes africanas na educação escolar. **Protestantismo em Revista**, v. 43, n. 1, p. 154-163, set., 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22351/nepp.v43i01.2924>. Acesso em: 1 jul. 2024.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. 128p.

DUBET, François. A escola e a exclusão. **Scielo Brasil**, n. 119, p. 34, jul., 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/JBTWwBmFCfZBxm9QKbxSN9C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 set. 2024.

FERREIRA JÚNIOR, Amarilio; BITTAR, Marisa. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. **Scielo Brasil**, v. 12, n. 26, p. 644, set. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832008000300014>. Acesso em: 15 mar. 2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 408p.

FOSTER, Eugénia da Luz Silva; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; BEZERRA, Moisés de Jesus Prazeres dos Santos. As práticas culturais e o currículo de Ensino Religioso da Escola Quilombola José Bonifácio em Macapá–AP. **Revista Brasileira de História da Religião**, n. 43, p. 178, ago., 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v15i43.62386>. Acesso em: 1 set. 2024.

FRANCO, Gilciana Paulo. As religiões de matriz africana no Brasil: luta, resistência e sobrevivência. **Sacrilegens**, v. 18, n. 1, p. 2-39, set., 2021. Disponível em: <http://periódicos.ufjf.br.2021>. Acesso em: 2 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 166p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: Paz e terra, 2018. 400p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 129p.

GAIA, Ronan da Silva Parreira; VITORIA, Alice da Silva; COMIN - Scorsolini, Fábio. Contribuições das religiões de matriz africanas para a etnopsicologia brasileira. **Revista Sociais e humanas**, v. 34, n. 1, p. 26, mai., 2019. Disponível em: <http://periódicos.ufsm.br/sociaisehumanas.2019>. Acesso em: 6 set. 2023.

GAMA, Jamilyly; VIDEIRA, Piedade; CUSTÓDIO, Elivaldo. A relevância da disciplina de ensino religioso para a desconstrução de práticas racistas e preconceituosas no ambiente escolar. **Estudos teológicos**, v. 1, n. 1, p. 108, abr., 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22351/et.v60i1.3926>. Acesso em: 1 jul. 2024.

GOMES, Juan Pablo Ferreira. O Paradoxo da (in) tolerância em Karl Popper e os limites - Fronteiras do discurso de ódio. **Revista brasileira de filosofia do direito**, v. 7, n. 2, dez., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-012X/2021.v7i2.8159>. Acesso em: 10 nov. 2024.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 67-89.

GOULART, Andrea Oliveira da Fraga; MAIA, Eline Decacche. Construção de um site como produto educacional: relações entre a pesquisa na sala de aula e a mídia digital. **Polyphonia**, v. 26, n. 1, p. 4, jun., 2015. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/download/37980/19089>. Acesso em: 21 set. 2024.

GUINDANI, Evandro; GUINDANI, Yáscara; SOARES, Laís. Religiões afro-brasileiras no contexto escolar: uma análise numa escola pública do Rio Grande do Sul. **Pró-discente**, v. 26, n. 2, p. 170, dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/prodiscente/article/view/31634>. Acesso em: 15 out. 2024.

IVENICKI, Ana. Multiculturalismo e formação de professores: dimensões, possibilidades e desafios na contemporaneidade. **Scielo Brasil**, v. 26, n. 100, p. 1154, set., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002601186>. Acesso em: 5 nov. 2024.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Candomblés: como abordar esta cultura na escola. **Espaço acadêmico**, n. 102, p. 98, nov., 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/7738/481>. Acesso em: 10 out. 2024.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2007. 222p.

MARINHO, Paula Márcia de Castro. Intolerância religiosa, racismo epistêmico e as marcas da opressão cultural, intelectual e social. **Scielo Brasil**, v. 37, n. 2, p. 505, ago., 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237020005>. Acesso em: 28 out. 2024.

MARQUES, Delcides. O peso do Ocidente: uma etimologia da tolerância. **Scielo Brasil**, v. 41, n. 1, abr., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872021v41n1cap08>. Acesso em: 5 jul. 2024.

MARTINS, Antônio. Sobre a origem da Religião. **Revista eletrônica – Faculdade Santos Dumont**, v. 12, n. 18, 2019. <https://www.fsd.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/artigo18.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

MOTA, Emília Guimarães. Diálogos sobre religiões de matrizes africanas: racismo religioso e história. **Revista Calundu**, v. 2, n.1, jun., 2018. Disponível em: <http://doi.org/revistacalundu.2018>. Acesso em: 3 set. 2023.

NETO, Edgar Rodrigues Barbosa; GOLDMAN, Marcio. A maldição da tolerância e a arte do respeito nos encontros de saberes - 2ª. Parte. **SciELO Brasil**, v. 65, n. 1, p. 13, mai., 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.192791>. Acesso em: 20 out. 2024.

NOGUEIRA, Sidney. **Intolerância Religiosa**. São Paulo: Pólen, 2020. 160p.

PEREIRA, Júnia Sales; MIRANDA, Sonia Regina. Laicização e Intolerância Religiosa: desafios para a História ensinada. **SciELO Brasil**, v. 42, n. 1, p. 106, mar., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623661108>. Acesso em: 16 out. 2024.

POPPER, Karl. **A sociedade aberta e os seus inimigos: O sortilégio de Platão**. Rio de Janeiro: Lisboa, 2012. 499p.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. 86p.

PRETTE, Zilda Aparecida Pereira Del *et al.* Tolerância e respeito às diferenças: efeitos de uma atividade educativa na escola. **Psicologia: teoria e prática**, v. 14, n. 1, p. 3, abr., 2012. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v14n1/v14n1a13.pdf>. Acesso em: 5 out. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: IFPR, 2014. 121p.

RODRIGUES, Polyana Marques Lima; LIMA, Willams dos Santos Rodrigues; VIANA, Maria Aparecida Pereira. A importância da formação continuada de professores da educação básica: a arte de ensinar e o fazer cotidiano. **Saberes docentes em ação**, v. 3, n. 1, p. 30-34, set., 2017. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/uploads/documentos/3-a-importancia-da-formacao-continuada-de-professores-da-educacao-basica-a-arte-de-ensinar-e-o-fazer-cotidiano-id.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

SANTOS, Wellia Pimentel. História, cultura e intolerância religiosa acerca das religiões de matrizes africanas. **REVEC revista de estudos e cultura**, v. 5, n. 13, p. 43, abr., 2019. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/revec.2019>. Acesso em: 3 set. 2023.

SERAFIM, Suzane Dubou. **Horta escolar: um recurso interdisciplinar para o processo de ensino e aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2020. 87f. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática) - Universidade Franciscana – UFN, Santa Maria, RS, 2020.

SILVA, Cintia Quina da; MARTINS, Edna. Sentidos e significados sobre religiões de matrizes africanas no contexto da escola. **REVEDUC revista eletrônica de educação**, v. 16, n. 1, p. 4, dez., 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14244/198271995514>. Acesso em: 7 set. 2023.

SILVA, Lindomar Coutinho da. **Emoções e sentimentos na escola**: uma certa dimensão do domínio afetivo. Bahia: UESC, 2002. 87p.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e umbanda**: caminhos da devoção brasileira. São Paulo: selo negro, 2005. 76p.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Intolerância religiosa**: Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: EDUSP, 2007. 323p.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Exu Do Brasil: tropos de uma identidade afro-brasileira nos trópicos. **Revista de Antropologia**, v. 55, n. 2, p. 1091, dez., 2012. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43923870>. Acesso em: 10 nov. 2023.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Pedagogia da Tolerância. **Protestantismo em revista**, v. 12, p. 6, jun., 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22351/nepp.v12i0.2089>. Acesso em: 20 out. 2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Escola em debate: Gestão, projeto político pedagógico e avaliação. **Retratos da Escola**, v. 5, n. 12, jun., 2013. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 30 ago. 2024.

VIEIRA, Albani Marisa Dudeque Pianovski; SOUZA JÚNIOR, de Antônio. A educação profissional no Brasil. **Revista RCAA**, n. 40. 2016. Disponível em: [revistas.rcaap.pt/interações/article](http://revistas.rcaap.pt/interações/article). Acesso em: 1 out. 2023.

VIEIRA, Silvana Lima *et al.* Diálogo e ensino-aprendizagem na formação técnica em saúde. **SciELO Brasil**, v. 18, p. 2, dez., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00253>. Acesso em: 1 set. 2024.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Batuques, folias e ladainhas**: a cultura do quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação. Fortaleza: UFC, 2013. 399p.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Difel, 2024. 207p.

SARACENI, Rubens. **Os arquétipos da Umbanda**: as hierarquias espirituais dos Orixás. São Paulo: Madras, 2023. 141p.

POLI, Ivan. **Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. 304p.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203, dez., 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SALLES, Walter; GENTILINI, Maria Augusta. Desafios do ensino religioso em um mundo secular. **SciELO Brasil**, v. 48, n. 169, p. 861, set., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145320>. Acesso em: 1 set. 2024.

ZACHARIAS, Ronaldo. Por uma tolerância “Virtuosamente” Ativa: Desafios à Ética Teológica. **TQ Quaestio**, n. 35, p. 4, jun., 2019. Disponível em: <https://tq.dehoniana.com>. Acesso em: 20 out. 2024.

**APÊNDICE 1 - ROTEIRO DA ENTREVISTA DOS ESTUDANTES**

01- Você é praticante de alguma religião? Qual?

02- O que você conhece sobre outras religiões que não a sua?

03- O que você entende por intolerância?

04- Para você o que é tolerância?

05- O que você entende por intolerância religiosa?

06- Você sabe o que são as religiões de matrizes africanas? Qual a sua percepção sobre elas?

07- Você estuda sobre religiões na sua escola?

08- Você já teve aula sobre religiões de matrizes africanas na sua escola?

09- Você conhece algum colega da escola praticante das religiões de matriz africana?

10- Você já presenciou, na sua escola, alguma manifestação de intolerância religiosa praticada contra algum colega que seja adepto às religiões de matrizes africanas?

11- Você acredita ser válido conversar sobre intolerância religiosa na escola?

## APÊNDICE 2 - ROTEIRO DA ENTREVISTA DOS DOCENTES

01- Você é praticante de alguma religião? Qual?

02- O que você entende por tolerância?

03- Para você o que é intolerância?

04- O que você entende por intolerância religiosa?

05- Você sabe o que são as religiões de matrizes africanas? Qual a sua percepção sobre elas?

06- Você conhece algum colega da escola praticante das religiões de matriz africana?

07- Você já presenciou, na sua escola, alguma manifestação de intolerância religiosa praticada contra algum colega ou aluno que seja adepto às religiões de matrizes africanas?

08- Na sua prática pedagógica você costuma trabalhar a questão da diversidade nos aspectos de gênero, raça, religião?

09- Você acredita ser válido conversar sobre intolerância religiosa na escola? Por quê?

## APÊNDICE 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



### Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Convidamos você a participar da pesquisa intitulada “ENTRE OS SABERES E OS DIZERES AFRICANOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: um estudo sobre as Religiões de Matrizes Africanas e a intolerância religiosa no IFAP, campus Macapá e Santana”, que está sendo desenvolvida pela pesquisadora responsável Marlene Barreto Rolla, aluna do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (Profept) IFAP - Campus Santana e o orientador, Professor Dr. David Figueiredo de Almeida, e tem como objetivo analisar as concepções que educandos e educadores possuem em relação às religiões de matrizes africanas e os possíveis atos de intolerância religiosa vivenciados por seus adeptos no ambiente escolar.

Informamos que a presente pesquisa o pode trazer alguns desconfortos emocionais durante a entrevista ou lhe deixar inseguro a respeito do seu anonimato, mas caso você não se sinta confortável, poderá não responder.

Esclarecemos que sua participação é voluntária e se dá por meio de entrevista semiestruturada que será gravada. Caso você aceite participar, sua identidade será resguardada e só serão divulgadas informações relacionadas a pseudônimos ou nomes fictícios. Em caso de desistência de participação na pesquisa, você tem direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer dano.

Comunicamos que o projeto foi submetido ao Conselho de ética em Pesquisa-CEP, que é um órgão interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no seu desenvolvimento dentro de padrões éticos e obteve parecer favorável do colegiado da Universidade Estadual do Amapá- UEAP para a realização desta pesquisa sob o número 6.771.627.

Caso surjam dúvidas ou queira comentar algum aspecto relacionado a pesquisa, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, por meio de e-

mail: marlene.rolla2@gmail.com ou através do telefone (96) 98435-7259; com o orientador da pesquisa, por meio do e-mail: david.almeida@ifap.edu.br ou através do telefone (96) 98149-2233.

Macapá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

---

Participante da Pesquisa

---

Pesquisadora Responsável

## APÊNDICE 4 - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



### TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos você a participar da pesquisa intitulada “ENTRE OS SABERES E OS DIZERES AFRICANOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: um estudo sobre as Religiões de Matrizes Africanas e a intolerância religiosa no IFAP, campus Macapá e Santana”, que está sendo desenvolvida pela pesquisadora responsável Marlene Barreto Rolla, aluna do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (Profept) IFAP - Campus Santana e o orientador, Professor Dr. David Figueiredo de Almeida, e tem como objetivo analisar as concepções que educandos e educadores possuem em relação às religiões de matrizes africanas e os possíveis atos de intolerância religiosa vivenciados por seus adeptos no ambiente escolar.

Esta pesquisa é muito importante para o fortalecimento do diálogo sobre as religiões de matrizes africanas no ambiente escolar contribuindo para a diminuição do preconceito e discriminação promovendo, a conscientização, o respeito e a valorização da diversidade cultural e religiosa no ambiente escolar.

Esclarecemos que sua participação é voluntária e se dá por meio de entrevista semiestruturada que será gravada. Caso você aceite participar, sua identidade será mantida em sigilo, na qual utilizaremos de nome fictício nas informações a serem divulgadas.

Informamos que a presente pesquisa o pode trazer alguns desconfortos emocionais durante a entrevista ou lhe deixar inseguro a respeito do seu anonimato, mas caso você não se sinta confortável poderá não responder.

Para você participar desta pesquisa, o seu responsável assinou uma autorização (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE), sendo informado, assim como você, dos elementos da pesquisa.

O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

Este termo de assentimento foi elaborado em duas vias de igual conteúdo, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será devolvida a você.

A pesquisadora cuidará da sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo às resoluções brasileiras (Resoluções Nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_, munido de meu documento de Identidade Nº \_\_\_\_\_ (se já tiver documento), recebi as informações dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão que me autoriza a participar desta pesquisa se assim desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi o termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Macapá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ 2024

\_\_\_\_\_  
Participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora Responsável

## APÊNDICE 5 - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Google Forms é uma ferramenta do Google que permite criar e compartilhar formulários e pesquisas de forma gratuita e online.

Para a nossa pesquisa foi criado o site *Educação e Memórias Afro-TEC* como seu produto educacional o qual, por seus objetivos e relevância, demandaria que fosse avaliado pelo público, após a sua publicação, para que seus visitantes pudessem identificar falhas de navegação, de conteúdo, exageros e outros aspectos observados que pudessem ser passíveis de alterações.

Foram criados dois formulários na plataforma Google Forms, um destinado ao público em geral e outro específico aos docentes para que estes pudessem avaliar o site com a possibilidade de expressar suas opiniões e propor sugestões valiosas, contribuindo para a sua melhoria contínua e melhor satisfação dos seus usuários.

No formulário destinado ao público em geral e aos docentes foram feitas as seguintes perguntas e nessa ordem:

O site tem clareza na temática sobre religiões afro-brasileiras?

The image shows a screenshot of a Google Forms questionnaire. At the top, there are three tabs: 'Perguntas' (Questions), 'Respostas' (Responses) with a count of 5, and 'Configurações' (Settings). The first question is 'O site tem clareza na temática sobre religiões afro-brasileiras?' with two radio button options: 'Sim' (Yes) and 'Não' (No). The second question is 'O site está atualizado em suas informações?' with two radio button options: 'Sim' (Yes) and 'Não' (No). In the bottom right corner, there is a small text prompt: 'Ativar o Wi-Fi' and 'Acesse Configurações'.

## O site está atualizado em suas informações?

Perguntas Respostas **5** Configurações

O site tem clareza na temática sobre religiões afro-brasileiras?

Sim

Não

...

O site está atualizado em suas informações?

Sim

Não

Ativar o Wi  
Acesse Configu

## A navegação no site é fácil e intuitiva?

Perguntas Respostas **5** Configurações

O site tem clareza na temática sobre religiões afro-brasileiras?

Sim

Não

...

O site está atualizado em suas informações?

Sim

Não

Ativar o Wi  
Acesse Configu

## Você sentiu falta de alguma informação no site?

Perguntas Respostas **5** Configurações

O site tem clareza na temática sobre religiões afro-brasileiras?

Sim

Não

...

O site está atualizado em suas informações?

Sim

Não

Ativar o Wi  
Acesse Configu

## Proporia alguma mudança? Se sim, quais?

O site pode ajudar no combate à intolerância religiosa em relação às religiões de matrizes africanas?

Perguntas Respostas 5 Configurações

O site tem clareza na temática sobre religiões afro-brasileiras?

Sim

Não

⋮

O site está atualizado em suas informações?

Sim

Não

Ativar o Wi  
Acesse Configu

Você indicaria o site para outros usuários?

Perguntas Respostas 5 Configurações

O site tem clareza na temática sobre religiões afro-brasileiras?

Sim

Não

⋮

O site está atualizado em suas informações?

Sim

Não

Ativar o Wi  
Acesse Configu

E acrescentado no formulário destinado aos docentes as seguintes indagações:

## O material didático disponível é acessível e relevante?

Perguntas Respostas 5 Configurações

O site tem clareza na temática sobre religiões afro-brasileiras?

Sim

Não

...

O site está atualizado em suas informações?

Sim

Não

Ativar o Win  
Acesse Configur

## O material didático disponível pode auxiliá-lo na sua prática pedagógica?

Perguntas Respostas 5 Configurações

O site tem clareza na temática sobre religiões afro-brasileiras?

Sim

Não

...

O site está atualizado em suas informações?

Sim

Não

Ativar o Win  
Acesse Configur

## APÊNDICE 6 - ENTREVISTA DO PROFESSOR P1

### **Entrevista nº1 com o Professor do IFAP, campus Santana, sobre as religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa no Instituto**

Data: 06/06/2024

Entrevistadora: Marlene Rolla

Entrevistado: P1, IFAP, Santana

Perguntado se ele era praticante de alguma religião e ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Sou católico, porém não assíduo”.

Perguntado sobre o que ele entendia por Tolerância, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Tolerar vai muito além do que só permitir, entender e aceitar. É saber o ponto de vista da outra pessoa e compreender. Por exemplo, as pessoas que na época da Pandemia eram anti-vacinas, nós devemos entender essas pessoas, mas quando essas atitudes interferem negativamente na vida da coletividade aí fica bem complicado, pois o seu ponto de vista não é o ponto de vista universal. Precisamos estar abertos para o diálogo, que às vezes é difícil, mas vamos então possibilitar o debate. Entendo tolerar nesse sentido: que o próximo tem um ponto de vista e este pode ser discutido, mas não necessariamente será acatado”.

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Intolerância é se fechar numa bolha, no seu mundinho, onde nada pode te afetar, nada te ultrapassa. É não perceber que existem outras possibilidades. Que o mundo vai muito além da sua sombra, da sua sala de aula, pois enquanto educadores nós temos que perceber isso. Por ex., você pode não gostar de falar sobre religiões de matrizes africanas ou de falar sobre a história da África e dos povos originários, por mais que a Lei 10.639/03 nos obrigue a fazer isso, mas o professor precisa entender que isso é necessário, que discutir sobre isso é necessário”.

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância Religiosa, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Intolerância religiosa são todos os atentados contra o apagamento, pois quando você não discute a questão das religiões de matrizes africanas dentro de um ambiente educacional já é uma intolerância religiosa. Quando você usa o termo chuta que é macumba! Também é intolerância. Quando se fala: isso é coisa de Exu! Como algo ruim, são coisas que só evidenciam a falta de conhecimento. Quando atribuem aqueles que são praticantes de religião de matriz africana vão

para o inferno! São coisas que não fazem o menor sentido, pois nem existe a concepção de inferno nessas religiões. São agressões que ganham destaque também os ataques contra os templos e as violências físicas contra seus praticantes. Mas acho que existe uma violência muito pior que é a violência do apagamento, do silenciamento quando você não permite que o outro faça o seu discurso. Hoje, temos uma bancada evangélica que não deveria existir num país laico, mas não temos lá uma bancada umbandista, etc. e quando não é permitida essa existência também estamos diante de uma intolerância religiosa”.

Perguntado se ele sabia o que eram as religiões de matrizes africanas e qual a percepção que ele tinha sobre elas, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “são religiões não ligadas ao cristianismo que são heranças dos povos vindos de diversos lugares da África. Tenho uma aluna que é pertencente a essa religião aqui em Santana, inclusive ela vai herdar o terreiro, que já está sendo iniciada para isso. São religiões com ideais belíssimos, mas que são pouco conhecidas pela maioria que acaba desconhecendo-as.

Perguntado se ele conhecia no IFAP praticantes de religiões de matrizes africanas, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Conheço algumas alunas e um professor”

Perguntado se ele já havia presenciado algum ato de intolerância religiosa no IFAP, campus Santana, contra praticantes de religiões de matrizes africanas, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “não sei dizer se foi intolerância ou falta de conhecimento, mas num certo dia estávamos iniciando uma apresentação em sala de aula, quando a minha aluna que é umbandista, foi surpreendida por sua colega que pegou no seu colar de guia e pediu para que ela colocasse para fora da roupa para que os outros vissem que aquele “colar” era bonito. Confesso que fiquei gelado! Porque conheço a minha aluna, que inclusive é filha de Exu e, portanto, é brava. Sinceramente, não sei se foi intolerância ou falta de conhecimento mesmo, mas a situação foi bastante constrangedora para a aluna que é praticante de religiões de matrizes africanas, acredito que o caso beira a intolerância do não querer conhecer, sabe? Fingir a não existência. Tipo: é só um colar e nós sabemos que a guia vai muito além do que isso!”.

Perguntado se na sua prática pedagógica ele costuma trabalhar a questão da diversidade nos aspectos de gênero, raça, religião, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “A todo momento em minhas aulas trabalho com parâmetros da diversidade, eu dou aula com um leque vermelho gigantesco e a qualquer momento eu posso “bater o leque” para chamar a atenção de meus alunos! Sempre inicio o ano letivo com 4 vídeos para serem analisados pelos alunos que expressam diversas culturas e eu os indago perguntando qual para eles é a melhor? Já instigando eles a pensar que não existe a melhor cultura e sim que temos diversas culturas diferentes. Outro vídeo, que levei para eles sobre o trabalho das Drags, em São Paulo, e assim trabalhar a questão de gênero, sexo, sexualidade, sempre refletindo sobre a problemática e os privilégios que os héteros possuem em nossa sociedade. Também costumo trabalhar a questão semiótica da cultura e da filosofia da linguagem não-semiótica vinculada com a cultura, por ex., levei uma imagem de lemanjá Preta e através dela fiz uma análise semiótica com eles para que eles percebessem a cultura negra, a religião por esta ótica de lemanjá que não tem como ser uma mulher branca, esguia como europeia e sim com características africanas já que é cultuada como orixá africana e negra. Os meus alunos do 2º e 3º anos já estão acostumados com esses estudos sobre a diversidade, os do 1º ano estou iniciando agora. Ano passado, trabalhei também um mural de palavras racistas que não percebemos que falamos diariamente como “cabelo duro”, “criado mudo”, etc. e o mais legal é que uma aluna me perguntou porque a palavra esclarecer era um termo racista? E eu disse que, se necessariamente, você precisa de uma ideia clara quer dizer que as ideias escuras não são válidas. Então, é importante colocar essas questões de diversidade para que eles se mexam, se indaguem. Mesmo que não alcance a todos, pois nunca teremos uma unanimidade, mas sempre alertando para que eles tenham empatia e se coloquem no lugar do outro. Infelizmente, a academia, o ENEM, a grade curricular, a BNCC, nos força a ensinar uma filosofia europeia, mas sempre que eu tiver a possibilidade de ensinar quaisquer outras, eu vou ensinar”.

Perguntado se ele acredita ser válido conversar sobre intolerância religiosa na escola, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Sem sombra de dúvida é muito importante falar sobre as religiões de matrizes africanas nas escolas e a discussão com os discentes é extremamente necessária, mas acredito que mais necessária ainda, e a parte mais difícil e trabalhosa, são os professores e o corpo técnico. Não pela não capacidade, mas querendo ou não os jovens são mais abertos a se relacionar com outras coisas,

outros temas. Eles vêm de uma outra geração bem diferente da nossa e esses assuntos estão cada vez mais próximos deles e que eles percebem e ouvem mais. Óbvio que, às vezes surgem alguns comentários desnecessários, mas a partir desses comentários é que nós revisitamos o assunto e voltamos na discussão. Por isso, para o corpo técnico e docentes precisamos de um outro olhar, não somente de palestras como tantas, não só a informação, mas sim uma formação real para eles possa entender realmente essa questão de intolerância, diversidade e respeito. Os professores, muita das vezes, se fecham em seus componentes e se algo de intolerante ocorre em sala de aula, a maioria encaminha a demanda para o pedagógico resolver e a ideia não é essa, o certo é que através do apoio pedagógico nós possamos repensar as nossas práticas”.

## APÊNDICE 7 - ENTREVISTA DO PROFESSOR P2

### **Entrevista 2 com o Professor do IFAP, campus Santana, sobre as religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa no Instituto**

Data: 19/06/2024

Entrevistadora: Marlene Rolla

Entrevistada: P2, IFAP, Santana

Perguntado se ele era praticante de alguma religião? Qual?

**Entrevistado:** olha, eu já fui. Já frequentei diversas religiões, já fui católico, de formação, fui seminarista por algum tempo, mas também já frequentei outras religiões, a minha vontade por ex. Eu nunca frequentei foram religiões de matrizes africanas e tenho muita vontade de ir ao terreiro, por ex., e ver como é, entender como é, ou então a uma sessão espírita. Ninguém nunca me convidou! Mas de formação mesmo eu sou católico, mas não sou praticante.

Perguntado o que você entende por Tolerância?

**Entrevistado:** tolerância. Tolerar, tem um texto de um autor indiano chamado Homi K. Bhabha, que tem um livro chamado Local da Cultura, e ele trabalha uma situação que ele casa muito com a tolerância, que é alteridade. O que é alteridade? É como se você reconhecesse o outro, sem julgar o outro, tolerância ou tolerar é como se você. Para mim, tolerância é você reconhecer o outro, você reconhecer a religião do outro. Fulano tem uma religião diferente da minha, a minha religião não é melhor do que a dele e a dele não é melhor do que a minha. A gente se entende. Tolerar é se entender, é você compreender o próximo, o outro, não julgar o outro, então ele trabalha com esse termo de alteridade, o não julgar. Eu sou 1 o outro é outro, então por que irei julgar? Eu sou o centro das atenções? Não, não sou o centro das atenções, então, para mim, tolerar é mesmo o termo da alteridade.

Perguntado o que para ele era intolerância?

**Entrevistado:** é não reconhecer o próximo, é não reconhecer o outro como outro, é eu julgar o outro através das minhas verdades, é ver o outro como alguém que não é igual a mim, ou seja, é eu olhar alguém e julgar esse alguém, é o diferente da alteridade, é o julgamento, então intolerar é não se tornar austero em relação ao outro, então a intolerância é uma situação da própria ignorância humana. Quando você é intolerante em determinadas situações, você está sendo uma pessoa que não reconhece que existem situações diferentes da sua e somente a sua, o que

you live is the right one. Or rather, the world is diverse, there will always be someone different from you and that who is different from you is worse than you? Just because you practice a certain religion everyone is obliged to do what you do? When you do not recognize the other, you do not want the other, then you are intolerant.

Asked what he understood by religious intolerance?

**Entrevistado:** Religious intolerance is something that happens every day, every hour, as people use religion as if it were the "right one", ah, my religion is better, I will be saved! I will reach nirvana, etc. What is the function of religion? The function of religion is love! Then, if you seek a religion and the core of religion is love and to love your neighbor, then you will be tolerant in relation to others. Then all religions have as their main core love, then, if you are intolerant, then you are against everything that the religion preaches.

Asked what he knew about African matrix religions?

**Entrevistado:** yes. They are religions that have had as a base or use as a determined base cults coming from Africa, as part or as the mother of these religions, such as umbanda, candomblé, which are religious variations coming from Africa, then from these religions you will have syncretisms of your own African religion that mix with other religions such as Catholicism, Kardecist spiritism, or rather, concepts are concepts, if you take the African matrix religions, they do not have the concepts of heaven and hell, for example, in African matrix religions there is no hell these are Christian concepts. The devil is a Christian invention, from Catholicism, then, certain concepts, people do not understand this and practice intolerance in a pejorative way saying that "fulano is macumbeiro", "fulano practices black magic"! And he does not know what he is saying, or rather, just because the other is different, instead of worshipping the saints, he worships the orixás, for example, do not want to say that he is doing something bad, do not want to say anything bad, just that it is different. The God of him is European and mine is African, mine is Indian, Chinese, Japanese. But just because it is different is bad? Is it bad? Then, African matrix religions are those that use a concept where you have this syncretism between Africa and Brazil, for example.

Asked if he knew any colleague, student who was of African Matrix Religions?

**Entrevistado:** Professor I do not know, I know a student. Interesting is that she does not expose herself in relation to this. And she is a practitioner, her mother is also, she is in

terreiro e tudo, mas assim, ela não externaliza isso para o IFAP, por exemplo, creio que ela tem um certo receio dessa intolerância. Na escola tem muitos alunos de origem cristã, principalmente evangélicos, ela deve ter um certo receio de expor isso. Poucas pessoas sabem que é praticante de religiões de matrizes africanas, mas professor eu conheço em outros campus que são adeptos, mas aqui no campus Santana eu não conheço nenhum, somente a aluna mesmo.

Perguntado se já havia presenciado algum ato de intolerância contra adeptos de religiões de Matrizes Africanas?

**Entrevistado:** Não, nunca presenciei. Mas se não me engano, já houve um caso em Porto Grande. Houve um caso sério, quem estava à frente era o prof. Alexandre do Neabi, Porto Grande, ele presenciou uma situação lá não só de intolerância religiosa, mas de racismo também. Injúria racial em relação a uma aluna lá, aqui em Santana ainda não tivemos casos dessa gravidade.

Perguntado se na sua prática pedagógica costumava trabalhar a questão da diversidade nos aspectos de gênero, raça, religião, ele respondeu que:

**Entrevistado:** Sim, sim. Eu trabalho, porque na realidade eu trabalho sobre a escravidão, história e cultura afro-brasileiro e indígena com as leis 10639/03 e Lei 11645/08 então eu falo sobre a religiosidade africana, falo sobre diversidade, e principalmente, quando eu entro no primeiro ano eu falo sobre diversidade sexual, por ex., na Grécia antiga, falo sobre a situação dos negros, porque o aluno tem um pensamento muito equivocado, por ex., quando você vai falar sobre sexualidade na Grécia antiga, o aluno tem aquela ideia de que tomo mundo era gay e não! Era cultural o homem da sociedade grega, romana, na antiguidade. Os homens se relacionavam com outros homens era cultural. Eu falo para eles: se fossemos daquela época, obviamente, nós também iríamos aquela cultura como normal, assim como nós vivemos em uma sociedade onde você tem como parâmetro os valores cristãos, e aí você acaba tendo outro pensamento, acha isso estranho, diferente. Para a nossa cultura, o aluno acha diferente, mas se ele fosse da outra cultura seria que ele acharia diferente ou normalizado? Então, nós temos que colocar isso para o aluno porque ele traz muita coisa de seu senso comum: ah, os espartanos eram todos gays! E não. O termo gay não é o mais correto para se utilizar nesse sentido. Então, eu falo sobre diversidade, sobre religiões, quando falo sobre escravidão indígena, escravidão negra no Brasil, na Amazônia, aí falo diversas formas,

principalmente sobre a religiosidade, do surgimento do candomblé, da umbanda, das diversas matrizes que compõem a religiosidade afro-brasileira.

Perguntado se ele acreditava ser válido conversar sobre intolerância religiosa na escola e ele respondeu que:

**Entrevistado:** é válido! Mas, assim, é um tema que é bastante provocativo, porque tem muitos pais, na verdade, a intolerância nem sempre é dos alunos, na maior parte vem dos pais. Então, por ex., nós vamos conversar sobre intolerância religiosa, vamos conversar sobre religiões de matrizes africanas, tem pai que não aceita! Tem responsável que às vezes não aceita isso, acha que nós estamos doutrinando os alunos. Às vezes, até uma conversa sobre política na antiguidade pode gerar problemas. É válido, sim, mas precisa ter muito cuidado com a forma que nós vamos agir com esse aluno, por que, às vezes, o aluno leva para o pai e o pai distorce. E hoje em dia, principalmente, com essa polarização ideológica que nós temos em volta, então é muito complicado. Tem que ir em passos lentos. Não dá para chegar com carrão de sena e dizer: vamos falar hoje sobre intolerância religiosa, vamos fazer um trabalho tal! Tem que ir aos poucos, porque você que existem muitas pessoas intolerantes neste mundo, principalmente, pai de aluno, então é uma coisa que precisa ter muito cuidado.

## APÊNDICE 8 - ENTREVISTA DO PROFESSOR P3

### **Entrevista nº3 com a Professora do IFAP, campus Macapá, sobre as religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa no Instituto**

Data: 03/09/2024

Entrevistadora: Marlene Rolla

Entrevistada: P3, IFAP, Macapá

*Perguntado se ela era praticante de alguma religião e ela respondeu que:*

**Entrevistada:** “Eu não tenho uma religião específica, mas estou conhecendo e me aprofundando nas religiões de matrizes africanas, eu venho frequentando o Candomblé de nação Ketu e nessas idas ao candomblé de nação ketu eu descobri os orixás que são protetores da minha cabeça, do meu Ori, que é Oxalá, que é meu orixá de cabeça e Oxum. Mas eu venho de família como uma tradição espírita kardecista, cheguei a ir para o catolicismo, fiz comunhão, mas de um tempo para cá estou nas religiões de matrizes africanas mesmo”.

*Perguntado sobre o que ela entendia por Tolerância, ela respondeu que:*

**Entrevistada:** “Tolerância, eu entendo ser um sentimento construído socialmente que possibilita com que a gente conviva com a diversidade, então, o ato de tolerar, que é uma ação, um verbo, implica você respeitar, você perceber que a sua opinião, o seu modo de pensar, o seu modo de exercer uma religiosidade, que o seu modo de ver o mundo não é o único e aí você precisa agir diante de uma diversidade respeitando essa diversidade, então, eu compreendo tolerância dessa forma”.

*Perguntado sobre o que ela entendia por Intolerância, ela respondeu que:*

**Entrevistada:** “Intolerância é, além de ser uma palavra antônima à tolerância, o seu contrário, ou seja, o ser intolerante, é aquela pessoa que é intransigente, que não aceita o divergente, não aceita a diversidade, não aceita ser contrariada, não aceita o contraponto, é aquela pessoa que não tolera, de forma alguma, algo que lhe contrarie então é aquela pessoa que não aceita a diversidade, em todas as suas dimensões sociais, seja a diversidade de crença, diversidade de orientação sexual, diversidade de política, diversidade de compreensão de mundo, diversidade cultural, então , é aquela pessoa que não tolera, que não aceita, que é intransigente e aí a intolerância de uma ação de não aceitar, a depender da sociedade, ela vai alcançando níveis mais radicais dessa intolerância ao ponto dela ser expressada a partir de um ódio, o ódio ao outro”.

*Perguntada sobre o que ela entendia por Intolerância Religiosa, ela respondeu que:*

**Entrevistada:** “A intolerância religiosa é, especificamente, o ser, a crença, um grupo de pessoas que não toleram a diversidade religiosa, que não respeita e que não compreende a importância das outras matrizes religiosas daquela pessoa, é aquela crença, aquele credo que não aceita que o seu credo é um dos credos que existe nas culturas, na humanidade, então, a intolerância religiosa é o ato de uma determinada religião ou adeptos de uma religião não aceitarem a liberdade religiosa, não aceitarem que um grupo religioso, um outro credo, uma outra compreensão religiosa possa existir e aí ele vai negar, é um ato de negação, ou seja, só existem as minhas crenças e a do outro não existe e aí partindo de uma concepção cristã dessa intolerância, que tem uma visão muito maniqueísta, ele é uma religiosidade maniqueísta, onde se projeta sempre polos distintos: o bem e o mal, Deus e diabo, salvador e pecador, ao compreender a intolerância partindo da concepção cristã, projeta na religiosidade do outro as suas próprias concepções, então vai demonizar a religião do outro, vai dizer que aquela religião é coisa do diabo; por isso, é perigosa e não deve existir”.

*Perguntado se ela sabia o que eram as religiões de matrizes africanas e qual a percepção que ela tinha sobre elas, ela respondeu que:*

**Entrevistada:** “Eu conheço algumas matrizes, algumas nações religiosas africanas pelo fato de, como professora de história, ao ministrar durante muito tempo o componente curricular: A história africana e afro-brasileira, então eu fui procurar compreender, então eu sei, determinar que aqui na região amazônica foi feita uma cartografia, em Belém especificamente, mas a gente pode alargar a escala para região amazônica, então, em Belém que foi a cidade em que nasci e que trabalhei por muito tempo, foi feita uma pesquisa chamada de cartografia afro religiosa, e essa cartografia afro religiosa detectou que seis nações de matrizes africanas que são realizadas, comungadas em Belém que são: a nação ketu, nação, jeje savalu, nação Mina, nação Candomblé Angola, umbanda e pajelança que já é um cruzamento muito forte de elementos da religiosidade africana com os elementos da religiosa indígena aqui na Amazônia”.

*Perguntado se ela conhecia no IFAP praticantes de religiões de matrizes africanas, ela respondeu que:*

**Entrevistada:** “Eu tenho colegas que são de religião africana, eu mesma frequento também, já tive alunos, já trabalhei com uma aluna, inclusive com projeto de ensino,

então o que falta muitas vezes, é a gente criar um ambiente na escola que possibilite que eles alunos possam expressar livremente a sua religiosidade. Nós vamos encontrar. Se nós fizermos uma pesquisa nós vamos encontrá-los. O caso é que muitos não se sentem à vontade pela intolerância religiosa, que é uma marca muito forte da nossa sociedade, principalmente às religiões de matrizes africanas, muitos não se sentem à vontade de expressar livremente a sua devoção”

*Perguntado se ela já havia presenciado algum ato de intolerância religiosa no IFAP contra praticantes de religiões de matrizes africanas, ela respondeu que:*

**Entrevistada:** “Em relação a presenciar, eu nunca presenciei, porque eu acho que a gente não abre muito espaço na instituição para essas matrizes religiosas, então, eu nunca presenciei. Mas, eu já presenciei, há uma cultura bem forte que ainda não vi no IFAP, mas vi em minhas experiências anteriores há uma cultura muito forte de qualquer evento, como numa escola estadual no Pará em Ananindeua, que todo evento que a escola realizava se rezava um Pai nosso! e aí eu comecei a questionar a reza de uma religião específica, né? Então, essa própria condução de rituais católicos, como receber a Santa, eu sei que a Nossa Senhora de Nazaré é um traço cultural aqui da nossa região, eu mesma não sendo católica me emociono, mas as instituições abrem espaço para Santa entrar e são instituições laicas, o Brasil é um estado laico, então a gente não ver tanto porque tá muito escondido, mas a partir do momento que a gente começar a abrir mais espaço para essas culturas a gente vai ver de fato esse preconceito aparecer”.

*Perguntado se na sua prática pedagógica ela costuma trabalhar a questão da diversidade nos aspectos de gênero, raça, religião, ela respondeu que:*

**Entrevistada:** “Na minha prática pedagógica eu tento trabalhar, falo do racismo religioso, eu coordenei um projeto de ensino com essa aluna que é do candomblé também, em Laranjal do Jari, que foi muito bacana que foi o Projeto *Plantas que curam e educam*, como que o conhecimento de Pais de santo e parteiras com as plantas medicinais poderiam trabalhar num processo de educação ambiental, mas vejo que as minhas iniciativas estão aquém do que eu poderia trabalhar de fato, e são iniciativas individuais e não institucional. Então, eu acredito que falta realmente uma ação institucional que além de receber a Santa receba também essas outras matrizes religiosas, eu acho que falta bastante disso”.

Perguntado se ela acredita ser válido conversar sobre intolerância religiosa na escola, ela respondeu que:

**Entrevistada:** “É válido conversar sobre qualquer tipo de intolerância na escola. A escola é esse espaço onde a primeira vez, o primeiro lugar que a criança vai se deparar com a diversidade é na escola, até então enquanto ela está na sua casa, com seus pais, os seus pares, ela vai ter aquele mundo dela, a criação dela, a religiosidade que a família comunga, mas a partir do momento que ela vai para escola ela vai se deparar com uma diversidade enorme de formas de pensar, de religião, de posicionamentos, de cor, então a escola tem que trabalhar a intolerância e não só nessas áreas mais comuns, das ciências humanas, mas em todas as áreas, senso uma diretriz da instituição de ensino trabalhar a intolerância com todas as áreas, porque a escola não é uma bolha da sociedade, a nossa sociedade brasileira é uma das mais intolerantes do mundo, o racismo aqui ele é endêmico ao nosso pensamento, é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo, é quinto que mais mata mulheres, então nós estamos numa sociedade muito intolerante e a escola é fundamental como um espaço de formação não só científica, acadêmica, mas humana, social, crítica para gente trabalhar a intolerância religiosa na sala de aula e na escola de modo geral”.

## APÊNDICE 9 - ENTREVISTA DO PROFESSOR P4

### **Entrevista 4 com o Professor do IFAP, campus Macapá, sobre as religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa**

Data: 26/09/2024

Entrevistadora: Marlene Rolla

Entrevistada: P4, IFAP, Macapá

Perguntado se ele era praticante de alguma religião, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Sou ateu”.

Perguntado sobre o que ele entendia por Tolerância, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “tolerância eu entendo como sendo algo relacionado a empatia, respeitar o espaço da outra pessoa poder de manifestar livremente, suas ideias, suas concepções de mundo, então, eu entendo que tolerância é ter essa abertura, essa, digamos, maleabilidade social, para compreender as diferentes perspectivas de vida, de filosofia, que cada pessoa adota ao longo da vida”.

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância, ela respondeu que:

**Entrevistado:** “Intolerância é, a rigor, o oposto de tudo o que eu disse, só que a intolerância ela tem um aspecto danoso, que é justamente, o fato de poder inibir pessoas, e em alguns casos, descambar para a violência, então eu entendo a intolerância um sentimento de aversão que infelizmente algumas pessoas desenvolvem por essas perspectivas de vida diferentes, às vezes, a pessoa é católica e desenvolve por algum motivo aversão, por exemplo, às religiões de matrizes africanas e isso se manifesta numa série de preconceitos que vão para um lado bem ruim, então, eu entendo que isso seja intolerância”.

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância Religiosa, ela respondeu que:

**Entrevistado:** “Intolerância religiosa é justamente essa aversão muito associada também ao preconceito que as pessoas desenvolvem pelas diferentes religiões, nosso país é majoritariamente cristão, eu mesmo sendo ateu, fui criado numa família cristã, e a gente percebe nesse meio, preconceito principalmente em relação às religiões africanas, então, eu entendo como intolerância religiosa essa aversão e em até certos casos, uma tentativa de tentar suprimir esses tipos de manifestação”.

Perguntado se ela sabia o que eram as religiões de matrizes africanas e qual a percepção que ela tinha sobre elas, ela respondeu que:

**Entrevistado:** “Eu sei muito pouco. Eu além de ser ateu, eu sou totalmente desinteressado por religiões, então, eu conheço muito superficialmente, as nomenclaturas, a umbanda, o candomblé, eu sei que são coisas diferentes que têm relação até com a forma de como se toca o batuque. O batuque, inclusive, é algo que eu gosto muito (risos), mas sei que essas religiões se diferenciam entre outras coisas pela forma como é tocado e tudo mais. Mas, eu sei muito pouco ou quase nada, porque, eu sou totalmente desinteressado por qualquer religião que seja. Só sei de ouvir falar dos rituais, como são conduzidos, são bem diferentes do cristianismo, o terreiro, as pessoas usam umas roupas bem características para ir para esses rituais, então eu tenho um conhecimento bem superficial e até mesmo calcado somente me preconceções, eu nem nunca vivenciei esse tipo de experiência”.

Perguntado se ela conhecia no IFAP praticantes de religiões de matrizes africanas, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “não conheço! Já tive um aluno, mas não neste ano letivo. Já tive alunos em anos anteriores que praticavam a umbanda, neste ano, pelo menos que tenha se manifestado claramente, ainda não percebi”.

Perguntado se ela já havia presenciado algum ato de intolerância religiosa no IFAP, campus Santana, contra praticantes de religiões de matrizes africanas, ela respondeu que:

**Entrevistado:** “Não, felizmente, não presenciei!”.

Perguntado se na sua prática pedagógica ela costuma trabalhar a questão da diversidade nos aspectos de gênero, raça, religião, ela respondeu que:

**Entrevistado:** “Sim. Na verdade, especialmente, diversidade no aspecto de gênero, eu costumo envolver muito em minha prática educativa. Religião, eu confesso ser uma falha minha, por eu ser desinteressado é um tema que eu não levo para a sala, mas naturalmente, eu reconheço a necessidade de respeitar essa diversidade, então, eu não executo atividades específicas, projetos transdisciplinares como normalmente acontecem nas escolas relacionados a esses temas de diversidade, mas eu busco em minha prática incorporar essas diferentes perspectivas e respeitar”.

Perguntado se ela acredita ser válido conversar sobre intolerância religiosa na escola, ela respondeu que:

**Entrevistado:** “sim, acredito ser válido, porque o IFAP é uma instituição pública e me incomoda muito a forma como religiões cristãs estão presentes neste espaço público, por exemplo, recentemente, como se sabe vai acontecer o Círio e a Santa vai passando pelos órgãos públicos e ela vai entrando. Ocorre que eu e alguns outros colegas estávamos em uma reunião que teve de ser interrompida, na verdade, não pode nem começar porque chamados para ir lá receber a imagem, ou seja, fui “convidado”, no grupo de WhatsApp, a ir receber, com os demais alunos, professores e técnicos, a imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré que estava de passagem no IFAP. E eu me pergunto se a instituição teria a mesma boa vontade se uma religião de matriz africana quisesse realizar um ritual naquele mesmo lugar onde foi feita a celebração da missa para a santa? Será que as religiões africanas teriam a mesma abertura?”. Isso não deveria acontecer em um Estado laico! Então, eu acho que isso é extremamente importante de ser discutido aqui no IFAP, porque se esse espaço que não deveria ser aberto para este tipo de manifestação, vai abrir, então a abertura deveria ser para todas as manifestações religiosas que pudessem adentrar aqui também. Eu acho muito importante discutir a intolerância religiosa nesse aspecto porque, em geral, talvez, eu acho muito provável, que o fato de eu não ter conhecido até esse momento, neste ano, nenhum praticante de religião africana, deve estar associado com a inibição que esta pessoa sente para manifestar a sua crença, a sua religiosidade, de forma livre sem ser julgada, sem ser qualquer pressão de ordem social, então eu acho muito importante ser discutido porque essa presença de religiões de matriz cristã, a gente vive um momento muito preocupante em nosso país, que é justamente em algumas vertentes desses tipos de religião, uma tentativa de supressão com as religiões de matrizes africanas.

## APÊNDICE 10 - ENTREVISTA DO PROFESSOR P5

### **Entrevista 5 com o Professor do IFAP, campus Santana, sobre as religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa**

Data: 21/10/2024

Entrevistadora: Marlene Rolla

Entrevistada: P5, IFAP, Santana

Perguntado se ele era praticante de alguma religião, ele respondeu que:

**Entrevistado:** católico praticante

Perguntado sobre o que ele entendia por Tolerância, ele respondeu que:

**Entrevistado:** tolerância e aquilo que é aceito, que é admissível perante uma sociedade

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância, ela respondeu que:

**Entrevistado:** intolerância é o que não é admissível, o que não é aceito

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância Religiosa, ela respondeu que:

**Entrevistado:** intolerância religiosa acontece quando certos grupos não aceitam a religião das outras pessoas, não admitem que aquela religião exista, não aceitam os seus princípios

Perguntado se ela sabia o que eram as religiões de matrizes africanas e qual a percepção que ela tinha sobre elas, ela respondeu que:

**Entrevistado:** conheço poucas, mas conheço algumas. Conheço o candomblé e a umbanda de ouvir falar. Acredito que tenham outras, mas eu não tenho conhecimento.

Perguntado se ela conhecia no IFAP praticantes de religiões de matrizes africanas, ele respondeu que:

**Entrevistado:** Não conheço nem professor e nem alunos. Mas eu estava cedido pelo IF da Paraíba e lá eu tinha duas alunas que eram de religião de matriz africana, da umbanda. Em Santana, atualmente, eu não conheço. Como eu te falei, voltei há pouco tempo e ainda estou conhecendo os alunos.

Perguntado se ela já havia presenciado algum ato de intolerância religiosa no IFAP, campus Santana, contra praticantes de religiões de matrizes africanas, ela respondeu que:

**Entrevistado:** Nunca presenciei nenhum caso de intolerância religiosa nesses doze anos que estou no IFAP.

Perguntado se na sua prática pedagógica ela costuma trabalhar a questão da diversidade nos aspectos de gênero, raça, religião, ela respondeu que:

**Entrevistado:** Sei que é uma falha minha, mas não costumo trabalhar essas questões em sala de aula.

Perguntado se ela acredita ser válido conversar sobre intolerância religiosa na escola, ela respondeu que:

**Entrevistado:** é muito pertinente, pois do jeito que estamos vivendo nesse mundo onde os conflitos estão aí por conta das religiões, um e judeu, aí o outro não e, enfim. Então, o meu ato de pensar não precisa ser igual ao do outro, nós temos que, justamente, conversarmos e aprendermos um pouquinho mais, porque intolerância e essa questão e falta de conhecimento e de informação, principalmente, a intolerância religiosa. Você não pensa igual a mim. Ao invés de eu te bater ou ofender, criticar você, devo sentar e ver o que nós podemos agregar um no outro, o que a minha religião tem que a sua não tem. Então, é muito importante debater isso em sala de aula, pois a informação é o primeiro passo para a gente eliminar essa questão da intolerância, porque sabemos de pouca coisa. Eu acredito muito na questão do respeito. Eu não admito, em hipótese nenhuma, colega nenhum desrespeitar o outro, por exemplo, quando falam você é macumbeiro, o que a pessoa tá querendo dizer com isso, tá querendo ofender o colega, muitas vezes nem é ofensa, ou seja, até para ofender tem que ter conhecimento.

## APÊNDICE 11 - ENTREVISTA DO PROFESSOR P6

### **Entrevista 6 com a Professora do IFAP, campus Santana, sobre as religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa**

Data: 24/10/2024

Entrevistadora: Marlene Rolla

Entrevistada: P6, IFAP, Santana

Perguntada se ela era praticante de alguma religião e ela respondeu que:

**Entrevistada:** “Sou católica”.

Perguntado sobre o que ele entendia por Tolerância, ele respondeu que:

**Entrevistada:** “Tolerar é o mesmo que aceitar, receber, compreender, independente do que se trate. Se é tolerar a religião alheia, a opção sexual, a escolha de times. É aceitar que o outro tem a sua opinião, a sua seita, as suas escolhas”.

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância, ela respondeu que:

**Entrevistada:** “Intolerância seria o lado reverso da tolerância, é eu não aceitar, eu não querer e não respeitar também, independente do que se trate, se de religião, de raça, de gênero, é não querer aceitar e respeitar o espaço alheio”.

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância Religiosa, ela respondeu que:

**Entrevistada:** “Intolerância religiosa é não aceitar que o indivíduo possa fazer as suas escolhas de seus cultos, da sua espiritualidade, dos seus credos. É eu não aceitar e nem querer conhecer vivenciar em coletivo com pessoas”.

Perguntado se ela sabia o que eram as religiões de matrizes africanas e qual a percepção que ela tinha sobre elas, ela respondeu que:

**Entrevistada:** “Eu não sei quais são as religiões de matrizes africanas, nem quantas são, mas posso perceber com mais frequência, as mais conhecidas, aqui mais próximas de mim, como o Candomblé e (não sei se o nome é o correto) os centros de macumba. As percepções sobre elas é que cada religião tem seus ritos, seus cultos, pode ser diferente dentro dos meus costumes religiosos, no entanto, eu acho muito curioso compreender, entender o porquê de cada passo, cada movimento, cada escolha, cada cor, porque tudo tem um significado dentro das religiões. Então, a minha percepção sobre elas é que elas despertam curiosidades, mas pela falta de conhecimento da sociedade, elas são julgadas sem serem entendidas as essências dos símbolos que há nelas.

Perguntado se ela conhecia no IFAP praticantes de religiões de matrizes africanas, ele respondeu que:

**Entrevistada:** “não conheço.”

Perguntado se ela já havia presenciado algum ato de intolerância religiosa no IFAP, campus Santana, contra praticantes de religiões de matrizes africanas, ela respondeu que:

**Entrevistada:** “Não sei se é uma manifestação de intolerância, mas já presenciei entre os alunos, algumas piadinhas, algumas brincadeiras que são constrangedoras envolvendo as terminologias utilizadas nas religiões de matrizes africanas como despacho, macumba, tocar tambor, alguns termos pejorativos que envolvem essa nomenclatura das religiões de matrizes africanas”.

Perguntado se na sua prática pedagógica ela costuma trabalhar a questão da diversidade nos aspectos de gênero, raça, religião, ela respondeu que:

**Entrevistada:** “Sim, sempre que possível eu tento vincular os conteúdos, eu sou da área da administração, então, por exemplo, quando eu vou trabalhar as questões de RH (Recursos Humanos), dentro dos processos de recrutamento e seleção, pois sabemos que há intolerância religiosa no ato de contratação como também os negros, as mulheres, contratar pessoas da religião X ou Y, então, tudo isso eu tento trabalhar com eles para eles saberem como é a vivência hoje, o que pode no ato de selecionar e o que não pode, o que é preconceito, o que é racismo, tudo isso dentro do conteúdo de “Recrutamento e Seleção” ”.

Perguntado se ela acredita ser válido conversar sobre intolerância religiosa na escola, ela respondeu que:

**Entrevistada:** “sim, com certeza, pois na grande maioria das vezes a falta de conhecimento gera situações delicadas e difíceis por justamente não vivenciar, não compreender, então acredito ser importante esses momentos de conversa para abrir a mente, abrir os horizontes dos nossos jovens e adolescentes que estão no ambiente escolar e a escola tem esse papel de importância nos aspectos da cidadania, de costumes da sociedade”.

## APÊNDICE 12 - ENTREVISTA DO PROFESSOR P7

### **Entrevista 7 com o professor do IFAP, campus Macapá, sobre as religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa no Instituto**

Data: 28/10/2024

Entrevistadora: Marlene Rolla

Entrevistado: P7, IFAP, Macapá

Perguntado se ele era praticante de alguma religião e ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Sou católica”.

Perguntado sobre o que ele entendia por Tolerância, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Ser tolerante para mim é saber entender e respeitar as vivências e as escolhas dos outros. É você entender as individualidades das outras pessoas”

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “intolerância é você não respeitar o outro. É basicamente o contrário de ser tolerante. O não respeitar as demais pessoas que convivem com você na sociedade e a partir disso ter comportamentos que são indesejados e muitas vezes violentos por acreditar que só o que você pensa é o melhor ou o correto”.

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância Religiosa, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Ser intolerante religioso é a não aceitação da religião ou religiosidade do outro. É a pessoa crer que somente o seu Deus é o salvador, por exemplo. Que somente a sua crença é capaz de melhorar as outras pessoas. E, infelizmente, o que vemos é que as maiores atrocidades da humanidade tiveram como cunho as questões religiosas. E isso perdura até os dias de hoje, as guerras são feitas em nome da fé, da fé que eles acreditam ser melhor que as dos outros. tudo isso por conta de você acreditar que a sua religião e o seu povo é superior ao do outro”

Perguntado se ele sabia o que eram as religiões de matrizes africanas e qual a percepção que ele tinha sobre elas, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Não conheço as religiões africanas. Não sei como ocorrem seus rituais e liturgias. Mas as conheço. Sei que são frutos da cultura trazida pelos negros para o Brasil e foram muito importantes para a nossa formação cultural”.

Perguntado se ele conhecia no IFAP praticantes de religiões de matrizes africanas, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Não conheço, não!”

Perguntado se ele já havia presenciado algum ato de intolerância religiosa no IFAP, campus Macapá contra praticantes de religiões de matrizes africanas, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Eu nunca vi, de verdade.”

Perguntado se na sua prática pedagógica ele costuma trabalhar a questão da diversidade nos aspectos de gênero, raça, religião, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Sim. Até porque pela minha disciplina eu sempre tento trabalhar as questões geográficas contextualizando com as questões históricas e também com a atualidade para que os conteúdos façam sentido nas vidas dos alunos. Então, eu sempre busco relacionar os conteúdos com aspectos da diversidade para que compreendam que eles vivem em uma sociedade macro com uma enorme diversidade de pensamentos e de saberes e que os pensamentos deles não são únicos nem melhores que os demais”.

Perguntado se ele acredita ser válido conversar sobre intolerância religiosa na escola, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Sem dúvidas. Acredito que a educação é o primeiro passo para diminuirmos a quantidade de atos e fatos interessantes que temos na nossa sociedade. Para mim, dialogar é buscar a compreensão e o entendimento daquilo que não está na sua vivência, ao seu redor, é a melhor maneira de compreender a palavra tolerância, para mim, e erradicar, se isso fosse possível, a intolerância”.

## APÊNDICE 13 - ENTREVISTA DO PROFESSOR P8

### **Entrevista 8 com o professor do IFAP, campus Macapá, sobre as religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa no Instituto**

Data: 03/11/2024

Entrevistadora: Marlene Rolla

Entrevistado: P8, IFAP, Macapá

Perguntado se ele era praticante de alguma religião e ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Sou católica”.

Perguntado sobre o que ele entendia por Tolerância, ele respondeu que:

**Entrevistado:** Tolerância é um sentimento de aceitação pela vida dos outros, por suas escolhas religiosas, suas escolhas sociais, sua condição sexual, etc. E essa aceitação não quer dizer que o outro depende de meu aval para viver, não! Isso tudo é uma questão de respeito que todos devemos ter uns com os outros

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Ser intolerante é não aceitar que o outro tenha pensamentos, atitudes, saberes sociais, vivências que sejam, de repente, diferentes das coisas que eu vivo. Isso é ser intolerante”

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância Religiosa, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Os intolerantes religiosos não conseguem aceitar que o outro possa crer em outra coisa, em outro Deus e, ao invés de compreender pelo amor, que é a religião, eles preferem atacar severamente os outros com discursos de ódio disfarçados de fé”.

Perguntado se ele sabia o que eram as religiões de matrizes africanas e qual a percepção que ele tinha sobre elas, ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Eu conheço um pouco sobre a umbanda, porque o meu avô frequentava um terreiro que ficava próximo de minha casa. Me lembro que em seu aniversário, eu devia ter uns dez anos, eu fui com ele e com a minha tia nesse lugar. De início eu fiquei um pouco com medo (risos), mas depois vi outras crianças por lá brincando e dançando, então fui brincar também”.

Perguntado se ele conhecia no IFAP praticantes de religiões de matrizes africanas, ele respondeu que:

**Entrevistado:** Conheço sim. Acho que só de olhar o jeito e as indumentárias e os acessórios já percebemos os que são praticantes dessas religiões africanas, além

das postagens nas redes sociais em que eles costumam celebrar e agradecer os seus orixás, seus mentores

Perguntado se ele já havia presenciado algum ato de intolerância religiosa no IFAP, campus Macapá contra praticantes de religiões de matrizes africanas, ele respondeu que:

**Entrevistado:** Nunca presenciei nenhuma situação de intolerância religiosa em minhas aulas ou pelos corredores

Perguntado se na sua prática pedagógica ele costuma trabalhar a questão da diversidade nos aspectos de gênero, raça, religião, ele respondeu que:

**Entrevistado:** A nossa prática pedagógica, eu costumo dizer que, ela é uma pizza com várias fatias. Todas devem ter o mesmo tamanho e sabor, portanto, nas minhas aulas eu busco contemplar todas as diversidades de entendimentos possíveis. E o professor que lida diariamente com esses alunos que estão ainda em processo de formação precisa estar atento a tudo para que não seja surpreendido com questões em sala de aula, questões de mundo e não apenas de conteúdo.

Perguntado se ele acredita ser válido conversar sobre intolerância religiosa na escola, ele respondeu que:

**Entrevistado:** Sim, muito válido. A escola deve ser o apoio não apenas do conhecimento dos livros, mas para as vivências dos seus alunos e nós professores temos essa missão de sermos aqueles na qual as nossas vozes conseguem alcançar um público diverso e em grande quantidade todos os anos. Então, trabalhar a intolerância religiosa através do diálogo e das falas dos alunos que são praticantes de religiões africanas tem um valor inestimável e deveria ser uma proposta mais afínca das escolas.

## APÊNDICE 14 - ENTREVISTA DO ESTUDANTE E1

### **Entrevista 1 com a estudante do IFAP, campus Santana, sobre as religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa no Instituto**

Data: 30/06/2024

Entrevistadora: Marlene Rolla

Entrevistado: E1, IFAP Santana

Perguntado se ela era praticante de alguma religião, ela respondeu que:

**Entrevistado:** Sim, Tambor de mina, religião de matriz africana

Perguntado sobre o que ela sabia sobre outras religiões que não a sua, ela respondeu que:

**Entrevistado:** Conheço a religião católica e a evangélica, pois fui batizada nas duas antes de ser umbandista. Isso porque, devido ao sincretismo, minha família frequentava muito a igreja católica e o terreiro ao mesmo tempo. Sempre respeitamos a igreja católica e cultuamos os seus santos, por exemplo, antes das festas de Ogum costumamos rezar a missa e a ladainha de Santo Antônio com homenagens na fogueira para ele. Como meu pai é evangélico, fui meio que obrigada a frequentar também a igreja evangélica por causa dele e lá fui batizada também. Quando fiz 13, 14 anos de idade tive que tomar uma decisão e como a igreja evangélica era muito “puxada”, fui para a umbanda. Dentro da igreja evangélica cheguei a ser humilhada pelo pastor que orou na minha cabeça e disse que eu havia sido criada para praticar a maldade, sendo que eu nunca havia feito mal para ninguém, pelo contrário, na umbanda o que fazemos é ajudar as pessoas, por isso decidi ficar na umbanda, para a infelicidade de meu pai. Foi muito difícil contar para ele a minha decisão, mas foi preciso, pois eu estava praticando a umbanda às escondidas dele, vivendo duas personalidades, na casa dele eu era uma pessoa e no terreiro era outra pessoa. Aí ele disse que me amava e respeitava a minha decisão.

Perguntado sobre o que ele entendia por Tolerância, ela respondeu que:

**Entrevistado:** tolerar é algo bom, mas tolerar tudo também não é tão bom a partir do momento em que você acaba aceitando tudo e acaba ficando sem critérios e se torna uma pessoa confusa.

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância, ele respondeu que:

**Entrevistado:** Acho que ser intolerante é você não aceitar o pensamento do outro. É

você viver em uma bolha na qual somente a sua opinião e o que você segue é o que importa. Não é apenas seguir o que o outro te mostra, mas sim de ouvir e criar conhecimentos. Não evolui. Não abre a sua mente.

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância Religiosa, ele respondeu que:

**Entrevistado:** Falta de respeito que as pessoas têm quando você fala sobre a sua religião, seja ela qual for.

Perguntado se ele sabia o que eram as religiões de matrizes africanas e qual a percepção que ele tinha sobre elas, ele respondeu que:

**Entrevistado:** entendo que cada religião tem seus costumes e hábitos, tradições e que cada uma, o candomblé, a umbanda, tambor de mina vai se moldando de acordo com o tempo e seus ensinamentos. Na minha casa pode ser de um jeito e na sua casa de outro jeito. As religiões de matrizes africanas são coisas antigas que vem de tempos antigos que já foram bastante modificadas, mas acho que as tradições e ancestralidade se mantêm. Até o próprio sincretismo religioso foi modificando as coisas, somente quem vive e que acredita que existe um “outro lado”. Na cabeça do meu pai (evangélico) o que eu faço é muito errado, tem mentalidade antiga (risos) sendo que percebo que descobri uma nova definição de vida. Agradeço todos os dias por nascido na religião porque, às vezes, você passa por tantas dificuldades, pessoas que fazem maldade para você e aí, você chega no terreiro e acaba descobrindo várias coisas da sua vida que estavam ocultas, às vezes, você tá mal, doente e aí um banho de ervas, uma simples defumação, um simples passe ou um simples abraço, uma simples palavra muda todo o seu dia, muda a tua história. Às vezes me questiono por que tanta intolerância? Eu me entreguei para a religião porque eu já vi tanta coisa desde criança, tantas pessoas que estavam doentes e foram curadas da mente, do corpo e da alma. Lembro que a minha avó teve um câncer no seio bem avançado e quando nada e ninguém deu esperança a ela, o terreiro deu essa esperança. O terreiro foi a luz na vida dela. Conhecer as ervas, os banhos ajudam a medicina para a cura, por às vezes, nem é sobre a saúde e sim sobre os espíritos.

Perguntado se já havia estudado sobre religião na escola, ele respondeu que:

**Entrevistado:** Não estudamos sobre religiões na escola e na minha opinião os professores são bastante reservados quanto a isso, sendo que o professor Rafael é o que mais conversa conosco, os demais são mais reservados.

Perguntado se já havia tido aula sobre Religiões de Matrizes Africanas, ela respondeu que:

**Entrevistado:** Nunca tive. Nunca vi nenhum projeto para falar um pouco sobre o assunto. Lembro que teve uma vez que houve um concurso de dança sobre religiões de matrizes africanas em que eu ganhei (risos), mas foi só isso também. O único profº que chegou a me perguntar sobre o assunto foi o profº Rafael.

Perguntado se conhecia algum colega praticante de religiões de matrizes africanas?

**Entrevistado:** Não conheço ninguém, abertamente. Todos sabem que sou de religião africana, pois quando estou de preceito e preciso usar lenço na cabeça, todos sabem, mas nunca ninguém chegou para mim para falar que também seriam praticantes.

Perguntado se ela já havia presenciado algum ato de intolerância religiosa no IFAP, campus Macapá contra praticantes de religiões de matrizes africanas, ela respondeu que:

**Entrevistado:** Sim, comigo! Foi assim: antes de eu começar a falar que era da religião, meus colegas descobriram antes (risos). Então, quando cheguei na escola ninguém queria sentar perto de mim e eu fiquei isolada num canto. Nem meus amigos mais próximos queriam ficar do meu lado. Provavelmente, ficaram com medo de mim (risos). Perguntado se ele acredita ser válido conversar sobre intolerância religiosa na escola, ele respondeu que:

**Entrevistado:** acho muito importante e fundamental. Atualmente, não me importo mais com a opinião alheia, podem falar o que quiserem, me jogar pedras na rua, cheguei a um nível que somente me importo com a minha Casa. Acredito no meu axé, sei da minha luz, mas nem sempre foi assim. Alguns anos atrás isso me doía muito, pois eu não podia brincar na rua porque as crianças não aceitavam brincar comigo e na escola não ser aceita. Quando esta exclusão ocorria por parte das outras crianças eu sofria muito. A grande diferença aconteceu quando uma professora do ensino fundamental abriu uma roda de conversa com outros alunos só por minha causa e explicou para todos que eu era igual a todos eles, que eu só seguia uma religião diferente e que do mesmo jeito que eles iam à igreja nas missas e cultos, eu ia no terreiro. Ela mostrou para eles várias religiões que existiam além da minha. Essa professora marcou a minha vida, pois é evangélica, super evangélica e eu lembro do nome dela até hoje: Linda do Carmo Sobral, ela não deve se lembrar de mim, mas eu lembro dela até hoje. Ela sentou na rodinha e disse que

eu não era um monstro. Dali em diante, os alunos começaram a repensar e eu percebi as mudanças. Eu sei que é difícil para as pessoas aceitarem, porque entendo que é um pouco diferente. As questões dos sacrifícios e das oferendas assustam, mas eu aprendi que do mesmo jeito que as religiões de matrizes africanas conseguem mexer com a vida das pessoas com seus rituais, as outras religiões também conseguem, por exemplo, através de uma reza com fé, você consegue mudar algumas coisas. Todos têm os seus poderes e dentro deles, da religião, como nós fazemos, ou seja, é uma falta de conhecimento.

## APÊNDICE 15 - ENTREVISTA DO ESTUDANTE E2

### **Entrevista 2 com a estudante do IFAP, campus Santana, sobre as religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa no Instituto**

Data: 10/08/2024

Entrevistadora: Marlene Rolla

Entrevistado: E2, IFAP Macapá

Perguntado se ele era praticante de alguma religião e ele respondeu que:

**Entrevistada:** “Sim: Participo da Umbanda”.

Perguntado sobre o que ela sabia sobre outras religiões que não a sua, ela respondeu que:

**Entrevistada:** “Eu conheço outras religiões como a católica e a evangélica, mas assim, por vivência. Já fui na igreja católica algumas vezes, principalmente, nas missas de sétimo dia das pessoas da família que morrem (risos), já fui em um batizado também. Na evangélica nunca fui, não gosto muito porque eles gritam muito (risos) e só querem saber do nosso dinheiro”.

Perguntado sobre o que ela entendia por Tolerância, ela respondeu que:

**Entrevistada:** “Tolerância é você respeitar as outras pessoas que são diferentes um pouco de você, que tem a vida diferente da sua”

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância, ele respondeu que:

**Entrevistada:** “É não aceitar as ideias dos outros que você não gosta. É não aceitar que o outro pode ter uma vida diferente da sua, com gostos diferentes, etc.”.

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância Religiosa, ele respondeu que:

**Entrevistada:** “É você não aceitar as crenças dos outros e por conta disso fazer ataques, chamar de macumbeiro, chamar de demônio e de outras coisas”

Perguntado se ele sabia o que eram as religiões de matrizes africanas e qual a percepção que ele tinha sobre elas, ele respondeu que:

**Entrevistada:** “É a religião que pratico (risos), que minha família pratica desde sempre. Entendo que vieram com nossos antepassados para cá e que acreditam nos orixás, nos espíritos, na vida após a morte, em um outro plano em que esses espíritos vêm nos terreiros para ajudar os seus filhos a curar doenças, a viver uma vida mais em paz. Às vezes, as pessoas chegam para as consultas com o pai de santo e já passou por vários médicos, toma uns banhos, uns passes, umas

defumações, faz tudo certinho e depois retornam ao terreiro curados para agradecer o pai de santo”

Perguntada se já havia estudado sobre religiões na escola, ela respondeu que:

**Entrevistada:** “Que eu lembre, não! Nunca estudei sobre religião no IFAP

Perguntada se havia tido aula sobre religiões de matrizes africanas, ela respondeu que:

**Entrevistada:** “Não que eu me lembre. Nunca tive nenhuma disciplina que falasse sobre isso”

Perguntada se conhece algum colega que seja praticante de religiões de matrizes africanas, ela respondeu que:

**Entrevistada:** “Sim, a minha prima (risos), pode ser? Ela estuda à tarde também no IFAP.”

Perguntado se ela já havia presenciado algum ato de intolerância religiosa no IFAP, campus Macapá contra praticantes de religiões de matrizes africanas, ela respondeu que:

**Entrevistada:** “Já sim! O simples fato de você usar uma guia ou uma tiara de Ogum na cabeça, um lenço, tudo isso faz com que seus colegas te vejam de forma diferente. Ficam fazendo graça, piadas. Os professores não são preconceituosos, sempre me respeitaram, aqueles que sabem, claro! Nós temos um professor que é também da Umbanda que anda igual à gente que é o Prof. Neto Medeiros (risos)”

Perguntei se já havia sofrido atos de intolerância e ela respondeu que:

**Entrevistada:** “Isso, dessa forma que falei. Uma vez uma colega me chamou de aprendiz de macumbeira e espalhou que eu fazia feitiçaria. Fui falar com ela e tentei explicar que apenas se trata de uma religião que é diferente da dela. Que eu gostava de usar colares bonitos, as minhas guias e tudo mais”

Perguntei qual teria sido a reação da colega ao ser confrontada e ela respondeu que:

**Entrevistada:** “Ela ficou me olhando (risos) e não falou nada. Mas desde então ela parou de falar essas coisas sobre mim (risos)”

Perguntado se ela acredita ser válido conversar sobre intolerância religiosa na escola, ele respondeu que:

**Entrevistada:** “É muito válido falar sobre isso nas escolas. Na verdade, é bom falar sobre tudo na escola. Se tivesse mais aulas ou conversas mesmo em sala de aula sobre religiões, mas não para gente brigar pela sua (risos), mas para explicar que

são várias religiões e ninguém tem nada a ver com as minhas escolhas. Isso iria diminuir, eu acho, o preconceito de todo mundo”.

## APÊNDICE 16 - ENTREVISTA DO ESTUDANTE E3

### **Entrevista 3 com a estudante do IFAP, campus Santana, sobre as religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa no Instituto**

Data: 11/08/2024

Entrevistadora: Marlene Rolla

Entrevistado: E3, IFAP Macapá

Perguntado se ela era praticante de alguma religião, ele respondeu que:

**Entrevistada:** “Hoje eu sou do terreiro de meu tio, mas fui católico quando criança”.

Perguntado sobre o que ela sabia sobre outras religiões que não a sua, ela respondeu que:

**Entrevistada:** “Conheço a religião católica e tenho duas amigas que são da Assembleia de Deus, são evangélicas, daí eu conheço também os evangélicos”.

Perguntado sobre o que ela entendia por Tolerância, ela respondeu que:

**Entrevistada:** “eu acho que tolerância é tolerar a vida das outras pessoas. É a pessoa saber de suas escolhas da vida e não se meter (risos). Não precisa aceitar só respeitar o próximo”

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância, ele respondeu que:

**Entrevistada:** “É o contrário da tolerância! É você se importar com que as pessoas falam de você, do que elas falam de você, das coisas que você faz que é diferente da dela. A minha professora falou que as pessoas hoje em dia estão muito intolerantes por não aceitar as escolhas dos outros e acabam desrespeitando as pessoas, ser intolerante é isso”.

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância Religiosa, ele respondeu que:

**Entrevistada:** “intolerância religiosa é quando as pessoas de outras religiões como os evangélicos e até mesmo os católicos falam mal da nossa religião. Quando dizem que praticamos o mal, que somos do demônio, que fazemos magia negra, trabalhos nos cemitérios para matar as pessoas, que somos macumbeiros, que vamos para o inferno. Tem gente que queima os terreiros ou matam os pais de santo. Meu tio conta que várias vezes quando sai nas ruas vestido de branco com as suas guias as pessoas lhe olham estranho e com medo e nós não fazemos isso com ninguém.”

Perguntado se ele sabia o que eram as religiões de matrizes africanas e qual a percepção que ele tinha sobre elas, ele respondeu que:

**Entrevistada:** “são religiões trazidas pelos negros para cá como a umbanda e o candomblé. São religiões muito bonitas que muitas pessoas gostam e outras não. Muitas pessoas frequentam o terreiro lá do meu tio, mas tem vergonha de dizer que fazem trabalhos com ele (risos), se escondem por medo de serem chamadas de macumbeiras (risos) pelas ruas. São religiões em que tem um pai de santo que incorpora espíritos, dá passes, passa banhos, tem muitas músicas bem alegres, tem festas também em homenagem aos santos, tudo isso!”

Perguntada se já havia estudado sobre religião na escola, ela respondeu que:

**Entrevistada:** “Só sobre religiões, não! Uma vez teve uma apresentação la no IFAP sobre o dia da consciência negra e a professora de história falou um pouco sobre as religiões dos negros mais praticadas no Brasil”

Perguntada se havia tido aula sobre religiões de matrizes africanas ela respondeu que:

**Entrevistada:** “só dessa vez que a professora falou sobre algumas das religiões dos negros escravos que tinham que ir para as igrejas católicas para rezar porque eram proibidos de bater tambor, de fazer as suas danças, de pegar santo” Perguntada se conhece algum colega que seja praticante de religiões de matrizes africanas ela respondeu que:

**Entrevistada:** “conheço sim! O meu irmão que se chama Henrique”

Perguntado se ela já havia presenciado algum ato de intolerância religiosa no IFAP, campus Macapá contra praticantes de religiões de matrizes africanas, ela respondeu que:

**Entrevistada:** “assim, diretamente para mim, não! Porque as pessoas não sabem que sou da Umbanda (risos). Não falo que é para ninguém ficar me tirando. Só quem sabe é a minha prima e meu irmão que estudam no IFAP comigo. Os outros colegas não sabem, mas tem professores que sabem e não falam nada também. Tento manter mais em segredo mesmo. Meu tio fala para eu não ter vergonha da minha fé, mas ainda não consigo falar abertamente sobre o assunto com os meus colegas”. Perguntei se já havia sofrido atos de intolerância e ela respondeu que:

**Entrevistada:** “Ainda não sofri porque as pessoas não sabem da minha religião” Perguntada se ela acredita ser válido conversar sobre intolerância religiosa na escola, ele respondeu que:

**Entrevistada:** “sim! É muito importante falar sobre esses problemas que nós alunos enfrentamos na escola. Falar sobre todas as religiões e mostrar para todos que

todas elas têm o seu valor, que todas são boas, que todas querem fazer o bem, curar as pessoas doentes, talvez assim a gente tenta menos brigas e desrespeito com o próximo.

## APÊNDICE 17 - ENTREVISTA DO ESTUDANTE E4

### **Entrevista 4 com a estudante do IFAP, campus Santana sobre as religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa no Instituto**

Data: 12/09/2024

Entrevistadora: Marlene Rolla

Entrevistado: E4, IFAP Macapá

Perguntado se ela era praticante de alguma religião ele respondeu que:

**Entrevistado:** Sim, sou da religião da umbanda

Perguntado sobre o que ela sabia sobre outras religiões que não a sua ela respondeu que:

**Entrevistado:** Sei um pouco da religião católica e da evangélica. Mas não muito a fundo.

Perguntado sobre o que ela entendia por Tolerância, ela respondeu que:

**Entrevistado:** “Ser intolerante é o contrário de ser tolerante. É você não gostar do que a outra pessoa gosta”

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância, ele respondeu que:

**Entrevistado:** Ser intolerante é o contrário de ser tolerante. É você não gostar do que a outra pessoa gosta”.

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância Religiosa, ele respondeu que:

**Entrevistado:** A intolerância religiosa acontece quando, justamente, as pessoas não conseguem respeitar e entender a fé do outro. “Sou da umbanda, mas poucas pessoas sabem disso, quando perguntam se vou na igreja, como meus colegas, eu digo que sim e fica de boa, faço isso porque na escola que estudava antes eu sofri muito preconceito, agora não falo mais nada”.

Perguntado se ele sabia o que eram as religiões de matrizes africanas e qual a percepção que ele tinha sobre elas, ele respondeu que:

**Entrevistado:** religiões que vieram com os negros pro Brasil. São fortes assim como uma gira de umbanda. No terreiro que vou todos os sábados tem as giras em homenagem às abas (orixás femininos), aí acontecem as rodas de danças, o pai de santo faz as suas consultas, passa banhos, faz tudo”.

Perguntado se já havia estudado sobre religião na escola, ele respondeu que:

**Entrevistado:** Não, ainda tive aulas que falasse sobre religião no IFAP

Perguntado se havia tido aula sobre Religiões de Matrizes Africanas ele respondeu que:

**Entrevistado:** “No IFAP não estudei sobre religiões africanas ainda como um assunto

Perguntado se conhecia algum colega praticante de RMA

**Entrevistado:** Conheço sim. Minha irmã, minha prima e mais amigos que estudam lá no IFAP no turno da tarde.

Perguntado se ela já havia presenciado algum ato de intolerância religiosa no IFAP, campus Macapá contra praticantes de RMA, ela respondeu que:

**Entrevistado:** Não presenciei, mas fiquei sabendo que um amigo meu sofreu intolerância durante o intervalo do almoço.

Perguntado se já havia sofrido atos de intolerância e ele respondeu que:

**Entrevistado:** Ainda não sofri nenhum tipo de intolerância religiosa na escola. Mas as pessoas não sabem que sou da umbanda, não gosto de falar. Como disse, quando meus colegas perguntam qual igreja eu pertencço digo logo que sou católico e que vou à missa quando dá, aí eles não falam nada.

Perguntado se ele acredita ser válido conversar sobre intolerância religiosa na escola, ele respondeu que:

**Entrevistado:** Falar sobre o assunto na escola é muito bom. Mesmo que as pessoas não saibam que sou da religião, eu iria gostar de ouvir os professores falando da nossa religião. Na verdade, que eles falassem de todas as religiões, todo mundo iria gostar de ouvir falar sobre a sua, com certeza

Perguntado se não houvesse tanto preconceito você se sentiria mais à vontade pra falar que é umbandista?

**Entrevistado:** “não sei (risos). Na verdade, não sei se estou preparado para viver todos os preconceitos que vivi na minha outra escola, antes de vir pro IFAP”.

## APÊNDICE 18 - ENTREVISTA DO ESTUDANTE E5

### **Entrevista 5 com a estudante do IFAP, campus sobre as religiões de matrizes africanas e a intolerância religiosa no Instituto**

Data: 13/09/2024

Entrevistadora: Marlene Rolla

Entrevistado: E5, IFAP Macapá

Perguntado se ela era praticante de alguma religião ele respondeu que:

**Entrevistado:** Sim, sou umbandista

Perguntado sobre o que ela sabia sobre outras religiões que não a sua ela respondeu que:

**Entrevistado:** Quando eu era criança minha avó me levava bastante nas missas da igreja católica, aí eu sei algumas coisas da religião, de como acontece as celebrações, que são feitas por um padre, tem a hóstia (risos), essas coisas.

Perguntado sobre o que ele entendia por Tolerância, ela respondeu que:

**Entrevistado:** “Tolerar é uma forma de aceitar a vida das outras pessoas, ou seja, aceitar e respeitar essas pessoas”.

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância, ele respondeu que:

**Entrevistado:** intolerância é as pessoas sentirem raiva das outras pessoas, porque certa forma você as incomoda. É você não ser tolerante com os outros.

Perguntado sobre o que ele entendia por Intolerância Religiosa, ele respondeu que:

**Entrevistado:** Ser intolerante com a religião dos outros é não aceitar que cada um de nós pode escolher o que quiser para seguir na vida. O que me faz bem pode não fazer o outro feliz, mas eu jamais vou deixar de fazer o que eu gosto para satisfazer os outros.

Perguntado se ele sabia o que eram as religiões de matrizes africanas e qual a percepção que ele tinha sobre elas, ele respondeu que:

**Entrevistado:** As religiões africanas estão na minha vida desde sempre e o terreiro da minha família é a minha segunda casa. Lá, nos dias de atendimento, fazemos diversas coisas, trabalhos que melhoram a vida das pessoas”.

Perguntado se já havia estudado sobre religião na escola, ele respondeu que:

**Entrevistado:** Não tem ensino religioso na escola, falamos sobre religião entre nós alunos quando um vai perguntando pro outro a sua religião, só isso”.

Perguntado se havia tido aula sobre Religiões de Matrizes Africanas ele respondeu que:

**Entrevistado:** Ainda não estudei sobre isso, mas também estávamos de greve, quem sabe nesse bimestre podemos estudar”.

Perguntado se conhecia algum colega praticante de RMA

**Entrevistado:** sim tenho um amigo lá do IFAP que também é da umbanda

Perguntado se ela já havia presenciado algum ato de intolerância religiosa no IFAP, campus Macapá contra praticantes de RMA, ela respondeu que:

**Entrevistado:** Ainda não vi nada

Perguntado se já havia sofrido atos de intolerância e ele respondeu que:

**Entrevistado:** “Eu não sou de falar muito que sou da religião. Uso minha guia por baixo do uniforme e ninguém vê. Como é o meu primeiro ano na escola, então, ainda não me sinto à vontade para falar sobre isso”

Perguntado se ele acredita ser válido conversar sobre intolerância religiosa na escola, ele respondeu que:

**Entrevistado:** Sim, acho muito importante nós estudarmos sobre tudo na escola, sobre todos os assuntos e falar mais sobre as religiões seria maravilhoso para que todos pudessem conhecer a religião um do outro e assim não haver mais casos de intolerância religiosa no mundo.